

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PABLO REGIS ANDRADE

Identities de filhos ouvintes quando os pais são surdos:  
uma abordagem sociológica sobre o processo de  
socialização

Goiânia  
2011

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     **Dissertação**     **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Pablo Regis Andrade		
E-mail:	pregisandrade@uol.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPq
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	Identidade de filhos ouvintes quando os pais são surdos: uma abordagem sociológica sobre o processo de socialização		
Palavras-chave:	Sociologia da família, identidade, ouvinte, surdo		
Título em outra língua:	The identity of hearing children of deaf parents: sociological approach of socialization process		
Palavras-chave em outra língua:	Sociology of the Family, identity, hearing, deaf		
Área de concentração:	Estudos Culturais		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)			
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em Sociologia - Mestrado em Sociologia		
Orientador (a):	Luiz Mello		
E-mail:	luizman@gmail.com		
Coorientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>  total     parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

PABLO REGIS ANDRADE

Identities de filhos ouvintes quando os pais são surdos:  
uma abordagem sociológica sobre o processo de  
socialização

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Mello

Goiânia  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BC/UFG**

A553i Andrade, Pablo Regis.  
Identidade de filhos ouvintes quando os pais são surdos  
[manuscrito] : uma abordagem sociológica sobre o processo  
de socialização / Pablo Regis Andrade. - 2011.  
129 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mello.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Ciências Sociais, 2011.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Sociologia da família 2. Identidade 3. Ouvinte –  
Surdo- Socialização. I. Título.

CDU:392.73-027.553

## **AGRADECIMENTOS**

À minha fonte inspiradora de todos os dias: Jesus; que me deu forças e permitiu concluir este curso de mestrado, sabendo de todos os problemas que enfrentaria.

Aos meus queridos familiares (mamãe, papai, irmãos e avós) que, me amando, entenderam os momentos de crises e reclusões que passei durante o “processo de (re)criação”; não se esquecendo dos joelhos que estiveram dobrados.

Ao professor Luiz Mello, orientador e companheiro de discussões, pelo tempo que investimos juntos nesta dissertação.

Ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Àqueles que ao longo de minha caminhada acadêmica tomei como exemplos de vida: Raimundo Nonato (amigo especial), Rogério Bueno, Ludmilla Otaviana, Wanessa Costa, Denner Fontinelli, Jefferson Mendes (surdo), Bartolomeu Alves, Zara Hutchinson e Rodrigo Vasconcelos; e aos amigos do mestrado.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	10
<b>1. Alteridade, família e identidade: referências e sentidos construídos</b>	19
1.1 Famílias de todos os dias	23
1.2 Quem está dentro da casa?	31
1.3 Pais e filhos: cotidiano e identidades	34
<b>2. A surdez no dia a dia</b>	46
2.1 O significado dessa tal surdez	47
2.2 Comunicação e diferenças linguísticas na família	56
2.3 Termos, expressões e identificações dos ouvintes filhos de surdos	63
<b>3. Quando os ouvintes filhos de surdos falam sobre si</b>	69
3.1 O “eu” por meio da visão sobre a família e o mundo exterior	78
3.2 “A língua que aprendi em casa desde que eu nasci”	92
3.3 Comunidade e cultura: lugar de fala	101
<b>Considerações finais</b>	113
<b>Referências bibliográficas</b>	120
<b>Apêndices</b>	126

## RESUMO

Na presente dissertação, discute-se a construção de identidades de indivíduos ouvintes filhos de surdos, a partir de reflexões sobre família, socialização e surdez. Num primeiro momento, buscamos compreender quem são os membros das famílias dos entrevistados e como estes veem pais, tios e avós, geralmente considerados integrantes destes grupos, referências para o processo de aquisição e aprendizagem de valores, crenças e regras sociais. A começar pela ideia de mediação entre indivíduo e sociedade, perguntamo-nos qual seria o elo que permite aos indivíduos se perceberem como uma família. Contextualizados em cada época, entendemos que os laços de pertencimento familiar são desenvolvidos dentro de uma perspectiva de lealdade. Para os casos pesquisados, a visão de que tios e avós fazem parte do grupo tem relação direta com a necessidade de ensinar os ouvintes filhos de surdos a se relacionarem como indivíduos que se comunicam por meio da oralidade. Esta forma de comunicação se torna, então, um dos aspectos discutido no segundo capítulo: as línguas que os filhos utilizam em seu cotidiano – LIBRAS e Português. Como produto do contexto familiar, demonstramos ainda que aprendem a se comunicar em língua oral e em língua de sinais como senso prático. Tais aquisições linguísticas permitem aos entrevistados fazer mediações entre os pais surdos e o que chamamos de mundo externo, um tipo de responsabilidade de interpretação adquirida na infância. Após abordarmos estas duas questões, fazemos uma leitura de como a ideia de identidade de fronteira é tratada na literatura e analisamos trechos de entrevistas que trazem para a discussão elementos de uma forma de ver o mundo a partir desta concepção de estar “entre”. Assim, ao utilizarmos as memórias narrativas sobre a infância e adolescência dos sete entrevistados, buscamos compreender o que lhes tornam indivíduos com identidades próprias, ouvintes filhos de surdos, e o que é contingente ao processo de construção desta forma de ser e ver o mundo. Por fim, concluímos que a identidade adquire o valor de discurso, para pessoas que vivem entre dois mundos diferentes.

## **ABSTRACT**

This dissertation will discuss the construction of the Identity of hearing children of deaf parents, reflecting on family, socialization and deafness. Firstly we aim to understand who are the family members of those interviewed and how they see their parents, aunts, uncles and grandparents generally considered as part of these groups, a reference for the process of acquisition and the learning of values, beliefs and social rules. Starting with the idea of mediation between individuals and society, we ask what the link would be that allows individuals to see themselves as a family. Contextualized in each timeframes we perceive that family ties are developed within a perspective of loyalty. In the cases researched, the vision that aunts, uncles and grandparents form part of the group that has a direct relation to the need to reach hearing children of deaf parents to communicate orally. Therefore, this method of communication becomes one of the aspects discussed in the second chapter: the language that the children use daily – Brazilian Sign Language (LIBRAS) and Portuguese. As a product of a family context, we show how they learn to communicate orally and in sign language as practical sense. These linguistic acquisitions allow those interviewed to mediate between deaf parents and what we call the outside world, a kind of interpreting responsibility acquired in childhood. After looking at these two questions we will read about how the idea of border identity is dealt with in literature and will analyse parts of interviews that bring to our discussion elements of the way of seeing the world from this conception of being “between”. In this way, narrative memories about childhood and teenage years of the seven interviewees are used. We seek to understand how they become individuals with their own identities, hearing children of deaf parents, and what is contingent in the process of construction of this way of being and seeing the world. Finally we conclude that identity acquires value from discourse for people who live between two different worlds.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ASG – Associação de Surdos de Goiânia

ASL – American Sign Language

CODA(S) – Children of Deaf Adults

CPF – Cadastro de Pessoa Física

DAC – Deaf Action Comitee

EAD – Educação a Distância

ELiS – Escrita em Língua de Sinais

FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

HCDP – Hearing Children with Deaf Parents

IB – Igreja Batista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFG – Instituto Federal de Tecnologia de Goiás

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

KODA – Kids of Deaf Adults

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Língua de sinais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNESCO – United Nations Educations, Scientific and Cultural Organization

## INTRODUÇÃO

Na presente dissertação discute-se a construção das identidades de um grupo de pessoas que escutam, mas são filhas de outras que não escutam. Embora não conhecêssemos muitas com este perfil, tínhamos a certeza de que existiam e que nossos estudos poderiam contribuir com as discussões sobre identidades, mais especificamente identidade ouvinte de filhos de surdos<sup>2</sup>.

Tal trabalho é, de fato, um desafio, pois caminhar nas histórias destes indivíduos a fim de compreender como lhes foram atribuídos significados em relação a quem “são”, quem faz parte de suas famílias e o que é surdez é um esforço que mescla interesses particulares de conhecer mais sobre as famílias de pessoas que convivem diariamente com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a investida de se compreender o universo simbólico no qual estão inseridos. Ao começarmos esta discussão, tomamos o cuidado de não dicotomizar indivíduo e sociedade como unidades opostas no universo social, tal qual a sociologia clássica.

Nesta construção de sentidos onde estão associados o particular e o geral, buscamos compreender os significados por trás da vivência e convivência de um grupo de atores sociais que se identifica enquanto família. As relações presentes neste ambiente são referências para pensarmos os elementos estruturadores dos comportamentos individuais, em específico a construção da identidade ouvinte que estamos focando. Porém, antes de pensarmos tal problema de pesquisa propriamente dito, voltamo-nos aos diferentes discursos sobre a surdez, cujos sentidos estão expressos nas entrelinhas deste trabalho.

Para discutirmos questões como estas, pensamos quais seriam os aspectos do cotidiano ou da linguagem que nos permitiriam refletir sobre a construção das diferenças. Foi no sentido de perceber e também de dar visibilidade a esta proposta que buscamos na temática da alteridade as semelhanças e dissemelhanças sociais entre os indivíduos.

Partindo desta discussão e considerando as informações que compartilhamos diariamente como algo importante para trabalhar a noção de contato, pensamos qual seria a relação social estabelecida entre o que nos iguala e o que nos diferencia de outras

---

<sup>2</sup> Optamos deliberadamente por fazer uso dos termos *surdos* e *pais* quando a discussão não for especificamente tratada dentro das reflexões sobre gênero; a implicação disto no texto é frisar o significado de surdez e parentalidade, sem fazer distinção entre pai e mãe.

peças, sem que isto implicasse na negação de questões mais complexas de significados dos elementos que categorizam as peças como isto ou aquilo. Essa percepção de que “eles” não são “nós” não traz consigo necessariamente a ideia de grupos fechados; um indivíduo pode ser identificado por uma ou mais definições. Do modo como consideramos aqui, esses são heterogêneos em sua formação; por exemplo, integram homens, mulheres, crianças, estudantes, pobres, etc. Embora digamos que alguns são crianças e não adultos, juntas estas peças podem ser definidas como brasileiras. Ainda se fossem holandesas ou goianas, dentro destas identificações teríamos cegos, trabalhadores, fazendeiros, e tantas outras formas que utilizamos cotidianamente para diferenciar uns dos outros. A questão em si é o limite das definições que fazemos de algo. Por isso, discutimos a demarcação do limite como uma relação polimorfa das identificações de quem pertence ou não a uma determinada categoria de indivíduos. Ora podemos perceber uma pessoa incluída, ora excluída, dependendo do modo como usamos ou definimos os critérios de quem está e quem não está dentro de determinados referenciais. Por este motivo, o que utilizamos cotidianamente para determinar se a pessoa é um igual ou um diferente não é visto como uma estrutura fixa e teleológica, mas variável e social.

Neste contexto, pensar os ouvintes filhos de surdos a partir da categoria alteridade também se associa a uma possibilidade de reflexão sobre o contexto familiar no qual tais indivíduos estão inseridos e o compartilhamento de significados próprios de uma experiência que se configura entre surdos e ouvintes enquanto membros de um grupo específico de peças. A percepção dos pais, neste caso, é tomada como diferente da dos filhos. Isto, na fala cotidiana, pode ser visto a partir de um conceito muito difundido: deficiência. Assim, antes de pensarmos a diferença no âmbito familiar, consideremos aqui alguns elementos que associam diferença e deficiência.

Começando com um levantamento estatístico, o CENSO (2000)<sup>3</sup> aponta a existência de mais de 169 000 000 de brasileiros, dentre os quais mais de 24 600 000 destes se enquadram em alguma categoria de deficiência, ou seja, é surdo, cego, paraplégico, possui algum membro amputado, possui alguma doença mental ou combina duas ou mais “incapacidades” (termo utilizado de forma repetitiva nas tabelas

---

<sup>3</sup> A opção pelos dados do Censo 2000 se dá em razão da indisponibilidade dos mesmos para o ano de 2010. Conforme e-mail recebido do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações mais pontuais serão divulgadas somente após abril de 2011, seguindo cronograma até o primeiro semestre de 2013. A demora em obter informações recentes sobre deficiência no Brasil nos levou a não utilizá-las nesta pesquisa.

censitárias). Este número de 14,55% da população brasileira representa um contingente expressivo de pessoas que são identificadas dentro da categoria de “deficientes”. Numa leitura comparativa, o quantitativo percentual brasileiro é superior em 4,55% ao divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo dados da OIT (2007), estima-se que 10% dos indivíduos no mundo sejam portadores de alguma deficiência. Todavia, percebemos que esta estatística mundial não equivale ao percentual amostral da população brasileira, logo a utilização indiscriminada induz a um erro estatístico.

É importante dizermos que o enunciado “deficiente” é considerado nesta dissertação como uma ideia muito difundida na sociedade para falar de aspectos diferenciadores entre os que seriam “saudáveis” e os que precisariam de algum tipo de ajuda. Tal forma de nomear os indivíduos é tributária à categorização das pessoas a partir de critérios como enxergar bem, ter boa audição, ser capaz de livre locomoção e de agir com independência; como se percebe, associa uma condição física ou mental a um padrão para o corpo ou mesmo para a ação individual. Dentre estes, temos cerca de 23,31% dos deficientes contados como surdos, 67,66% cegos, 32,27% com alguma dificuldade de locomoção ou com uma parte do corpo amputada e 11,56% possuem problemas mentais (CENSO, 2002). De fato, esta estatística ultrapassa cem por cento do universo de pessoas, no entanto, se tivermos em mente que estamos trabalhando com categorias e que os indivíduos se enquadram tanto em uma quanto em outra, a forma como os dados foram coletados nos permitem ver o arranjo entre pessoas e categorias de análise do seguinte modo: uma pessoa cega que possui uma parte do corpo amputada é contada duas vezes, uma em cada categoria. A partir disso podemos ver que a contagem prioriza não o indivíduo como uma unidade em si, mas a categoria. Vemos ainda que a relação entre estes dados, que agrupam e separam os indivíduos, ao mesmo tempo em que exclui uma pessoa de uma categoria, por não satisfazer os critérios para ser considerada parte dela, esta sugere que a diferença está estabelecida dentro de uma distinção ainda maior, traduzível em “saudáveis” e “não saudáveis”. Consequentemente, há uma homogeneização também dentro da “deficiência”.

Por trás desta questão estão presentes elementos simbólicos, descritos com propriedade por Magnani (2007). Em uma pesquisa com surdos este autor afirmou que compreender os aspectos simbólicos da surdez não era uma questão que se colocava como prioridade em suas pesquisas e muito menos que isto o levaria ao aprendizado da língua de sinais como parte do desenvolvimento da temática (MAGNANI, 2007). O

sentido deste conhecimento adquirido através do contato pode ser percebido como uma experiência e percepção de vida que está além da associação entre deficiência e limitação, no caso, comunicativa. A compreensão da LIBRAS permitiu ao autor mergulhar em contextos, relações e significados que desconhecia anteriormente. Em investida semelhante, durante esta dissertação ponderamos a experiência dele e nos deixamos envolver com a língua de sinais. Foi através desta perspectiva que olhamos para os outros (os indivíduos desta pesquisa e tantos outros de quem se fala) e tentamos não torná-los como entidades dissociadas de seus contextos.

No caminho desta pesquisa deparamo-nos com termos que demonstram a riqueza do universo social que não estão explícitos na ideia do “não ouvir bem”. Se antes não tínhamos contato com surdos e filhos de surdos, após esta investida passamos a conhecer pessoas e modos de vida que fazem uso de terminologias específicas ao mundo no qual vivem: língua de sinais, bilinguismo, oralismo – prática mais antiga da educação de surdos que se valia do treinamento dos mesmos para que pudessem oralizar (falar utilizando a emissão de sons), pretensamente possibilitando sua inserção na sociedade dos ouvintes<sup>4</sup> –, identidade surda, acessibilidade, etc. Diante desta variedade de expressões utilizadas em círculos de surdos, o nosso objetivo de compreender a construção das identidades de ouvintes filhos de surdos acabou incluindo uma discussão sobre o uso de determinados conceitos próprios dos discursos destes indivíduos.

Enfim, tratando-se dos ouvintes e não dos surdos, dos filhos e não dos pais, escolhemos a abordagem da sociologia relacional de Bourdieu (1998, 2002, 2009) e a dramaturgia de Goffman (1988, 2008) para compreendermos o significado da surdez dos pais e suas repercussões sobre o processo de construção identitária de seus filhos. Ambas as perspectivas partem da capacidade de articulação de sentido e orientação da ação, por isso, tomadas neste trabalho como referenciais discursivos que, combinados às reflexões sobre identidade presentes em Hall (2006) e Bhabha (2003), permitem avançar em direção à compreensão de como os ouvintes filhos de surdos se identificam e são identificados no mundo.

Todavia, para escolher um ponto de partida que nos orientasse nesta reflexão, tivemos o cuidado de pensar em um grupo social – a família - que pudesse sustentar uma discussão sobre indivíduo e sociedade sem que isso implicasse numa dicotomização. Nos estudos de Fonseca (1995), as famílias são definidas enquanto

---

<sup>4</sup> Informações gerais sobre a educação de surdos podem ser encontradas em Silva & Nembri (2008) e Moura (2000).

instituições sociais em que o sentimento e a emoção orientam as relações identitárias para além de estruturas fixas, permitindo-nos ver que os significados são construídos no e pelo indivíduo. Para Mussen *et al* (2001), este mesmo grupo de pessoas serve-nos para explicar o desenvolvimento e a personalidade dos indivíduos. Assumido estas perspectivas, utilizamos os relatos pessoais dos ouvintes filhos de surdos como dados primários de onde extraímos elementos de identificações compartilhados dentro das famílias; conseqüentemente, sustentamos a família como unidade de referência para a construção das identidades.

A compreensão do cotidiano dos indivíduos dentro deste grupo abriu caminho para refletirmos como as relações entre pais e filhos servem para a formação de biografias particulares. Contudo, não nos restringimos somente a esta percepção, pois os indivíduos são figuras do discurso, afirma Hall (2006). Marcações como idade, escolaridade, religião, uso de língua oral e/ou de sinais também compuseram o cenário de relações e interações sociais que instrumentalizaram a percepção destes *sobre a e dentro da* sociedade.

Com base no que relatamos anteriormente, trouxemos para a discussão sobre a construção da identidade um marcador social que Goffman (1988) denominou de atributo individual. Este elemento foi definido enquanto *algo* – corporal, moral ou comportamental – que, sob a perspectiva de um padrão normativo, torna “diferente” os indivíduos que os possuem ou não possuem (GOFFMAN, 1988). Por isso, serve-nos enquanto aspecto da realidade social que deve ser considerado no que se refere à explicação identitária dos sujeitos desta dissertação.

A surdez, portanto, passa a ser vista como atributo contingente das histórias de vida dos pais e dos filhos, que adquire significação a partir do contexto, ou seja, as identificações podem ser tanto positivas quanto negativas, dependendo do modo como é percebida por aqueles que convivem com a pessoa possuidora. Deste modo, conseguimos avançar em direção a uma concepção simbólica sobre a surdez comum à história de vida e ao processo de socialização dos ouvintes filhos de surdos. Enfim, uma diferença fora do essencialismo do corpo biologizado. Trata-se de uma abordagem que considera a diferença de percepção do mundo (SKLIAR, 2005a) e o processo de subjetivação por meio uso da língua de sinais (QUADROS & KARNOPP, 2009; MARIN & GÓES, 2006) como aspectos do cotidiano e do sentimento de pertencimento (STROBEL, 2008), em vez de uma narrativa determinística da sensoriedade auditiva.

De modo geral, quando falamos sobre processo de socialização, representação da surdez e construção das identidades está-se tratando de uma perspectiva em que a narração das histórias de vida dos indivíduos nos permite identificar alguns marcadores sociais que serviram como referência para a autoimagem e, conseqüentemente, a identificação dos outros sobre o si mesmo. No entanto, nem por isso nos baseamos na impressão de que a vida dos indivíduos é estática e imutável, como se não houvesse mudança ao longo dos anos em relação à ação e ao pensamento. Nosso esforço é reunir a dinâmica da sociedade, a perspectiva simbólica da surdez dos pais e a construção identitária de seus filhos ouvintes em um único objeto de reflexão.

Outro passo dado nesta dissertação foi em direção à sociologia relacional de Bourdieu (2002, 2009), cujo embasamento teórico nos permite pensar a existência de um *habitus* para estes indivíduos, como sua segunda natureza. Para este autor, o *habitus* tem o sentido de

sistema de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulantes’... (BOURDIEU, 2002, p. 163).

Então, se a história dos indivíduos cria esta segunda natureza particular, a identidade dos indivíduos se constitui enquanto reflexo de padrões compartilhados de práticas e representações, levando-nos a pensar a existência de um *habitus* para os filhos ouvintes. Deste modo, estamos ao mesmo tempo afirmando que os pais surdos estão dentro deste dispositivo “regulado-regulante” e as identidades dos ouvintes filhos de surdos são construções localizadas a partir do espaço/tempo simbólico da surdez. Essa ideia de um contexto social específico enquanto elemento que configura as identidades está dita em Woodward (2009) nos seguintes termos:

ocupar uma posição-de-sujeito determinada, por exemplo, a de cidadão patriótico, não é uma questão simplesmente de escolha pessoal consciente; somos, na verdade, recrutados para aquela posição ao reconhecê-la por meio de um sistema de representação. O investimento que fazemos é, igualmente, um elemento central nesse processo (p.61).

Por isso, ao buscarmos compreender as identidades dos indivíduos abordados nesta dissertação, em um nível operacional, utilizamos a metodologia qualitativa

fundamentada nas características descritas por Flick, Kardorff & Steinke (2005): 1) a realidade social é entendida como resultante de significados e contextos; 2) as subjetividades possuem significado dentro do social; 3) a ação humana é socialmente orientada por fatores objetivos; 4) a realidade é criada pela interação.

As histórias de vida recontadas e os sentidos que cada entrevistado tem sobre as questões discutidas nesta dissertação nos colocam em contato com informações sobre o conhecido ou o aparentemente familiar, na base de onde conseguimos compreender as identidades e a surdez para além de uma ideia fechada e homogênea. Tal abordagem metodológica nos permite certos ganhos no que se refere aos sentidos construídos pelos indivíduos: além de compor o material primordial das investigações qualitativas (MINAYO & SANCHES, 1993), os discursos podem ser pensados como veículo do *habitus* (BOURDIEU, 2002) e das representações sociais da surdez.

Mas, para chegarmos aos entrevistados, tivemos que recorrer a uma técnica conhecida como “bola de neve”; isto é, ao contatarmos o primeiro indivíduo potencial para a pesquisa, perguntamos-lhe se conhecia outros cujo perfil nos permitisse colocá-los em uma amostra de prováveis entrevistados. A princípio, recebemos a indicação de três ouvintes filhos de surdos por uma pesquisadora que tem se dedicados aos estudos sobre LIBRAS. Os integrantes deste primeiro grupo de pessoas indicaram outras que poderiam ser também os sujeitos da nossa pesquisa até o ponto em que os indicados começaram a se repetir em grande frequência. Como o nosso foco são as pessoas que residem em Goiânia ou na região metropolitana, decidimos parar a busca por outros indivíduos.

Na fase de coleta de dados utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturado, cuja especificidade é a profundidade de sentidos que podemos encontrar nas respostas e a possibilidade de inserção de outras questões no momento de sua aplicação, permitindo maior fluidez das narrativas dos entrevistados. Segundo Souza *et al* (2006), esta abordagem utiliza-se de tópicos que funcionam como lembretes, a fim de construir um processo dialógico entre entrevistador e entrevistado. O instrumento não se limita a perguntas e respostas, pois, por apoiar-se sobre as variáveis essenciais da pesquisa, mais precisamente, por sua estrutura flexível, esta abordagem se tornou apropriada para a dissertação.

Minayo & Sanches (1993) afirmam que este modelo de pesquisa é significativo porque chega aos sentidos mais reais das falas dos indivíduos. Em tese, existe uma reconstrução da narrativa com base nas experiências pessoais de cada entrevistado.

Deste modo, supomos a presença de elementos do que Lulkin (2005) chama de “cultura visual” nos discursos dos ouvintes filhos de surdos, isto é, parte da perspectiva de percepção, apreensão, interpretação e narração dos (pais) surdos são internalizadas e reproduzidas pelos filhos.

No primeiro capítulo refletimos sobre a questão da diferença abordada ao longo desta dissertação: identidade, alteridade e deficiência. Apropriamo-nos de uma reflexão sobre o contexto familiar e apresentamos elementos relativos à família enquanto grupo de pessoas que serve como referência para a estruturação do modo de percepção do mundo. O processo de socialização presente neste trabalho considera que indivíduos e sociedade constroem simbolicamente o ambiente e, conseqüentemente, as identidades dos ouvintes filhos de surdos. As considerações sobre este processo dão visibilidade neste capítulo a quem são os indivíduos que estão presentes neste grupo e as responsabilidades de cada um dentro dele. Além disso, o recorte teórico desta discussão se vale de reflexões sobre o significado de família, a representação de surdez e a comunicação em língua de sinais que despontam enquanto fatores importantes na compreensão das identidades.

No segundo capítulo concentramos as reflexões em torno da linguagem e comunicação no contexto familiar, de modo que percebêssemos a surdez em seu universo simbólico-prático e os tipos de relações que se estabelecem entre pais, filhos, parentes e os outros. Aparece, portanto, o uso da língua de sinais e da língua oral em uma combinação própria deste tipo de família, cuja percepção de sons pelos pais não é uma questão negociável como simples escolha linguística. Fazemos uma breve passagem pela discussão da LIBRAS enquanto língua que possui semântica, sintaxe e pragmática própria, constituindo-a como uma primeira língua (L1) para os filhos de surdos. E, independentemente da comunicação gesto-visual, demonstramos como os ouvintes filhos de surdos aprendem LIBRAS desde o nascimento e conseguem utilizá-la como uma modalidade linguística dita “nativa”.

Os dados do campo da pesquisa aparecem no terceiro capítulo. É especificamente nele que fazemos a análise da construção das identidades ouvintes em contextos de surdez familiar. Colocamos então as teorizações sobre a estruturação de um *habitus* e as falas dos entrevistados frente a frente. Nesta proposta de análise das narrativas dos entrevistados, seguimos a metodologia de Schmidt (2004), que defende a criação das categorias com base no material coletado, sem que isto signifique a perda da teoria como referência. Segundo o mesmo,

uma análise apropriada de dados coletados através de questões abertas não pode ser [a de] interpretar e resumir o material de acordo com os tópicos pré-determinados; estes devem ser somente parcialmente criados antes da coleta de dados (SCHMIDT, 2005, p. 253)<sup>5</sup>

Por fim, nas considerações finais apresentamos sinteticamente os resultados da pesquisa em torno da compreensão das representações da surdez, do processo de socialização e da diferença cultural entre surdos e ouvintes, configuradores das biografias e vidas cotidianas de ouvintes filhos de surdos estudados nesta dissertação, uma questão que entendemos como definidora de identidades. Então, disponibilizamos ao final o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro de entrevista como apêndice.

---

<sup>5</sup> O texto original em inglês foi traduzido livremente nesta dissertação, bem como todas as citações em língua estrangeira.

## 1. ALTERIDADE, FAMÍLIA E IDENTIDADE: REFERÊNCIAS E SENTIDOS CONTRUÍDOS

Neste capítulo fazemos uma discussão que envolve três eixos - alteridade, família e identidade. Nele temos por objetivo compreender as relações entre as questões citadas anteriormente e ainda refletir sobre quem são os ouvintes filhos de surdos. A princípio, recuperamos a ideia de deficiência difundida no discurso social para então abordar, na complexidade de elementos que compõem os indivíduos, os marcadores sociais das diferenças (HALL, 2006), que, relacionados entre si, compõem o *efeito de fronteira* (HALL, 2009), dentre os quais poderíamos citar: idade, raça/cor/etnia, orientação sexual e religião.

Ao considerarmos que as pessoas que são definidas como deficientes vivenciam experiências variadas ou estabelecem rotinas de atividades diversas das que são corriqueiras para a maioria dos indivíduos, supomos que no processo de identificação a noção de alteridade não vai ao encontro de uma identificação pela igualdade do eu e do outro, mas pela dissemelhança. O outro é uma expressão do estranho, uma combinação pertinente de deficiente-*anormal*-esquisito. Vistas desta forma, as categorias que geralmente utilizamos para definir esta outra pessoa não podem ser dissociadas do mundo vivido, que está, via de regra, dicotomizado em superioridade-inferioridade.

Tentando entender como isto funciona, recuperamos uma relação conflituosa que é apresentada por França (2003) a partir dos relatos de profissionais da área da saúde e de assistência social, quando tiveram que responder a duas perguntas muito parecidas. Na perspectiva dos entrevistados, ao serem solicitados a descrever as famílias dos surdos e deficientes atendidos na rede de saúde onde trabalhavam o foco das respostas concentrava-se em informações sobre a condição financeira, relações de trabalho e composição familiar. Ainda que pobreza, subemprego e monoparentalidade fossem particularidades dos pacientes atendidos por estes profissionais, os relatos privilegiavam a exterioridade da família, como se a descrição desta fosse somente por sua infraestrutura. Já no momento de se reportarem às representações sobre suas famílias, estes entrevistados apresentavam uma imagem completamente diferente. Em vez de uma visão negativa sobre o cotidiano e o sentido de dependência – quase que uma extensão do conceito de deficiência –, quando falaram de suas famílias, França

(2003) constatou a eleição do que denomina de aspectos internos, ou seja, faz-se mais importante demonstrar que, comparado aos problemas dentro da família de seus pacientes (os outros), os afetos e os vínculos entre os entrevistados e seus pais são menos conflituosos que os possíveis, e até improváveis.

Para Almeida (2006), ao falar sobre quem somos optamos por apresentar aspectos positivos do eu (aquilo que sou) ao mesmo tempo em que nos distanciamos daquilo que não somos ou não desejamos ser. Portanto, tratar a questão do modo como falamos de nós ou daqueles que são como nós e dos outros sugere a nós que os discursos possuem um significado que está além do “saber algo” ou “falar sobre”, eles hierarquizam as pessoas, como citamos anteriormente.

Nosso esforço neste momento é de romper com um discurso único e de verdade, defendendo o esforço de perceber o outro através de novas lentes, um trocadilho que significaria para Foucault (2002a) a dessujeição dos sujeitos. Transpor-se para estas novas narrativas seria uma investida particular daqueles que tentam entender o outro a partir da visão do próprio outro. Contudo, colocar-se no lugar do outro requer a compreensão mínima de um quadro de relações que estes estabeleceram com o mundo. Mesmo assim, corremos o risco de novamente sujeitá-los; é isso o que afirma Bhabha (2003) ao enunciar que discursos são posturas políticas e mais produzem do que refletem seus objetivos da referência. Talvez seja por este sentido ambíguo, presente nas nossas falas, que pesquisas sobre diferenças se tornaram centrais nos centros acadêmicos. A produção desta visão acaba criando um ambiente híbrido de reflexão sobre o outro, que significa a abertura para um novo modo de vê-lo. Mais conjecturas do que empirismo, isto não pressupõe uma completa liberdade, ou seja, acontece uma ressignificação e um novo empoderamento dentro de novas expectativas.

A respeito deste câmbio na forma de tratar o que distingue os indivíduos, Ribas (2007), paraplégico, cadeirante e coordenador do Programa de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência na empresa privada Serasa S.A., discute o problema da convivência entre estes dois grupos de pessoas, as ditas normais e as chamadas de deficientes. Segundo ele, “não dá pra saber quando paraplégicos, tetraplégicos, surdos, cegos e pessoas com deficiência mental passaram a ser colocados na mesma categoria” (p.12). Em razão desta condição homogeneizante, o autor entende que muitos deficientes ainda têm como autoimagem a ideia de limitação. O processo de interação demonstra uma relativa tensão em que a desinformação sobre o outro resulta em uma

visão preconceituosa e restritiva de quem o indivíduo é ou pode vir a ser (RIBAS, 2007).

Relatos de ouvintes, pais de surdos, podem nos dar elementos característicos de um conflito entre suas expectativas em relação aos filhos e a informação de que a criança, por exemplo, não consegue ou conseguirá se orientar por sons e, principalmente, comunicar-se oralmente (como os genitores assim a fazem). A esperança do infante se tornar uma pessoa bem sucedida profissionalmente, casar-se e ter filhos fica quase que obrigada a passar por uma reformulação fora dos planos paternos originais (SANTANA, 2007). É neste momento que a desinformação sobre a diferença e o fato de não conseguir se colocar no lugar do outro, pela aceitação, fazem com que os pais se deparem com tudo que não são. Portanto, pensar um cotidiano fora do que convencionamos como normalidade causa um choque nestes pais, até porque esta diferença não é bem-vinda (RIBAS, 2007).

No caso de cegos, a abertura das pálpebras e direcionamento da cabeça para alguma direção, indicando que os olhos estariam fixados em alguma imagem, não é suficiente para afirmarmos que estes foram capazes de perceber o que está ao seu redor. A condição de não enxergar lhes confere uma dinâmica diferenciada ao cotidiano, tendo, geralmente, tato, olfato e audição como meios de captação de padrões e compreensão de significados. Logo, aqueles que não têm contato regular com cegos e não conseguem internalizar este modo de vida tendem a representá-los pela limitação da visão, ainda que a imagem criada das coisas dependa mais da memória do que do olhar.

Embora percebamos o malgrado rondando a diferença, Ribas (2007) afirma que houve nas últimas décadas uma mudança em relação a este outro chamado deficiente, que “começou a [se] aprimorar no final dos anos 90 [1990], quando muitos de nós deixamos de lado a nossa deficiência e passamos a ajudar os que têm o poder de melhorar a qualidade de vida das pessoas a elaborar projetos que nos beneficiassem” (p. 81). Ou seja, neste período de resignificação e reconstrução do estereótipo em relação às minorias, os próprios outros-diferentes-deficientes-minorias começaram a ter um papel maior nesta redefinição e nas condições de acessibilidade que garantissem serviços e informações com maior facilidade, afirma Kauchakje (2003). Como exemplo destas conquistas pode-se citar algumas leis brasileiras: Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio à integração social de pessoas com deficiência; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata da configuração de política social como provisão de atendimento a necessidades básicas, inclusive aos deficientes; Lei nº 8.213,

de 24 de julho de 1991, que disciplina a definição de readaptação profissional e reserva de mercado a grupos minoritários; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que determina o atendimento prioritário a idosos e deficientes, e acessibilização de transportes públicos adaptados; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (conhecida como Lei de Acessibilidade), que estabelece critérios gerais e básicos para a acessibilidade de deficientes e pessoas com mobilidade reduzida; Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que trata do reconhecimento da LIBRAS como língua; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso<sup>6</sup>; e Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentam a Lei nº 10.436 de abril de 2002 e a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000<sup>7</sup>, ambas deliberando aspectos mais específicos não contemplados inicialmente.

Dentre essas leis, a que reconheceu a LIBRAS como língua brasileira se torna, para nós, um marco para os questionamentos sobre a surdez e a comunicação por meio de uma modalidade linguística gesto-visual, tendo em mente que existem mais de 7 500 000 surdos no Brasil (CENSO, 2000), e que seu status aponta para o reconhecimento de uma comunidade linguística com valores sociais e culturais próprios. Outra iniciativa que conta com o Brasil como signatário responsável por uma política de ação inclusiva para crianças que necessitem de qualquer tipo de atendimento escolar diferenciado foi assinado e registrado como Declaração de Salamanca. Tal documento é resultado de um acordo que os estados associados à ONU firmaram na Conferência Mundial da Educação Especial em 1994, tendo como objetivo principal reafirmar o compromisso com a educação para todos. Contudo, mesmo que “os direitos das pessoas deficientes sejam incrivelmente reconhecidos”, como afirma a Unesco (2009, p.5), existe um distanciamento entre a legislação e a sociedade.

Conforme Kauchakje (2003), a realidade social “está fundamentada, fortemente nos valores, na mentalidade, e na tradição de nossas relações autoritárias e excludentes” (p.5), por isso, a relação entre informação, direito e mudanças sociais não pode ser entendida como uma conexão direta entre o primeiro e o último aspecto; ainda que abra espaço, por exemplo, para cidadania, respeito e dignidade a minorias, não têm um princípio de causalidade. É neste contexto de compreensão das diferenças que

---

<sup>6</sup> Ao registrarmos esta lei junto com as demais, temos o objetivo de demonstrar a consonância entre todas elas e o senso de atenção a grupos socialmente discriminados em muitas regiões do Brasil.

<sup>7</sup> Além das leis federais levantadas, existem diversas leis estaduais e municipais. Para conhecer outros projetos de lei em tramitação nos âmbitos nacional e local, sugerimos uma busca mais detalhada no site do Senado brasileiro – [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

iniciamos o estudo sobre a construção da identidade de ouvintes filhos de surdos a partir da compreensão da família como unidade que promove os primeiros passos da socialização. De fato, abordamos a surdez já neste primeiro momento, mas somente no que tange a uma reflexão que permite tratar das famílias e as relações que nelas são estabelecidas.

### **1.1 Famílias de todos os dias**

A socialização das crianças no mundo dos adultos tem como pressuposto os relacionamentos estabelecidos entre os indivíduos a partir do momento que nascem, seja pelos vínculos entre adultos e crianças ou mesmo entre pares, que se influenciam mutuamente (LASCH, 1991; MUSSEN *et al*, 2001). Os contatos rotineiros e repetitivos entre os indivíduos que compartilham de uma noção de “pertencimento ao grupo” criam o ambiente para a internalização de normas e padrões sociais por aqueles que ainda não fazem uso dos mesmos como se fossem comportamentos inerentes à sua natureza humana. Estes ensinamentos ainda não têm nenhuma relação com o aprendizado formal oferecido nas escolas. Estamos falando do dia a dia onde as trocas de olhares, carícias, as brigas e os momentos de conversação que os indivíduos estabelecem entre si configuram um ambiente de compartilhamento de informações e aprendizados.

Mello (2005), Fonseca (2002) e Lasch (1991) afirmam que existe um grupo de indivíduos que promove este primeiro contato entre o recém-nascido e as redes de relações existentes, fazendo a mediação entre o indivíduo e a sociedade, atuando tanto como representante do modo esperado de se agir quanto como responsáveis por colocar o infante em contato com a “normalização” geral da sociedade. Tais associados formam o que os autores denominaram de *família*. Ou seja, esta representa o lugar onde os indivíduos recebem as primeiras orientações sobre os padrões socialmente estabelecidos, pois já fazem parte das redes de relações sociais e passaram pelo processo de socialização e internalização.

É para compreender em que aspectos a família contribui para a formação de identidades que entramos nas histórias particulares de indivíduos ouvintes filhos de surdos, levando em consideração que a surdez dos pais é um elemento importante para falar sobre quem são estes filhos. Ao fazermos a discussão a partir da dela, agente mediadora, temos como propósito entender os padrões de comportamentos e o que circula neste universo familiar de surdos e ouvintes, rompendo com um adágio popular: “família é tudo igual”. Então, quando utilizamos esse termo, temos em vista um grupo

de indivíduos associados que possuem comportamentos esperados, mas não idênticos entre si - característica de um padrão geral de expectativas e ações. Pensa-se, portanto, que há uma relação minimamente continuada entre todos estes que se identificam enquanto grupo, sem que isto seja uma defesa de que em todas as sociedades as famílias tenham sido ou sejam semelhantes às abordadas nesta pesquisa.

Considerando que a organização das famílias faz sentido somente se não a descolarmos de suas épocas e contextos sociais, não a entendemos isoladamente, mas com base na forma como as sociedades se organizam, ou seja, partimos da noção de que as famílias são produtos de ações humanas e não entidades inalienáveis aos comportamentos humanos – pressuposto de um tipo único de organização familiar como correto ou verdadeiro. As relações estabelecidas entre os indivíduos da família e os tipos de organização que assumem são considerados como construção social histórica e não “da noite para o dia”, expressão utilizada por Lasch (1991). Engels (1984) chega à conclusão semelhante quando afirma que a organização familiar teve origem no desejo humano de apropriação privada dos bens existentes, e que, portanto, não se pode falar em família deixando de lado o aspecto da dominação de homens sobre mulheres.

Independentemente de como ocorreram os conflitos por poder, a teoria engelsiana sobre família acaba ligando longos períodos históricos como se a história fosse um discurso único e que neles as organizações familiares seguem certo padrão. A ligação de uma configuração à outra demonstra que no pensamento deste autor estão presentes elementos próprios da teoria evolucionista darwiniana na qual os eventos estão conectados e encadeados numa sequencialidade. Pensando em uma história das famílias ao longo do tempo, damos conta de que essa abordagem desconsidera em parte o sentido de construção e organização da sociedade por meio de ações humanas, fundamentadas nas possibilidades de coexistências de diversos modelos organizacionais familiares em um mesmo período histórico.

Outra perspectiva, um tanto mais crítica sobre família, pode ser encontrada nos escritos de Lasch (1991). Este estudo busca responder algumas perguntas que geralmente são tomadas em segundo plano, dentre as quais se destacam o porquê da vida familiar ser tão difícil, a fragilização dos casamentos e as recriminações e hostilidades nas relações entre pais e filhos. Nesta obra, o autor faz uma crítica aos estudos sobre família que até a década de 1930 se valiam de uma abordagem evolucionista (LASCH, 1991, p.53), analisando um modelo familiar como mudança adaptativa de um anterior e também o que denomina de “santidade no lar” (p.23). As

formulações rebatidas por Lasch interpretavam a família como “o” lugar de refúgio em um mundo sem coração. A poética alusão a um “lugar de aconchego” torna-se um discurso cada vez mais fragilizado diante do capitalismo que invade a família. Em vez de estruturar-se como o espaço onde se possa gozar da privacidade, a família poderia ser entendida como o principal agente de socialização e reprodução dos padrões culturais no indivíduo. De uma visão romântica de família, o autor orienta seu discurso em direção à problematização do lugar social da família.

O ponto de partida levantado neste livro assume as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a industrialização, e a alteração no padrão de gênero no trabalho (fora de casa) como responsáveis pelo esgotamento da família enquanto instituição “sagrada”. Para sustentar esta afirmação, Lasch (1991) recorre à racionalidade moderna que desarticulou profundamente a associação entre mulheres e tudo que é frágil. Conseqüentemente, o ambiente privado da casa foi transformado em um lugar onde a modernidade e as (re)significações dos espaços penetraram e se estabeleceram tal como nos ambientes públicos. Assim, o vínculo entre mulher e doméstico começa a não fazer sentido dentro da lógica racional e democrática, colocando a noção de família frente à necessidade de uma nova concepção, dado que não mais pode ser representada como “lugar sagrado”.

Esta nova organização do trabalho cotidiano dos indivíduos criou oportunidades para o surgimento de novos padrões de atribuições de tarefas domésticas orientado por uma perspectiva mais igualitária (e não totalmente) entre homens e mulheres (VAITSMAN, 1994; BRUSCHINI, 1987, 2007; PERROT, 2005, ZYBERSTAJN, 1985). Embora a mudança no mundo do trabalho seja significativa para se explicar os novos papéis sociais, Lasch (1991) afirma que a família não perde o sentido de agente que “inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos” (p.25), sustentando a concepção apresentada anteriormente que a define como instituição que promove a mediação entre indivíduo e sociedade.

Na medida em que a entendemos como uma unidade de pessoas que estão associadas e que promovem a interação da criança com o mundo de regras e padrões, tomamos conta da importância que estes relacionamentos têm para a própria formação da identidade dos indivíduos. As interações entre pais, filhos, tios, avós e todos os que são identificados como pertencentes à família combinam diferentes elementos da vida social que passam a fazer parte do cotidiano das crianças e a formar sua percepção do mundo. Mussen *et al* (2001) afirmam que esta relação entre crianças e adultos configura

o processo de socialização, no qual “as crianças aprendem os padrões, valores e comportamentos esperados em sua cultura e sociedade” (p.185) e que os pais são tomados como os principais agentes, pois as crianças aprendem e internalizam as normativas sociais “através dos modelos de comportamento dados pelos pais, expressando aceitação e carinho, colocando restrições ou dando liberdade, punindo o comportamento inaceitável” (idem).

Em Bacelar (2002) encontramos referências que complementam esta noção de socialização dos menores. Na visão da autora, tal processo é a condição *sine qua non* da estruturação do que denominou de *subjetivação*. Por se trata de um comportamento que não somente influencia, mas orienta e também coloca a fala dos adultos acima do querer das crianças, na família se inicia a construção do indivíduo enquanto sujeito. E, o fato de apreender as relações sociais existentes permite que conheçam a si próprios e sejam capazes de fazer diferenciações entre si e as outras pessoas com quem compartilha significados (BACELAR, 2002, p.17).

Nas rotinas cotidianas, a partir do que poderíamos chamar de “observação assistemática”, as crianças têm a oportunidade de reconhecer os padrões de continuidade das relações e internalizá-los como se fossem inerentes à sua natureza, ou o que Bourdieu (2002) chama de segunda natureza. Isto pode ser visto a partir das experiências pessoais registradas por Strobel (2008)<sup>8</sup> relatadas em seu memorial para a qualificação do mestrado:

Lembro uma vez de uma ocasião de quando eu tinha sete anos, em um dia muito quente e eu tinha uma vontade incrível de tomar Coca-Cola. Pedia a minha mãe apontando com o dedo indicador para a garrafa vazia, ela me respondeu: "você quer Coca-Cola? Então lhe dou dinheiro e você atravessa a rua e vai comprar lá em armazém em frente" eu gritava e implorava... “Não”, pois tinha vergonha porque falava errado e queria que minha mãe fosse comprar para mim (...). Eu fui ao armazém e eu falei com voz tremida: “Coca-Cola”, então o homem me deu a cola que acabei levando. A minha mãe perguntou: "é isto que você quer tomar?" com a minha resposta negativa ela me fez voltar acompanhando-me junto e com isto me senti mais segura e com passos firmes entrei no armazém e reclamei ao homem que não queria cola e sim Coca-Cola (...) (STROBEL, 2004, *apud* STROBEL 2008, p.31).

---

<sup>8</sup> Em 2008, Karin Lilian Strobel, surda, recebeu o título de Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Hoje ela tem se envolvido com políticas de inclusão social e de afirmação de uma identidade surda.

O relato anterior faz parte de uma das inúmeras situações as quais a autora foi submetida a fim de que, desde criança, tivesse em mente que a surdez não deveria ser uma limitação para suas vivências cotidianas. Embora não seja um exemplo de ouvinte filho de surdos, a citação não se torna imprópria, visto que o foco da discussão é a apropriação e incorporação de um modo de se relacionar com os outros e ser no mundo. Ainda sobre este caso, mesmo que a comunicação oral se mostrasse complicada como canal dialógico, o sentimento de equidade, superação e esforço contínuo em qualquer atribuição diária deveria fazer parte da segurança que teria enquanto indivíduo. No modo como a autora descreve a cena da Coca-Cola, a surdez é percebida como uma marca de sua vida, mas não um problema ou aprisionamento em uma condição de inferioridade. O que a mãe daquela defendia e ensinava era o valor de sua individualidade, condição engendrada pela modernidade (ARIÈS, 1986; FONSECA, 1995).

No século XVIII, as transformações sociais no mundo do trabalho e o processo de individuação produziram mudanças nas famílias, dentre elas: matrimônio expresso pela livre escolha do cônjuge, coerente às vontades particulares de amor romântico; aconchego da unidade doméstica; e importância central dos filhos (ARIÈS, 1986). O sentido desta mudança sustenta o papel da mãe de Strobel no que se refere ao cuidado que dedicava à filha e a demonstração de que a liberdade e a autoafirmação enquanto indivíduo era uma questão que tinha validade dentro dos valores compartilhados por sua família.

Todavia, não queremos reconstruir neste trabalho o tipo de família burguesa, mesmo porque pesquisas como as de Mello (2005), Fonseca (2002), e Scott (2001) já demonstraram que existem diferentes padrões de composição dos indivíduos que se percebem enquanto família. Se no século XVIII este grupo era definido por pai, mãe e filhos, aqueles pesquisadores mostram que o padrão de configuração familiar burguês tende a ser cada vez mais um ideal frente às constantes mudanças nos relacionamentos e matrimônios, muitas vezes monoparental ou de pessoas que contraíram novos casamentos.

Mas, para entender o que significa família, tomaremos emprestada uma reflexão sobre a questão de nomear as coisas, presente em Góes (1999). Para esta autora, quando uma palavra passa a “permear a vivência com o objeto, ou ao estabelecer enlaces com outras palavras, permite recortar as coisas do mundo, abstrair e generalizar sua propriedade” (p.32). De fato, a construção de um sentido e as formulações sobre o que

vem a ser uma família não fogem à concepção anterior. Então, mesmo que no empírico uma diversidade de indivíduos faça parte do grupo, não se deve esquecer que existe uma representação hegemônica que se impregna à nossa natureza, ainda que não reconheçamos nossas famílias como expressão desta hegemonia.

Scott (2001) defende que o termo família é, de fato, uma realidade complexa de intersecções entre diferentes características, ou seja,

é um ponto de estabelecimento de alianças entre grupos; um ponto de definição da filiação e pertença ao grupo; um ponto de negociação de gênero e a referência para o estabelecimento de relações entre gerações. É um local de afirmação de reciprocidade e da hierarquia, simultaneamente (p.96).

Nem por isso podemos afirmar que seu sentido foge ao comportamento socialmente esperado; pois, ainda que as famílias se componham de diferentes personagens, elas se tornam geralmente responsáveis pela socialização das crianças. Ao dizer que este comportamento ocorre sob certas condições, estamos levando em conta o problema de reprodução dos padrões sociais presentes no trabalho de Lasch (1991). Ou seja, admitindo que os pais tenham grande responsabilidade sobre a educação dos filhos, tal autor entende que aqueles não devem ser considerados como a única fonte de autoridade, já que no cotidiano existem normas e padrões de comportamento que são transmitidos às crianças também no ambiente escolar, na igreja, por vizinhos, através dos meios de comunicação de massa, etc. Em certo sentido, a educação formal aparece estruturada em favor de construções de conhecimento comum e de identidades mais universais, opondo-se a identidades regionais e locais produzidas pelas famílias (LASCH, 1991).

Esse tipo de consideração que associa diversidade familiar à diversidade de identidades nos ajuda a pensar como a surdez de alguns indivíduos é significativa para a reflexão sobre o contexto social em que são formados os “eus” dos ouvintes filhos de surdos. Como produto histórico, os indivíduos passam a conviver com valores, crenças e sistemas simbólicos, definidos dentro do espaço social, bem como dentro e fora da família (SARTI, 1996). Tal movimento de incorporação e exteriorização de significados sociais sustenta o processo de subjetivação (BACELAR, 2002), de onde partem as

afirmações das identidades por meio da diferenciação entre quem é o eu e o outro<sup>9</sup>.

O trabalho de Ariès (1986) também aborda a discussão de diferenciação dos indivíduos dentro da família. Em seus levantamentos iconográficos do século XV em diante, aparecem elementos que lhe permitiram chegar à conclusão de que a infância fora socialmente criada; porque, até o século XVI as crianças não apareciam nas telas. Quando começaram a ser pintadas, o processo de subjetivação ainda não diferenciava as idades, ou seja, os integrantes da família eram representados como executores das mesmas atividades, principalmente no que se referia à plantação e aos cuidados domésticos. Isto implica que o modo como a sociedade percebia a criança dentro da família não lhe conferia um significado de diferença, ou seja, era despossuída de uma identidade própria. Tal constatação decorre do fato de que as famílias eram vistas como realidade moral e social, e não sentimental. Até o século XVI, as famílias retratadas nestes quadros não definiam um espaço social específico no qual o distanciamento entre a vida das crianças e dos adultos fosse algo inteligivelmente percebido.

Ainda que as pessoas destas famílias não tivessem suas identidades independentes do aspecto moral que a família lhes conferia, alguns elementos do cotidiano nos permitem notar que o relacionamento entre pais e filhos era preenchido por certa diferenciação, pois havia aspectos de transmissão dos conhecimentos do mundo para a criança e, conseqüentemente, da atuação dos pais como os outros em relação às crianças. No entanto, por ser uma coletividade, admitimos que estes integrantes da família possuem uma linguagem comum, isto é, pais e filhos tendem a perceber o mundo dentro uma perspectiva não dissemelhante (SARTI, 1996, p.6-7). Embora não possamos dizer que nestes “núcleos” os indivíduos estejam livres da “invasão do mundo”, eles são “os centros de vida social muito densa” (ARIÈS, 1986, p.261-2).

Outra abordagem para o significado de família é dada por Prado (1995), quando buscou compreendê-la por meio das relações estabelecidas dentro de sua estrutura. Em sua tentativa de responder à pergunta “o que é família?”, valeu-se do seguinte pressuposto: “são grupos delimitados e temporais (...) com objetivos definidos” (PRADO, 1995, p. 9). O que nos leva a outras perguntas: se as famílias formam grupos de indivíduos que têm objetivos, quais seriam estes objetivos? Seriam os mesmos objetivos significativos para definir todos os tipos de famílias?

---

<sup>9</sup> O uso das expressões “eu” e “outros” com letras minúsculas é uma escolha deliberada para que não essencializemos os indivíduos e estructuremos uma identidade como fixa. Para isto nos valem das discussões de Bhabha (2003) sobre a multiplicidade de identificações que assumimos perante os outros.

Orientada pela proposta de identificar o objetivo comum de existência da família, Prado (1995) afirma que mesmo que as estruturas familiares se modifiquem em decorrência de novos interesses socioeconômicos, a “lealdade” funciona como um elemento agregador dos indivíduos, e é por meio deste aspecto que as pessoas se identificam enquanto grupo. Logo, o sentido de família é preenchido pelos interesses momentâneos dos indivíduos. Percebe-se então que há uma reestruturação dos traços que a identificam em favor de: 1) ruptura dos laços geracionais; 2) instabilidade no matrimônio; e 3) destruição do sistemático conceito *lar/ninho* (PRADO, 1995, 21-27). Este último foi abordado com muita propriedade na obra de Lasch (1991).

Como relatou Engels (1984), em diferentes épocas um tipo específico de família se sobressaia na sociedade como o ideal de organização. Isto não quer dizer que o padrão ideal de associação daqueles que se sentem parte integrante da família ocorra com mais frequência que outros tipos, mas, sim, que existe uma relação normativa entre as livres escolhas racionais e o ideal.

A noção de função social da família aparece então arraigada à antiga concepção de família burguesa, cujas atividades dos indivíduos adultos têm como referência os filhos, e são responsáveis pelo desenvolvimento de sua sociabilidade, afetividade e bem-estar físico, principalmente no período da infância e adolescência. Este tipo de pensamento demonstra como a sociedade atua normatizando as relações que devem se estabelecer dentro deste grupo.

Vê-se com isso que as percepções sobre a expectativa de ação cotidiana dos associados a estes laços de lealdade poderiam ser alteradas por uma diversidade de fatores externos aos desejos de seus componentes. Lasch (1991) e Prado (1991) defendem esta abordagem de contínua construção das relações familiares, atentando-se para as mudanças. Por exemplo, deixam claro que a revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico influenciaram o modo como a sociedade se organizou; conseqüentemente, as famílias foram submetidas a modificações na quantidade de indivíduos, nas relações de gênero e nas funções que deveria representar em seu cotidiano.

Nestes termos, por que não olharmos para a surdez de alguns pais em buscar de reflexões sobre a identidade dos filhos? De fato, tal abordagem assume a hipótese de que a surdez é um aspecto importante na construção de quem são os filhos, especificamente os ouvintes filhos de surdos, o foco desta discussão. Todavia, antes de aprofundarmos na discussão sobre a surdez, buscaremos compreender um pouco mais

sobre os indivíduos que integram as famílias e suas representações.

## **1.2 Quem está dentro da família?**

Nas reflexões sobre o sentido de família percebemos que os componentes estão ligados uns aos outros por uma condição de identificação; o que nos permite afirmar que as famílias podem ser compostas tanto pelos laços de consanguinidade entre os indivíduos quanto por outros tipos de vínculos entre elas, visto que a relação de identificação se caracteriza pelo comportamento de lealdade entre os indivíduos (PRADO, 1991). Por isso, quem está dentro ou fora está porque faz sentido pensá-lo enquanto tal. Mesmo assim, nos perguntamos qual o sentido e o lugar desta pessoa no grupo. Para responder a esta questão, buscamos na discussão de Roudinesco (2003) a compressão do processo de representação de personagens dentro da família e a estruturação dos novos modelos.

Em *A família em desordem*, esta autora procura demonstrar as mudanças na percepção dos papéis de pai, mãe e filho a partir do Complexo de Édipo, discutindo sempre com a psicanálise freudiana. A ordem simbólica à que ela se refere pressupõe que em uma família haja uma aliança entre cônjuges e filhos, analisando assim as relações entre todos a partir da destruição do que chamou de *Figura do Pai*. Esta figura aparece como a representação de um ser sobrenatural cujo princípio de autoridade existe independentemente dos indivíduos e que fora corporificado no homem, por seu poder econômico e privado (ROUDINESCO, 2003). Assim, o poder centrado na figura do homem (pai) acabou submetendo a mulher (mãe) à vontade do cônjuge. Outro sentido para esta relação de dominação foi extraído da concepção de racionalidade como comportamento próprio do homem e de passionalidade da mulher. Segundo ela, a consolidação de uma percepção da paternidade como um aspecto ético da relação entre cônjuges e filhos acabou transformando profundamente o poder centrado na figura do homem, o que produziu a emancipação das mulheres e, posteriormente, das crianças (ROUDINESCO, 2003, p.40).

O que restou desta ressignificação foi a reinserção deste mesmo pai como um “pai real”, destituído da autoridade divina, porém, ainda responsável por um poder de impor limites dentro de casa, tornando a associação entre homens e mulheres um contrato livremente consentido, passível de rompimento dependendo da vontade de um ou outro. O questionamento da ideia de um relacionamento indissociável assume um caráter mais racional e modificador da estrutura das relações de aliança (VAITSMAN, 1994;

ROUDINESCO, 2003).

As transformações dos espaços ocupados pelas mulheres e crianças dentro da família produziram novas identidades aos filhos, que, em contato contínuo com novas perspectivas sobre o significado do gênero, colocaram-nos diante de outro universo simbólico. Pais, mães e filhos experimentaram tempos de “desordem”. Ou seja, o sentido de “eterno” colado à família, via casamento, perdeu efetivamente sua capacidade de manter os indivíduos unidos. Da concepção de um ato fundador de uma célula familiar única e definitiva, o vínculo estabelecido no casamento passa a ter um sentido de contrato mais ou menos duradouro.

Pelo processo de socialização os filhos passaram a compartilhar dos mesmos valores dos pais, permitindo a internalização da família como uma realidade (re)construída constantemente.

Em lugar de ser divinizada ou naturalizada, a família contemporânea se pretendeu frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre os homens e as mulheres um equilíbrio que não poderia ser proporcionado pela vida social (ROUDINESCO, 2003, p.153).

A perspectiva de identificação que os indivíduos fazem de si enquanto produto de comportamentos culturais, materiais e políticos que as famílias experimentam em seu cotidiano é apresentada por Bacelar (2002). Todavia, não é uma formulação particular desta autora. Sarti (1996) defende perspectiva semelhante quando procura entender o sentido de família para aqueles que vivem em condição de pobreza; ela enfoca a construção de um universo simbólico e moral no qual os indivíduos fundamentam o viver em família.

Neste tipo de família os indivíduos convivem com a falta de alimento, a representação da pobreza como estado desprestigiado para a condição humana e outras dificuldades de acesso a serviços públicos, como hospitais e escolas. O resultado deste combinado de elementos cotidianos inviabiliza o acesso dos pobres a melhores postos de trabalhos; pais e mães são quase que obrigados a trabalhar em subempregos para sustentar a casa. O trabalho acaba não sendo o que lhes proporciona uma identidade social, mas a figura do homem enquanto provedor (SARTI, 1996, p.43). Percebe-se com isto a existência do pai como personagem relevante para que a família tenha um sentido moral positivo.

E se o pai não existir? Dentro desta mesma obra, Sarti afirma que os pobres

possuem a própria identidade pessoal indissociada da família; em outras palavras, é ela que “constitui os parâmetros simbólicos que estruturam sua explicação do mundo” (SARTI, 1996, p.33). Então, quando o pai inexistente enquanto figura que provê as condições básicas de sobrevivência, as relações estabelecidas entre os indivíduos desta família são modificadas para que os indivíduos “leais” satisfaçam as necessidades tanto de autoridade quanto de provisão material para a continuidade do grupo.

Nestes casos, independentemente de o homem ser geralmente associado ao chefe da família e a mulher à chefe da casa, a família ultrapassa os limites daqueles que vivem em uma mesma residência. Desde os movimentos de fragilização do sentido de família como pai, mãe e filhos, Bacelar (2002) e Sarti (1996) afirmam que outras pessoas passaram a fazer parte da família; não como um retorno e submissão aos laços de parentesco por consanguinidade, mas de forma a ampliar o grupo de pessoas que é identificado como parte da família. Em muitos casos, ambas as autoras deixam claro que os avós maternos acabaram se tornando estes indivíduos.

Outro tipo de composição familiar comum na sociedade brasileira pode ser identificado em relacionamentos onde pais se separam e contraem novos matrimônios, formando novas famílias. Vaitsman (1994) relata que este fenômeno está presente na classe média carioca desde a década de 1960 e Sarti (1996) que o mesmo é visto quando se estudam os pobres. Porém, os tipos de relacionamentos que homens e mulheres estabelecem entre si, nos dois modelos de famílias citados anteriormente, se diferenciam significativamente. Enquanto o homem é encarado nas famílias pobres como a autoridade central (SARTI, 1996, p.48), fazendo-nos lembrar da fala de Roudinesco (2003) sobre a materialidade da *Figura do Pai* morto e reinserido no mundo, as famílias de classe média carioca partilham de um sentido de autonomia e igualdade entre os sexos e, mais recentemente, entre gerações (VAITSMAN, 1994).

Em um sentido amplo, há a construção de identidades individuais a partir do que as famílias consideram culturalmente relevantes. Tais experiências fragmentadas e complexas são tratadas por Hall (2006), Bhabha (2003) e Vaitsman (1994) como produtos dos discursos que colocam a cultura como ponto central nos questionamentos sobre identidades.

Pode-se ver bem isto no desempenho de múltiplos papéis na vida cotidiana de muitas mulheres. Se antes estas estavam associadas quase que exclusivamente à casa e ao cuidado dos filhos, nas mudanças decorrentes da luta dos movimentos de igualdade entre os sexos, da industrialização e da urbanização no início do século XX

(ZYBERSTAJN, 1985, p. 17-8), percebemos que houve uma projeção maior no número de mulheres em ocupações fora de suas residências, cuja presença era (pre)dominantemente de homens (GRZYBOVSKI, 2001).

Paralelamente a esta configuração na qual as mulheres conseguem uma maior inserção social fora do espaço doméstico, o trabalho de muitas delas proporcionou uma revisão nos papéis de homem e mulher dentro de casa, inclusive no tocante aos cuidados com os filhos. Se ambos possuem responsabilidades fora de casa, uma tendência crescentemente constatada é a democratização de toda a divisão de tarefas, ainda que famílias do Recife (BACELAR, 2002), do Rio de Janeiro (VAITSMAN, 1994) e da periferia de Porto Alegre (FONSECA, 2002; SARTI, 1996) contem com outras pessoas para auxiliar no processo de socialização e educação dos filhos.

### **1.3 Pais e filhos: cotidiano e identidades**

Relembrando Góes (1999), as experiências dos indivíduos com as palavras e suas formas de se posicionar discursivamente, dizendo quem são e a quais grupos de indivíduos fazem parte, criam um ambiente no qual as pessoas tendem a reproduzir as mesmas perspectivas recortadas do mundo. Em tese, sustentamos a continuidade dos valores e crenças compartilhados pelos pais nos filhos. Neste sentido, optamos por refletir sobre a relação pais-filhos a partir da perspectiva de socialização, da própria inserção dos filhos nas redes de relações dos pais e sua reprodução no ambiente familiar.

As relações humanas vistas a partir da teoria cultural de Bhabha (2003), cujos sentidos são contingentes aos posicionamentos dos indivíduos diante das representações do que são as coisas, do modo como internalizam estes significados e como participam deste processo de significação, tais contatos entre pessoas nos permitem sustentar que a percepção de mundo do modo como viemos delineando ao longo desta dissertação é algo que passa de adultos para crianças como um processo comum. Mas, de que maneira ocorre a transferência da visão do adulto para uma criança? A resposta a esta pergunta pode ser pensada a partir da capacidade de comunicação que os indivíduos possuem. Em princípio, não existe comunicação e troca de informações se os indivíduos não compartilharem de uma linguagem inteligível.

Quando uma pessoa realiza algum movimento corporal ou escreve, por exemplo, existe por trás destas ações uma estrutura compartilhada denominada linguagem, da qual não se pode fugir sem que o sentido que se queira expressar ao outro se perca entre

os agentes do discurso. Este tipo de compreensão permeada de signos e símbolos é o que diferencia o homem dos outros animais, principalmente no que se refere à capacidade de expressar-se oralmente e demonstrar um comportamento cada vez mais racional. A capacidade de expressar-se utilizando diversas formas de comunicação, oral, visual ou gestual insere as crianças no mundo não só de relações, mas de compreensão das mesmas.

Porém, até os anos de 1960, a compreensão das modalidades linguísticas ainda era uma questão muito delicada, principalmente no tocante ao uso de língua de sinais. Segundo Moura (2000), os surdos tiveram a integridade de indivíduos violada por uma série de fatores, a começar pela forma como se entendia aqueles que não ouviam e muitas vezes não possuíam habilidade para se expressar através da oralidade. A história dos surdos até meados de século XX teve como foco a sensoriedade auditiva em vez das experiências que estes indivíduos partilhavam entre si ou identificavam como referências para suas identidades. Havia um discurso de normalização dos surdos a partir da ação e interação que pessoas ouvintes podiam compartilhar entre si, ou seja, o fato de não falar colocava os surdos em uma prisão a nível simbólico e prático. Por não fazerem uso da modalidade linguística dominante (no caso do Brasil, o português falado), a representação da surdez se colava à noção de humanos de segunda categoria e, em alguns casos, de não humanos, como afirma Moura (2000).

Para o objetivo desta dissertação, consideram-se as línguas de sinais e a oralidade num mesmo patamar linguístico, cuja diferença se expressa somente em termos de análise das particularidades sintático-semântico-pragmática. Desta forma, desde que admitidas como estruturas que expressam sentidos e estabelecem comunicação entre os indivíduos que as utilizam no seu cotidiano, ambas as modalidades são inteligíveis e legítimas no que tange ao processo de socialização.

Retomando esta discussão sobre o compartilhamento de significados entre pais e filhos através de relações e interações sociais, Mussen *et al* (2001) afirmam que a socialização proporcionada pelos pais e a internalização desta perspectiva social são importantes para a construção das identidades dos indivíduos. No entanto, vale lembrar que os contatos iniciais da criança com os pais são desprovidos de qualquer compreensão de significados por parte dos menores, pois, enquanto os adultos agem dentro das expectativas sociais e entendem as regras, o universo simbólico que atua como cenário das ações particulares dos indivíduos socializados ainda não é entendido pelos filhos. Embora não queiramos ser etapistas como Mussen *et al* (2001), a

capacidade que a criança tem de se perceber como indivíduo inserido em uma comunidade que compartilha determinados valores, crenças e representações é notoriamente reduzida nestes anos iniciais. O cotidiano e a rotina de muitos dos comportamentos dos familiares pouco a pouco são percebidos como agir esperado; pais e filhos entendem como devem agir para que sejam identificados dentro do padrão de comportamento considerado “normal”. Este processo nem chega a ser sentido como coercitivo ou consciente.

Como estamos pensando o cotidiano dos ouvintes filhos de surdos e o processo de compreensão do mundo e também de si mesmos, pode ser que os estereótipos sobre a surdez e a dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes construam uma barreira para refletirmos sobre o aprendizado dos infantes durante seus primeiros anos, por isso, consideramos relevante refletir sobre o momento em que a criança consegue fazer as primeiras significações simbólicas.

Para Mussen *et al* (2001), durante o primeiro ano de vida do indivíduo já se pode perceber um aprendizado significativo em relação à reprodução de comportamentos observados, todavia sem que se apreenda o conteúdo simbólico por trás do uso de um carrinho ou uma boneca, por exemplo. O autor continua dizendo que “por volta do segundo ano de vida as crianças inventam usos novos e frequentemente originais” (MUSSEN *et al*, 2001, p.161) para os objetos. O tipo de comportamento que se vale de uma observação sensória e da capacidade de significá-la fora das expectativas do que chamaríamos de “normal” é referência de uma percepção simbólica adquirida pelos indivíduos. A partir deste momento, as crianças conseguem associar, criar e modificar uma diversidade de signos e significados pelas próprias formulações sensoriais. A relação entre o infante e o objeto passa a ser mediada por uma ideia construída sobre a materialidade do que ela consegue manusear ou mesmo perceber no ambiente, nem sempre própria das significações que um adulto faria, pois os significantes não possuem relação teleológica com seus significados (VOLLI, 2007).

Tal mudança no modo de perceber o que está ao redor e o seu uso a favor de própria vontade implica teoricamente uma alteração nas representações sobre os pais e, conseqüentemente, sobre a surdez, marca na identidade. Na perspectiva de Mussen *et al* (2001), a manipulação de objetos dentro do universo simbólico anteriormente apreendido pelo processo de reprodução da ação de um adulto assume novos sentidos para estes filhos.

A percepção do mundo através dessa nova capacidade de atribuir significado

reflete algo sobre o comportamento que cada criança passa a ter em relação aos outros. Num primeiro momento, o processo de imitação comportamental daqueles de quem recebe cuidados com mais frequência estabelece não somente as expectativas sociais para os ouvintes filhos de surdos em relação à surdez, mas também os laços afetivos e de segurança contingentes ao sentimento de pertencimento e confiança desenvolvidos pela criança; e isto se revela nas atitudes, emoções e expressões faciais da mesma.

Em face das respostas dos pais às imitações dos filhos, Mussen *et al* (2001, p.173) afirmam que o comportamento imitativo das crianças torna-se cada vez mais reforçado quando percebem um estímulo de aprovação dos pais. Nesta significação de uma linguagem cujos padrões são inteligíveis ao contexto da relação pais-surdos/filhos-ouvintes, a comunicação em língua de sinais torna-se a primeira modalidade linguística que a criança tende a ter como referência, ainda mais se considerarmos o fato de que a utilização correta de um *sinhal* – nome dado à combinação entre configuração de mão, locação e movimento na constituição de um significado na língua de sinais (QUADROS & KARNOPP, 2009) – é percebida com aprovação.

Ainda na infância, aos poucos, em vez de criar novos significados para as coisas, assim que a criança consegue dominar o mínimo dos sentidos compartilhados por sua família, suas ações passam a ser as mais próximas possíveis daqueles que são considerados como semelhantes. Deste modo, ela consegue fazer separação entre as diferenças que identificam grupos de pessoas com quem mantém mais contato e, conseqüentemente, generalizações de determinadas características para uns em detrimento de outros (MUSSEN, 2001). A contingência deste processo de nomeação e generalização reforça a percepção que os infantes têm em relação a quais grupos sociais pertencem.

Na linguagem de Bourdieu (2002, 2009), os indivíduos se prendem a estruturas invisíveis carregadas de significados que produzem um ambiente para o desenvolvimento de uma segunda natureza. Assim sendo, essa “pele” da qual nos revestimos deve ser entendida como uma construção social. Estamos falando de viver a vida sem percebê-la enquanto construto, onde as diferentes escolhas estão simbolicamente orientadas dentro do próprio lugar que o indivíduo ocupa na estrutura social. Contudo, não negamos a ação do indivíduo frente à clássica dicotomia indivíduo *versus* sociedade, mas prestamos-lhe o sentido de *habitus*. Isto é, “os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a

funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2009, p.87).

A convivência entre pais e filhos, sem que isto pressuponha uma intenção consciente dos fins, é “regulada” e “regulante” das práticas dos indivíduos. No caso em questão, a surdez aparece como um elemento integrante do *habitus* que tanto motiva quanto torna inteligível as ações presentes e futuras do ouvinte filho de surdos. A própria estrutura se configura em prática através da internalização do *modus vivendi* como produto histórico das relações anteriores, porém, muito mais que uma tradição, pois no *habitus* está também o princípio gerador de práticas geralmente imprevisíveis.

Experiências de uma mãe surda e sua filha ouvinte, contadas pelas próprias durante um seminário sobre “*LIBRAS no contexto familiar*”<sup>10</sup>, nos ajudam a compreender a situação de socialização e comunicação que os sujeitos de nossa pesquisa vivenciam. A conversação entre essas duas pessoas configurava uma espécie de dependência comunicativa, pois a surdez da genitora limitava sua fala através do português. Mesmo que esta narrativa tenha se dado no contexto de uma reflexão sobre o início da comunicação entre pais e filhos e a continuidade no uso desta modalidade linguística, podemos pensar que ouvintes filhos de surdos acabam tendo a responsabilidade de interpretar o “dia a dia ouvido” para os pais. Assim, a surdez e o uso da língua de sinais adquirem significados que estruturam o senso prático dos filhos ao mesmo tempo em que lhes conferem um sentido particular de mediador entre a comunicação gesto-visual dos pais e a oralidade dos outros. Contudo, este aspecto da relação entre sociedade-pais-filhos será tratado de forma mais detalhada nos próximos capítulos. Retornemos, então, à relação da surdez dentro de casa.

Strobel (2008) critica a postura que muitos indivíduos têm assumido em relação aos surdos, mesmo os familiares, quando agem em função de um “cuidar do surdo”, repetindo uma prática paternalista antiga que os aprisionam em paradigmas cuja referência é o outro-ouvinte e não o eu-surdo. O tipo de normalidade enunciada nestes discursos questiona se o outro é alguém que está necessariamente fora de casa, pois pode ser também a postura adotada pelos filhos ou mesmo pelos próprios pais, já que, como afirmam Perlin (2005) e Silva (2009), alguns indivíduos surdos tendem a se identificar com a comunidade de ouvintes e a se perceber como “normal”, não fazendo menção à surdez como diferença que lhes confere uma identidade.

---

<sup>10</sup> Este seminário intitulado *III Ciclo de Debates: LIBRAS no contexto familiar* foi promovido pela Faculdade de Letras da UFG, no dia 28 de maio de 2010, dando continuidade a uma discussão geral sobre surdez e língua de sinais que tem sido trabalhada no currículo do curso de Letras-LIBRAS recém-implantado nesta universidade.

No cotidiano de indivíduos ouvintes, os barulhos/ruídos dos ambientes servem como sinais de informação sobre algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, embora os mesmos não possam ser mencionados para as pessoas surdas; o que nos leva a pensar sobre o tipo de comportamento esperado de ouvintes filhos de surdos. De fato, a língua majoritariamente falada tem como referência o som, portanto, atividades rotineiras como atender ao chamado de alguém que tocou a campainha da casa ou prestar atenção à buzina de um veículo nos mostram uma condição específica de práticas que estão incorporadas ao cotidiano dos ouvintes filhos de surdos, desde que possuam habilidades mínimas para também se orientar nestes contextos. Mas, este tipo de comportamento esperado não é única distinção entre ouvir e não ouvir.

Existe, porém, outra diferença estrutural entre ouvintes e surdos para além da comunicação em sinais. Ao refletir sobre a condição da surdez, Sá (2006), Skliar (2005a) e Bull (s/d) afirmam que existe uma perspectiva visual de mundo que distingue as pessoas em dois grupos. Em princípio, pode parecer que o uso da língua de sinais estrutura o comportamento dos surdos, porém, ao nos determos mais atentamente sobre a noção de visualidade que os autores defendem, alguns elementos do dia a dia são considerados diferentemente por ouvintes e não ouvintes.

Essa interpretação visual do mundo, entendida enquanto “prática social que mobiliza a memória do ver, aciona e entrecruza sentidos da memória social construída pelo sujeito” (MARTINS, 2006, p.73), regula e é regulada pelos marcadores sociais da segunda natureza do indivíduo surdo, de modo que estruturam os seus próprios processos de construção de sentido e significados. Um dos aspectos apresentados por Perlin (2005) faz referência ao discurso produzido pelos surdos, que é consequência direta da história de práticas de controle e cura para estas pessoas. Para ela, “o discurso surdo inverte a ordem ouvintista, tem peso de resistência. Rompe e contesta as práticas historicamente impostas pelo ouvintismo. E o discurso surdo continua na busca de poder e autonomia” (p.58).

O enfrentamento do discurso estabelecido, citado aqui como ouvintismo, provoca uma reestruturação das ambiguidades presentes na ordem do jogo político, e põe as diferenças como pauta de discussão e construção de outras identidades, cujas referências passam a ser os próprios aspectos que tornam diferente o “eu” dos outros, sem os tipos de comparações proporcionados pelo preconceito. Neste sentido de identidade afirmada como “interação, a re-criação do eu no mundo da viagem” (BHABHA, 2003, p.29), os indivíduos surdos têm a possibilidade de defender a percepção do mundo através de

outros referenciais.

Marcadas por essa segunda natureza, cuja existência visual é vivida e interpretada por meio de brechas e espaços de diversidade conquistados (MARTINS, 2006), as práticas dos pais surdos se tornam a base para a construção dos elementos que são compartilhados dentro da família. Assim, as percepções dos ouvintes filhos de surdos recebem uma carga genérica destes significados da diferença entre si e seus pais. Baseado na semiótica de Volli (2007) pode-se dizer que “vivemos dentro de um âmbito de possibilidades delimitados por esses retalhos do mundo que a nossa linguagem estabeleceu” (p.243).

O compartilhamento dos sentidos nesta família se torna um marcador das identidades tanto de um lado quanto do outro. Este espaço em que surdos e ouvintes estão em constante contato com a representação da surdez, a reflexão sobre outro e a internalização das expectativas sociais combinam-se de modo que nos discursos dos ouvintes filhos de surdos aparecem elementos contingentes à construção de suas identidades. É este viver em família e pertencer à família que se mostra importante para a reflexão que estamos abordando deste o início.

Thomas Bull, filho de surdos, escreveu o artigo *Deaf Family Issues: CODAS and Identity (s/d)*, onde apresentou os aspectos que considera relevantes para a interpretação sobre o comportamento e as identidades dos ouvintes filhos de surdos. Em síntese, relata como o termo CODA surgiu na sociedade estadunidense e aos poucos foi apropriado pelo discurso geral e conseguiu se popularizar. Antes de 1983, os ouvintes filhos de surdos eram nomeados pela sigla HCDP (em inglês, *Hearing Children with Deaf Parents – Crianças Ouvintes com Pais Surdos*). Porém, neste ano, com o surgimento de uma organização que atendia às necessidades de crianças cujos pais eram surdos, muitos destes filhos passaram a se identificar pelo nome da instituição. A organização nomeada de CODA (abreviação de *Children of Deaf Adults, Inc. – Filhos de Surdos*) tinha como objetivo dar assistência aos filhos destas famílias. Até então, não se tinha conhecimento de nenhuma iniciativa nesse sentido.

De um modo geral, as associações, clubes e organizações de surdos partilhavam de uma perspectiva que poderíamos chamar de “ponto de encontro” e não de uma socialização dos filhos com a comunidade ouvinte e surda. Em função disso, a CODA estabeleceu as primeiras marcações sociais para que as pessoas nesta condição passassem a adotar nos Estados Unidos o nome da instituição para se autorreferenciar. No entanto, vale ressaltar que o termo adotado por muitos ouvintes filhos de surdos

também era adotado por surdos filhos de surdos, pois, a referência era a filiação.

No final do século XX, outro grupo de surdos, também nos Estados Unidos, se organizou em função de apoiar-se mutuamente e promover atividades coletivas para seus filhos. O critério de participação era mais específico que a instituição CODA. Neste caso, tratava-se de pais surdos com crianças ouvintes. Assim, por se perceberem diferentes de outras famílias de pais e mães surdos, passaram a utilizar a expressão KODA (*Kids of Deaf Adults – Crianças de Surdos*).

Com base na teoria de Bhabha (2003), podemos pensar que estas comunidades são representações de formas diferentes de identificar-se e viver, delineadas pelas experiências particulares.

As diferenças sociais não são simplesmente dadas às experiências através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão e uma construção – que leva alguém para ‘além’ de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às *condições* políticas do presente. (p.21-2)

As atividades promovidas pelo KODA visam ainda hoje resolver o problema de conflito, marginalização, solidão e diferença entre seus filhos ouvintes e os outros ouvintes que integram seu círculo de relações sociais. Porém, como relata Bull (s/d), a identificação ou associação a este ou ao outro grupo é uma questão pessoal; e a decisão de “pertencer” ou não à comunidade independe do uso da Língua de Sinais Americana (ASL).

Em levantamento de organizações civis que promovem encontros de pais surdos e filhos ouvintes no Brasil, não encontramos nada que pudesse indicar a existência de algum grupo de pessoas que, mesmo sem projeção nacional, se encontra com frequência para apoiar-se ou satisfazer necessidades específicas, como a educação oral de seus filhos. Conversas informais com alguns pesquisadores sobre a Língua Brasileira de Sinais, instrutores de Língua de Sinais, intérpretes, funcionários de unidades de atendimento a deficientes e também com surdos nos revelaram que, embora alguns conheçam o termo, não conseguem citar nomes de pessoas que fazem uso do mesmo como marca de suas identidades. Arriscamos a dizer que, em Goiás, os termos CODA e KODA são pouco conhecidos. Mas, não necessariamente desconhecidos. De modo geral, nomearmos-nos através de uma terminologia que indique a quais categorias pertencemos mostra o recorte que fazemos no mundo em função de situar-nos no espaço

social. Deste modo, nem sempre o modo como nos identificamos será igual ao que os outros o fazem de e para nós (GOFFMAN, 1988; BHABHA, 2003; HALL, 2006).

Então, quando falamos que os filhos possuem identidades diferentes das dos pais, buscamos refletir também sobre distinções das marcações sociais e estereótipos contingentes a cada um destes sujeitos. Para entendermos a diferença entre o modo como estes indivíduos se identificam e o que lhes é socialmente atribuído, utilizamos, por enquanto, dois conceitos presentes na teoria dramaturgica de Goffman (1988): identidade pessoal e identidade social. O primeiro tipo descreve as relações que os próprios indivíduos estabelecem com as coisas e a autoidentificação. No que se refere ao aspecto social da identidade, estão presentes os elementos e expectativas dos outros em relação ao “eu”. Essas duas faces do processo de construção identitária são acionadas no cotidiano dos indivíduos ainda que não necessariamente expressem uma relação harmônica entre as enunciações sobre quem as pessoas são. No caso das identidades deterioradas, que são aquelas carregadas de estigmas e definidas em relação à não satisfação do padrão de normalidade social, Goffman (1988) afirma que os indivíduos tendem a ocultar os atributos que os diferenciam da maioria das pessoas, ainda mais se já estiveram do outro lado do estereótipo, ou seja, da dita normalidade.

Três formas distintas de falar sobre identidade, mas que sugerem visões de mundo comuns ao cotidiano. Contudo, no caso da identificação pela diferença ser constituída a partir de um valor negativo, a teoria do estigma goffmaniana mostra que os significados que prescrevem a identidade dos surdos, por exemplo, podem passar sensivelmente a todos os que são próximos dele. Não importando se familiar, amigo ou pessoa que tenha contatos mais regulares, todos estão passíveis à identificação pela mesma categoria. Conforme o autor, “de qualquer forma, todos os que compartilham o estigma da pessoa em questão tornam-se subitamente acessíveis para os normais que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito” (GOFFMAN, 1988, p.37).

A identidade social que o filho recebe passa a conter elementos que fazem parte da representação sobre os pais. Em certo sentido, existe não somente um compartilhamento de valores sociais e morais, mas do significado de “não normal” que os surdos receberam. Contudo, esta condição nem sempre resulta em algum conflito entre pais e filhos, pois, para utilizarmos um conceito presente em França (2008), enquanto *membros* da família, os filhos são capazes de se colocar no lugar daqueles com quem se relaciona a fim de experimentarem a lealdade como condição prática.

Na perspectiva do contato entre crianças e adultos, independentemente dos vínculos sociais que possuam ou se membros de uma ou outra família, a relação entre estes se vale de uma comunicação carregada de significados sociais compartilhados genericamente na sociedade. Em se tratando de pais surdos e filhos ouvintes, o uso da forma oral da língua diferencia os membros entre si. Filhos, participantes de uma comunidade de fala oral-auditiva, usuários de um código específico de sons para transmitir mensagens e recebê-las dentro de um padrão fonético e semântico específico da língua, não seriam os mesmos se fossem surdos, usuário de LIBRAS e que percebem o mundo através de uma perspectiva visual. Quando pensada desta forma, a estruturação da identidade dos ouvintes filhos de surdos emerge das práticas cotidianas que se estabelecem dentro de um *habitus* no qual estão presentes: comunicação em língua de sinais, representação da surdez, aprendizado da língua oral, transferência de estigma e percepção de uma identidade política dos surdos.

Se pudéssemos, num exercício de imaginação, mudar a surdez para os filhos e a audição para os pais surdos e refletíssemos sobre o contexto familiar e a socialização das crianças, embora a diferença continuasse a fazer parte do cotidiano, precisaríamos analisar quem aprenderia com quem e qual a identidade destes indivíduos. Por exemplo, uma mulher (ouvinte) e sua menina de onze anos (surda) falaram em um seminário<sup>11</sup> que houve um estranhamento por parte dos pais quando perceberam que a criança não dava atenção quando lhe chamavam através da oralidade ou outro som, sem um tipo de estímulo visual. Quando a levaram a um pediatra a criança foi diagnosticada como “desatenta”. Por acreditar que este era especialista para falar o que a menina tinha, esperou-se esta “fase” passar. Ao completar um ano, buscaram a opinião de outro médico, que encaminhou a filha a um fonoaudiólogo, afirmando que teria que aprender “sinais”. O sentimento de culpa pela filha nascer surda era compartilhado pelos pais que se esforçaram durante dois anos esperando que fosse curada.

Num caso como este, a rotina da família é alterada significativamente. Como primeiro passo da longa jornada de “cura”<sup>12</sup>, a peregrinação começa em busca de um “alguém mágico” (médico) que tenha a capacidade de resolver o “problema” (surdez) ou minimizar a dor da família, que, a partir daquele momento, conviverá com uma pessoa diferente. Se os pais fossem surdos e os filhos ouvintes, esta busca do discurso

---

<sup>11</sup> Seminário III Ciclo de Debates: “LIBRAS no contexto familiar” foi promovido pela Faculdade de Letras da UFG, no dia 28 de maio de 2010.

<sup>12</sup> Os termos entre aspas a seguir são expressões do discurso da mãe ouvinte cujo caso se descreveu anteriormente.

“especializado” para definir quem é ou como se comunicará a criança parece não ser algo necessário, pois se admite que o senso prático não conceitue a dita normalidade do mesmo modo que os “normais” sobre os outros. Em ambos os casos podemos pensar a dificuldade dos pais em “ensinar corretamente” – expressão utilizada pela mãe ouvinte do exemplo anterior – a língua que ele/ela falaria no futuro.

Pais ouvintes acabam tendo que aprender um pouco de língua de sinais para se comunicar com os filhos, mas não somente com este intuito; percebe-se esta também como um meio de se relacionar com a criança. Para a mãe ouvinte, o efeito dos sinais entre ela e sua filha foi de aproximação, como se o vínculo e a transmissão de informações começassem a partir do momento que tiveram condição de se expressar através de uma língua. Ainda que de forma limitada, pois não crê na abstração da LIBRAS, a genitora tenta acompanhar o aprendizado da menor. Quando falamos em “tentativa” é porque, como mesmo relatou a menina, a limitação lexical dos pais acaba sendo notória, visto que o uso “sinais” pelos pais pressupõe um esforço do tipo escolar. No caso da pequena, é parte de sua “natureza”, tanto que já procura ensinar seu irmão que ainda tem um ano.

Outro caso de contexto familiar no qual a surdez está presente é o de uma mãe surda com seu filho ouvinte<sup>13</sup>. Durante a gravidez esta mulher se afastou de muitos amigos surdos que conheceu em sua juventude, especialmente aqueles com quem teve contato a partir das aulas de LIBRAS no Centro de Apoio ao Surdo (CAS), em Goiânia. A falta de contato com outros surdos é utilizada por ela como a principal justificativa para não ter ensinado língua de sinais ao seu filho. Somente quando o menino inteirou quatro anos é que resolveu ensinar-lhe a língua de sinais. Mesmo assim, os momentos de aprendizados não eram tão constantes, pois a criança passou a morar com outras pessoas – que a mesma não cita o parentesco ou o tipo de relação que mantinha com elas. Agora, já com onze anos, o garoto tenta aprender língua de sinais através da observação de conversas entre a mãe e o seu novo marido, também surdo. Na visão e versão do menino, também palestrante no evento já citado, dialogar com a genitora é algo fácil e sem problemas; até mesmo “fofocas”. Tanto esta habilidade comunicativa quanto a surdez da mãe são vistas com muito orgulho pelo menor.

Numa visão geral sobre a surdez no contexto familiar como fora abordada nestes rápidos exemplos de diferentes famílias, percebemos que na concepção de família

---

<sup>13</sup> Outro relato retirado do Seminário Ciclo de Debates.

combinam-se elementos cotidianos e de percepção da mesma como um espaço social de compartilhamento e de reconhecimento de membros, não ficando restrito somente ao caso dos ouvintes filhos de surdos que discutimos ao longo desta dissertação. Todavia, as identidades vistas a partir das experiências dos indivíduos e de como se percebem nela não é algo que se reduz à discussão de família. Mesmo sendo esta muito importante ao processo de socialização, no próximo capítulo, focamos a linguagem como outro elemento da própria reflexão sobre a construção de quem somos, trazendo para o centro um tema que fora abordado de modo periférico: a surdez, especificamente a LIBRAS que a acompanha.

## 2. A SURDEZ NO DIA A DIA

A explicação anterior sobre socialização, que situa as famílias como contexto de mediação e aprendizagem, define para nós uma linha de discussão na qual a forma de se identificar acaba sendo uma construção do meio em que o indivíduo vive, estabelecido especificamente pelo contato com os outros mais próximos. Relações e interações concorrem juntas na configuração das referências de mundo que são internalizadas pelas pessoas. Mas, em que medida nossa dissertação contribui com a reflexão sobre quem são os indivíduos e no que eles se tornam? Para responder esta pergunta, passamos a olhar que contribuição a compreensão das diferenças entre surdos e ouvintes pode dar à perspectiva da construção identitária.

A princípio, fizemos um levantamento de trabalhos publicados sobre como diferentes autores abordavam a temática da surdez, e, em sua maioria, os estudos tinham como objeto o próprio indivíduo surdo. Encontramos poucas informações sobre a vida daqueles que são filhos de surdos em publicações nacionais. O que mais se discute nesta literatura é a surdez em si, contada na perspectiva dos ouvintes e (re)contada por surdos, e a defesa de uma cultura surda, fundamentada pela perspectiva visual como interpretação do mundo. Os meandros da convivência familiar, em especial com os filhos, é uma abordagem que adotamos neste trabalho e que pode contribuir para a compreensão de como se configura a construção de identidade de ouvinte filhos de surdos.

Um dos primeiros trabalhos a que tivemos acesso e que compreende a diferença entre surdez e audição sem hierarquizá-los foi o de Góes (1999), que discute a escolarização de indivíduos surdos. Via educação, a autora defende que no processo de aprendizagem estas pessoas passam a ter mais contato com o que os outros pensam sobre sua própria condição, exigindo um comportamento social específico, quase que forçadamente internalizado como “o estranho”. Esta noção de alteridade aprendida e apreendida no contexto das relações rotineiras se torna, ao longo dos anos, referência para o modo como cada um passa a enxergar-se dentro da sociedade. Em geral, estes sujeitos tendem a vivenciar a reprodução desse discurso sobre quem são e sobre o modo como devem agir durante a infância, adolescência e a vida adulta. Essa mesma autora menciona ainda que a percepção do indivíduo surdo como diferente e não pior ou melhor do que ninguém é uma válida estratégia para refletirmos sobre sua

individualidade sem que o foco seja o preconceito. Outras pesquisas que nos permitiram pensar em diferentes significados compartilhados por indivíduos dentro de uma mesma sociedade são as de Bagno (2008), Quadros & Karnopp (2004) e Magnani (2007). Em meio aos sinais, que se estruturam em uma língua utilizada por surdos, estes autores entendem que diferentes comunidades de falantes desenvolvem comportamentos orientados por e para valores específicos, compartilhados pelos mesmos.

Em decorrência deste universo simbólico comum aos usuários de uma mesma língua e da consideração de um *habitus*, passamos a discutir nos próximos tópicos deste capítulo uma questão particularmente diferente das que vêm sendo desenvolvidas na literatura que tematiza a surdez. Em vez de privilegiarmos o indivíduo surdo, colocamos em foco o significado da surdez e o aspecto linguístico comum a estas famílias aqui abordadas. De fato, o que nos interessa é compreender como os ouvintes filhos de surdos têm suas identidades construídas e como estes se relacionam com seus pais. Da diferença entre a forma como todos estes se comunicam, fazemos a contextualização dos diferentes discursos sobre a surdez e a repercussão dentro de casa, a partir da ótica dos filhos.

## **2.1 O significado dessa tal surdez**

Ao observar que o contexto familiar é pensado enquanto lugar onde existe uma relativa proximidade entre as pessoas e que estas experimentam um sentimento de pertencimento, tendemos a visualizá-la como “refúgio”, diria Lasch (1991). Todavia, percebemos que na família existem representações construídas socialmente fora de seu corpus, ou seja, os indivíduos vivenciam expectativas sociais. Se por um lado podemos dizer que há um compartilhamento mínimo de regras dentro desse grupo, este mesmo código de conduta está, em grande parte, em contínuo contato com outras normas e princípios de outras famílias, do discurso religioso, ambiente escolar, meios de comunicação de massa, etc. Por exemplo, neste contexto relacional de construção de significados e pertencimentos a essa e não àquela família, há uma combinação de elementos do que se espera socialmente e também das percepções e (re)significações que as pessoas podem fazer em relação à percepção de sua diferença.

Para começarmos esta discussão, pensamos em uma pergunta: “Qual a condição auditiva do meu filho?” Esta é uma questão que muitos pais fazem em relação a seus bebês. Ainda que desconheçam ou não evoquem o termo surdez, pensa-se em algo que exprime um significado de normalidade: “Meu filho é normal? Como é que ele está? Ele

nasceu saudável?” A preocupação com o nascimento das crianças se apresenta socialmente como uma negação da diferença ou uma incapacidade de percebê-la descolada de discursos estereotipados. Santana (2007) fala sobre isto do ponto de vista de pais ouvintes que desejam saber sobre as condições “normais” de seus filhos quando nascem. Segundo esta autora, as perguntas citadas anteriormente são mais que cruciais para fazer identificações sobre quem os infantes serão e como deverão se comportar. O tipo de pensamento expresso através desta dúvida sobre quem serão estas crianças e como serão definidas dentro das enunciações e representações sociais requer de nós uma rápida discussão sobre a concepção social dos corpos.

Nos estudos sobre gênero, autores como Machado (2005), Cabral (2008), Vance (1995) e Butler (2005) defendem a ideia de que os indivíduos são construções sociais até mesmo em seus corpos, ou seja, não se pode afirmar que existe uma relação teleológica entre a forma corporal e o modo como a enunciamos.

... a diferença sexual nunca é simplesmente uma função de diferenças materiais que não estão de algum modo marcadas e formadas pelas práticas discursivas. Além do mais, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis das demarcações discursivas não é o mesmo que dizer que o discurso causa a diferença sexual (BUTLER, 2005, p.17).

O ser homem ou ser mulher, por exemplo, é uma representação discursiva que se baseia em vários elementos ambíguos do cotidiano das pessoas. Ao utilizarmos a expressão “ambíguos” estamos recuperando o sentido de coisas cujos significados são passíveis de ressignificações (BHABHA, 2003), pois, como diria Butler (2005), são concepções que possuem brechas dentro de si mesmas que podem vir a ser rearticuladas nos discursos.

No meio desta construção das identidades, Cabral (2009) nota que nem sempre existe espaço para outras possibilidades, ainda que dentro da imaginação, como é o caso das pessoas *intersex*. Esta expressão é utilizada nos estudos de gênero para fazer referência a pessoas que nascem com indefinição sexual, ou seja, a princípio, não existem vocábulos ou expressões que consigam enunciar a genitália da criança nessa condição. Por isso, a questão mais difícil ou importante não reside no fato de nomear, mas no próprio “exercício da capacidade de refletir em relação ao modo de nomearmos” (CABRAL, 2008, p. 108).

A concepção que descrevemos a partir de estudos sobre gênero serve-nos para pensar o que fazemos todos os dias quando nomeamos algo ou alguém. O corpo como

uma construção discursiva nos mostra a fragilidade de identificações fixas da surdez à anormalidade. Para resolver este “problema” – expressão presente no discurso dos ouvintes –, os indivíduos surdos teriam que rejeitar a própria condição de “ser surdo” a fim de que fossem identificados como sujeitos mais próximos do dito padrão de normal. Mas, esta postura não satisfaz a política de afirmação e construção de uma marca social da diferença para estes indivíduos, tal como afirma Skliar (2005a).

Recuperando as perguntas que muitos pais fazem sobre os bebês, percebemos outra dúvida implícita no questionamento, que pode, por exemplo, ser apresentada nos seguintes termos: “Como a sociedade perceberá o meu filho?” Numa tentativa de respondê-la, enunciar que, para surdos com filhos surdos, as indagações sobre as expectativas sociais e a convivência com a representação da surdez são questões menos importantes não é um erro explicativo; como afirma Moura (2000), isso é um dado empírico. Pelo fato dos pais estarem habituados ao ser surdo, no compartilhamento de significados aparecem experiências reveladoras sobre a percepção social de suas identidades. Nestas famílias não se tem como falar dentro de uma perspectiva ouvinte senão por meio de relatos ou convivência com outras pessoas. No caso de pais ouvintes, por outro lado, Ribas (2007) apresenta uma informação interessante. Como estes estão do lado da “normalidade”, a tendência é pensar que os filhos também serão iguais e eles, por isso, os projetos para o bebê não incluem dúvidas sobre sua identidade. Embora não estejamos considerando a validade do uso de termos como normal e anormal, não os desconsideramos enquanto vocábulos ou concepções que estão presentes nos discursos sobre a diferença, e que aparecem com muita frequência associados à imagem do outro.

Então, nas histórias de vida, o significado da condição de surdo ou ouvinte dos pais tende a ser retransmitido aos filhos, bem como o uso de expressões que marcam suas identidades, visto que os comportamentos dos indivíduos são compartilhados com as pessoas que estão mais próximas dele (GOFFMAN, 1988; BOURDIEU, 2009). No entanto, este processo não se dá de modo consciente; o que ocorre é a história incorporada, feita natureza para os filhos através das práticas cotidianas. Deste modo, os discursos sobre surdez e, conseqüentemente, o “ser surdo” de seus pais são naturalizados pelos indivíduos como se fosse parte da própria natureza humana.

Pensando esta relação em que as pessoas internalizam a diferença e compreendem modos diferentes, em seu estudo sobre o estigma, Goffman (1988) cria uma tipologia interessante para nomeá-las. Nesta obra, o autor se vale da relação que o indivíduo

mantem e sustenta discursivamente com o possuidor da diferença, seja ela qual for, emocional, comportamental ou física. Trata-se de uma relação simbólica e genérica sobre o outro, não especificamente sobre surdos e ouvintes. Num primeiro grupo o autor insere médicos, familiares e amigos íntimos, que estão socialmente próximos do indivíduo com um atributo estigmatizante. Por exemplo, um surdo, que possui sua identidade deteriorada, não precisa se envergonhar ou se autocontrolar diante dessas pessoas “porque sabe que será considerado como uma pessoa comum” (p. 37); todos que partilham de relações continuadas com o estigmatizado e que o conhecem-no para além de alguns momentos de interação são chamados pela teoria goffmaniana de *informados*. Aqueles que não têm contato com o possuidor da diferença, e não se desviam das expectativas sociais são denominados de *normais* (p. 14). Nesta condição, a “segunda natureza” do indivíduo *normal* equivale ao senso comum de natureza do indivíduo e seu discurso está marcado pelo uso de termos estigmatizadores, cuja representação preconceituosa sobre o atributo é reproduzida sem que se coloquem no lugar do outro (p. 15). No terceiro grupo de pessoas se enquadram todos os que possuem algum atributo estigmatizante e que se igualam por possuírem tais diferenças. Ainda que os membros deste grupo se vejam através de diferentes categorias como, por exemplo, ser cadeirante, surdo, cego ou tenha um braço amputado, o que conta é a distinção entre este, enquanto grupo, e os normais. Por isso, a tendência a aceitar o outro (diferente) é a justificativa dada por aquele autor para defini-los como *iguais* (p. 29) as pessoas com algum atributo. Deste modo, passamos a denominar os integrantes das famílias como *informados*.

Recuperando uma reflexão pontuada anteriormente sobre discursos que envolvem algum tipo de atributo, inclusive a capacidade auditiva, Foucault (2002b; 2008) afirma não se iniciam no “nada”, ou seja, ao serem proferidos, eles têm como referência um pré-discurso que os sustenta consideravelmente, que, conseqüentemente, ao apoiá-lo busca legitimidade na sociedade. A partir deste referencial anterior ao próprio discurso e da força que possuem no jogo das dominações ou voz de autoridade, o sentido de surdez nunca deve ser tomado como imanências de um corpo, mas sim como construções sociais sobre elementos que marcam os indivíduos e que têm suas próprias histórias.

Sendo assim, pensemos o significado deste termo em alguns autores. Santana (2007), por exemplo, afirma que a surdez embora seja tratada em discussões que buscam normalizar e/ou minimizar o estigma do indivíduo ela é um aspecto sociocognitivo da pessoa. Tal abordagem considera a percepção de mundo e a

construção de significações como importantes para se pensar o indivíduo surdo, porém, declara pouco sobre a definição de surdez que a autora considera em seu estudo. Acreditamos que isto é reflexo do seu objetivo de contribuir com as discussões sobre as relações entre linguagem, cérebro e cognição.

Um trabalho sociológico que nos ajuda a pensar a representação da surdez é o goffmaniano. Para este teórico, nos discursos sobre quem os indivíduos são recorreremos a marcações sociais da diferença entre nós e as pessoas de quem falamos. Os elementos considerados têm relação com a percepção do falante sobre os aspectos comportamentais, físicos ou emocionais pertencentes ao outro. No entanto, quando se pensa que os significados são construídos a partir do contato entre indivíduos, não podemos deixar de ressaltar o sentido da interação entre estes. Segundo Nunes (2005), esta é uma perspectiva de análise que aborda a criação coletiva dos significados, levando em conta tanto o indivíduo quanto a estrutura social sem privilegiar uma ou outra. Para afirmar este conceito o autor recupera os três fundamentos desta teoria desenvolvidos por Blumer:

a) os seres humanos agem com as coisas com base nos significados que as coisas apresentam para elas; essas “coisas” incluem tudo o que os seres humanos podem notar no mundo, como objetos físicos, categorias de objetos, instituições, ideais, atividades e situações; b) o significado dessas coisas é derivado ou emerge da interação social que temos com nossos companheiros; c) esses significados são manipulados e modificados por um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas que ela encontra (BLUMER *apud* NUNES, 2005, p.25-6).

A descrição dos fundamentos do interacionismo simbólico nos permite pensar numa relação entre esta teoria e a teoria da cultura de Bhabha (2003). Isto é, Bhabha (2003) e Nunes (2005) demonstram que os significados são construídos pelos indivíduos levando em consideração a existência de estruturas de categorias às quais recorrem para atribuir o sentido das coisas. No entanto, não tratam estas enunciações ou conhecimentos como se fossem a essência do que se fala. Para usar os termos que vimos abordando ao longo desta dissertação, o *sentido da diferença* acaba tendo um caráter construcionista e processual, visto que é passível de ressignificação pelos agentes em interação.

Nunes (2005) afirma ainda que “na interação social o comportamento ‘dos outros’ é generalizado, fixado pela tradição e internalizado” (p.83). Portanto, ao pensarmos num

“eu-ouvinte-filho-de-surdo”, concebemos a possibilidade da interiorização da norma e o reconhecimento das identidades destes ouvintes tendo como referência seu grupo de pertencimento, no caso, sua família. Nas palavras de Silva & Nembri (2008),

a criança nasce num mundo cultural, num mundo de significados, num mundo de signos; assim sendo, só se pode entender o processo de desenvolvimento caso se entenda em que grupo ela está inserida, ou seja, de onde ela vem e, principalmente, que contexto dá a ela significado (p. 54).

Nessa altura da discussão, o aspecto diferença-alteridade se torna algo compartilhado pelo grupo, definindo um conjunto de elementos e marcas sociais que identificam os indivíduos em categorias socialmente construídas pelo discurso que atribui sentido de comum e/ou normal às pessoas.

Em tese, ninguém que se enquadra no padrão de normalidade está livre de quaisquer identificações deterioradas e estigmatizadas, pois os termos referentes a categorias utilizadas pelos indivíduos para identificar uns aos outros são também construções sociais e estão inseridos em uma lógica discursiva que permite às palavras novas significações. Isso não significa dizer que o significante não possui significado. Existem mudanças tanto quanto estabilidades; pois, as representações sobre as coisas do mundo oferecem resistências a mudanças. Então, podemos dizer o mesmo que Goffman (1988) já havia mencionado: “a natureza de uma pessoa, tal como ela mesma e nós a imputamos, é gerada pela natureza de suas filiações grupais” (p.124).

Observando a relação entre surdez e estigma, Skliar (2005b), Moura (2000) e Perlin (2005) perceberam que a questão que envolve o uso do termo “deficiente auditivo” ou “surdo” ainda é polêmica no meio acadêmico, de modo análogo ao seu uso no dia a dia. E, em busca do termo “politicamente correto” ou mais apropriado para identificar os indivíduos possuidores deste atributo, as áreas das ciências médicas e da saúde têm defendido a primeira terminologia, em detrimento da segunda, cuja apropriação tem crescido cada vez mais dentro das ciências humanas (sociologia, antropologia, linguística, história, pedagogia, ciências cognitivas e da mente), cita Magnani (2007). O que diferencia uma perspectiva da outra é basicamente a forma como se percebe o corpo do indivíduo, uma questão já discutida. De um lado, a surdez é encarada enquanto patologia, consideração que se vale da ideia de disfunção auditiva<sup>14</sup>,

---

<sup>14</sup> Segundo Brasil (1997), a capacidade auditiva, medida por aparelhos calibrados em decibéis dB, que medem o volume e a intensidade do som, classificam a surdez em seis tipos: normal (0 a 15 dB), leve (16

enquanto do outro estão os que a percebem como uma marca de distinção entre os que a possuem ou não possuem, e suas referências são estabelecidas a partir das relações que estes estabelecem entre si. Logo, é de se esperar que não seja possível generalizar um único discurso sobre a surdez no campo acadêmico e muito menos na vida cotidiana. Para Butler (2005), sem se referir ao universo específico da surdez, este jogo que se estabelece politicamente entre os que defendem um ou outro ponto de vista mostra o arranjo em que os discursos são construídos e os aspectos de manutenção da própria identificação que ambos os grupos nomeiam.

Ainda que os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidades tendam a cultivar as identificações em favor de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência da *desidentificação* seja igualmente essencial para a rearticulação da competência democrática (BUTLER, 2005, p.21).

Por um lado, a tendência em relação à percepção do atributo como um elemento presente na configuração do *habitus* do indivíduo e não somente ao corpo também se direciona aos outros membros do grupo que tem um surdo como integrante. Por outro, os “normais”, participantes da comunidade majoritária de falantes, por exemplo, que não mantém contato com estes indivíduos, geralmente perceberão a surdez como algo fora do padrão de normalidade. Nessa noção de atributo minoritário, as categorias sociais que incidem sobre as identificações dos indivíduos carregam em seu escopo terminológico significados negativos. Logo, numa resposta a “o que é surdez?”, a diferença inerente entre os que a possuem ou não pode se revestir de uma construção estereotipada nomeada por Goffman (1988) de estigma, “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (p. 13); este, em muitos casos, leva o possuidor ao descrédito. Ribas (2007), Santana (2007), Silva (2009) e Silva & Nembri (2008) deixam clara a ideia de que o termo surdez carrega consigo o descrédito em relação à capacidade de desenvolvimento da pessoa.

Esta representação social vista enquanto estruturante dos saberes cotidiano é elaborada “na construção cognitiva, investida de afeto, da realidade social” (SILVA & NEMBRI, 2008, p.120). Para exemplificar esta afirmação, consideramos um dos relatos presentes nesta obra, quando um homem fala sobre o relacionamento que

---

a 45 dB), moderada (41 a 55 dB), moderada severa (56 a 70 dB), severa (71 a 90 dB) e profunda (mais de 90 dB). Para efeitos de comparação, a intensidade do som de uma conversa é de 60 dB enquanto um avião a jato produz 120 dB. O limite crítico da audição ocorre em volumes acima de 95dB, podendo a pessoa ensurdecer totalmente.

mantem com a própria filha. O fato de ser surdo habituou a menina a dar atenção específica à informação de quem seu pai é. Aos poucos a criança começou a perceber que para comunicar-se oralmente com ele deveria se submeter às condições que o pai sempre utilizou para entender a fala dos ouvintes, isto é, por fazer uso da leitura labial, a filha tinha e teve que aprender a falar mais devagar, com o rosto sempre de frente para o genitor. No caso citado, ambos tiveram que encontrar um modo de vivenciar tanto a surdez quanto a audição do outro, pois a menina falava muito rápido, o que demandava um esforço ainda maior para o pai. Podemos pensar então que o sentido de negociação e construção de significados é algo feito pelos integrantes da interação

Na medida em que a mudança de perspectiva e a afirmação do que diferencia os indivíduos vão se institucionalizando como posturas políticas, podemos ver grupos de pessoas percebendo-as de modo diversificado e, muitas vezes, de forma conflitiva ou opositora, pois os discursos gerados dentro de cada grupo não se dissociam do peso simbólico da representação que o atributo recebeu. Logo, falar da surdez é trazer para a discussão esta arena de influências, passível à incorporação de diferentes visões em sua conceptualização social, como diria Nunes (2005). É por isso que os discursos não são tratados isoladamente, mas sempre como (re)construções a partir de fronteiras.

Esse conceito de fronteira é discutido em Bhabha (2003) dentro do que o autor concebe como *diferença cultural*. A expressão anterior é um conceito entendido pelo autor como “um processo de significação através do qual afirmações da cultura e sobre a cultura diferencial discriminam e autorizam a produção de campos de forças, referências, aplicabilidade e capacidade” (p. 63). O sentido de verdadeiro deixa de existir nesta concepção em detrimento de narrativas que se posicionam dentro de um processo de *tradução e transferência de sentido* (p. 53). A representação da surdez, por exemplo, assume então uma ideia de discurso negociado entre as diferentes interpretações que os indivíduos fazem das coisas. Como já citamos anteriormente, a materialidade utilizada como referência para se nomear algo acaba sendo a mesma para dar sentido de outras formulações. Ou seja, estamos diante de uma íntima relação entre o modo como os indivíduos se percebem dentro da sociedade em oposição à visão dos outros, como uma mistura de perspectivas. Esta é a questão de viver na fronteira.

Portanto, a noção de identidade adotada nesta dissertação combina elementos de duas teorias. A primeira se refere à estrutura estruturante estruturada que produz um senso prático de ouvinte filho de surdos, no qual “não representa o que expressa, não memoriza o passado, ele age o passado, assim anulando como tal, ele o revive”

(BOURDIEU, 2009, p.120). E a outra tem sua substância na definição política dos indivíduos, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada” (HALL, 2006, p.21).

Enquanto uma perspectiva adota o passado como referência a outra mostra que as relações discursivas estão no centro das construções de identidades. Em conjunto, estas duas teorias sugerem que o modo como os indivíduos se percebem no mundo e define quem “são” é contingente às intersecções das representações.

Assim, o tempo de aprendizado e familiarização se estrutura como fonte de referência inconsciente de onde o ouvinte filho de surdos, por exemplo, retira os elementos de seu discurso sobre a surdez dos pais. O processo de aquisição ao qual está submetido desde o nascimento não é algo dado, mas construído e reafirmado em práticas dia após dia dos indivíduos, pois

são de fato todas as ações realizadas em um espaço e em um tempo estruturados que se encontram imediatamente qualificadas simbolicamente e funcionam como tantos outros exercícios estruturados por meio dos quais se constitui o domínio prático dos esquemas fundamentais (BOURDIEU, 2009, p. 125).

O contato entre pais e filhos, adultos e crianças, objetiva esta relação de aquisição à qual temos nos referenciado. Na medida em que os genitores se interpõem entre o infante e a sociedade, com ações carregadas de significações e contingentes às expectativas do *habitus*, estes constroem e reforçam as práticas e concepções sobre diferença cultural. Da mesma forma, a percepção que os adultos possuem em relação a seus atributos estrutura e é estruturada pelos contatos com os membros da família.

Em meio a esta reflexão sobre a surdez paterna que sugere a identidade de fronteira dos ouvintes filhos de surdos, achamos importante apresentar o conceito de cultura geertziano que sustenta toda esta dissertação. No entendimento de Geertz (1989), a cultura é uma construção semiótica de algo público e compartilhado pelos indivíduos que se configura como uma teia de significados. Em suas palavras,

como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (p. 24).

Defender a cultura deste ponto de vista nos permite enxergar os discursos dos indivíduos dentro de uma lógica de interpretação e compreensão do mundo que vai além de uma concepção fechada, isto é, fora de uma estrutura fixa de comportamentos rígidos e posições de poder. Dentro destes sistemas inteligíveis de ações sociais pode-se organizar um grande número de subsistemas que se diferenciam entre si, compreensíveis aos que são “iniciados” ou pertencem aos próprios subsistemas.

Deste modo, podemos pensar em uma configuração de significados compartilhados que formam um contexto denominado cultura surda. Sobre isso, Strobel (2008) afirma:

assim como ocorrem com as diferentes culturas, a cultura surda é o padrão de comportamento por sujeitos surdos compartilhado: a experiência trocada com os seus semelhantes, quer seja na escola, nas associações de surdos ou encontros informais (p.60).

Entender as práticas inteligíveis e significados compartilhados entre os indivíduos consiste então em começar a compreender as relações estabelecidas e as marcações sociais utilizadas para identificações, e também o significado da diferença. Pois, “a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um” (GEERTZ, 1989, p.64). Um exemplo disso é a emblemática relação entre sérvios e croatas, diria Woodward (2009). Pois, na busca por sustentar quem pertence ou não ao grupo, estes indivíduos se definem através da diferença pela exclusão, ou seja, “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa” (WOODWARD, 2009, p.10). Trata-se de uma questão do que o indivíduo se tornou. Deste modo, pensar a ideia da língua como instrumento da negociação de quem são os ouvintes filhos de surdos é uma questão também válida para a definição de quem é.

## **2.2 Comunicação e diferenças linguísticas na família**

Neste tópico temos como objetivo levantar questões sobre o processo de comunicação, aproximando-nos de uma abordagem que considera linguagem e língua no contexto familiar, cujo aprendizado durante a infância, segundo Mussen *et al* (2001) e Bagno (2008), influencia significativamente o modo como os indivíduos se expressarão ao longo da vida.

Em relação a esse tipo de questão, as comunicações domésticas em LIBRAS

como meio de troca de informações e socialização dos filhos ouvintes nos permitem pensar a língua de sinais como L1 nestas famílias e a língua oral como L2, aprendida com os pais e com outras pessoas, respectivamente. Nem por isso, ambos os sistemas de fala devem ser vistos, na perspectiva da criança, como no mesmo nível. Para isto precisamos refletir um pouco sobre o modo como lidam com as duas línguas no cotidiano.

Silva & Nembri (2008) relatam a experiência pessoal de uma professora de língua inglesa, que se mostra bastante atenta à internalização de uma língua, compreensão de seus significados e questões de sua dinâmica. Enquanto responsável por traduzir para o português os sentidos presentes na língua estrangeira, ela buscou mostrar aos seus alunos que o aprendizado de um idioma não se configura apenas pela utilização de determinados fonemas e léxicos, já que “para aprender uma segunda língua, é preciso, também, que se aprenda um pouco da cultura do país onde ela é falada, pois falar uma língua é também falar do povo que a fala” (p. 9).

Como percebemos, a possibilidade de uso da língua e do entendimento entre os falantes decorre de um processo mais complexo do que a simples decodificação dos sons. Para Silva & Nembri (2008), quando oralizamos ou sinalizamos em uma língua temos por trás disso todo um capital simbólico inerente ao grupo de referência que faz uso de tal sistema de comunicação. Esta noção de estrutura de significantes e significados compartilhados através da fala também está presente em Bagno (2008). No caso de ouvintes filhos de surdos, talvez a expectativa seja de aptidão em língua oral tanto quanto a competência em expressar-se na LIBRAS. Habitua-se estes a uma dupla aquisição ainda que no cotidiano dos pais o uso de sons para a comunicação não faça sentido, como mesmo relatou Wilcox (2005 *apud* STROBEL, 2008).

Desde o nascimento, os filhos de surdos têm contato com a conversação em língua de sinais e, conseqüentemente, com a percepção do mundo através do visual, regulando a modalidade gesto-visual como aspecto da vida prática que faz sentido para si. Este processo de socialização fica marcado por questões que, a depender dos pais, podem ou não ter estímulos sonoros como referência. Todavia, como citamos anteriormente, ao adquirir capacidade para se relacionar com os outros através da modalidade de fala oral talvez algumas atividades e/ou responsabilidades sejam delegadas aos ouvintes filhos de surdos desde os primeiros anos de vida.

Ambas as línguas vão construir os referenciais de quem são os indivíduos desta família dentro da sociedade, passando por um processo de (re)significação cotidiana das

percepções auditivas e visuais, partilhadas também com aqueles que estão de fora e que se tornam importantes no processo de socialização. Sobre isso, Bourdieu (2009) afirma que “no processo de aprendizado primário, [...] aprende-se ao mesmo tempo a falar a linguagem (que sempre se apresenta como ato, na própria fala ou de um outro) e a pensar nessa linguagem (mais do que com essa linguagem)” (p.110).

O compartilhamento de uma linguagem, entendida como ação, compreensível e significativa entre os indivíduos (SLOMSKI, 2010), bem como de uma língua, sistema de signos que lhes permite interagir entre si de modo satisfatório (SLOMSKI, 2010) definem em conjunto as marcações sociais às quais estes indivíduos estão ligados. Como estão na fronteira, não descartamos a possibilidade de outros indivíduos ouvintes, membros da família ou não, se tornarem responsáveis por inserir o filho na comunidade de falantes da língua oral com suas significações. Ocorrendo isso, a socialização na infância fica compartilhada entre os pais e outras pessoas.

Neste processo de aquisição das competências, um elemento importante para que as crianças aprendam o sentido das coisas e possam lidar com cada uma é o contato, ou seja, as relações sociais são a base do aprendizado prático e da configuração do que é senso comum (BOURDIEU, 2009). Deste modo, quando pensamos na fala e no uso cada vez mais complexo dos significados presentes na estrutura linguística apreendida como natural, o uso da língua se revela estruturante das marcações que os indivíduos estabelecem no mundo social. Na tabela a seguir, Mussen *et al* (2001) apresentam um breve panorama da linguagem e do desenvolvimento da língua pelos indivíduos desde os anos iniciais de um infante; interessante para refletirmos sobre a fala de um modo geral.

*Tabela 1 – Um breve panorama do desenvolvimento da linguagem\**

Idades	Características da linguagem	Exemplos
4 a 8 meses	Balucio	baba, dada, gagaga
12 meses (aproximadamente)	Primeiras compreensíveis palavras	mama, caca, sim
18 meses	Combinação de duas palavras	sopa mamãe meu lápis toma suco

*Tabela 1 – Um breve panorama do desenvolvimento da linguagem\* (cont.)*

Idades	Características da linguagem	Exemplos
24 a 30 meses	Emissões mais longas e complexas, com elaboração de diferentes partes da frase	- Você é muito mau. - Você é engraçada.
4 anos	Enunciados mais longos e complexos; conversas em que as falas se relacionam, mais próximas da fala adulta.	- Vamos fazer de conta que a mamãe saiu. - Ah! Sim. Bem, eu mando aqui. Minha mãe é que manda. Faz de conta que a gente manda.

\* A tabela foi adaptada para os fins demonstrativos do desenvolvimento que buscamos apresentar.  
Fonte: MUSSEN *et al* 2001, p.195-197

No quadro sintético do aprendizado de uma língua apresentado acima estão algumas questões muito importantes. Fundamentada na interação, a fala, “produção linguística do falante na linguagem” (SLOMSKI, 2010, p. 45), funciona como um meio de comunicação, compreensão da sociedade e da cultura. Por isso, na medida em que as crianças mantêm contato com usuários fluentes de uma língua, estabelece-se um processo de mediação e aquisição de competências sobre as coisas arredor delas.

Fonemas, morfemas, palavras, sintaxe, semântica e pragmática vão construindo o ambiente no qual os indivíduos se percebem enquanto membros do grupo, ao mesmo tempo em que lhes mostra as categorias e marcações sociais inerentes às expectativas quanto ao seu comportamento presente e futuro. Parafraseando Bourdieu (2009), essa vivência do passado “através de palavras” e das práticas da oralidade torna-se a referência para as pessoas ouvintes. Processo semelhante ocorre quando estamos falando de indivíduos surdos ou filhos de surdos. O contato contínuo com adultos que sinalizam tem o mesmo efeito de aquisição nas crianças quando comparado à modalidade oral de fala.

Para Mussen *et al* (2001), os indivíduos estão sempre aprendendo coisas novas, e diante do uso de uma modalidade linguística podem nomear tudo ao seu redor, de objetos a relações sociais cada vez mais complexas. No entanto, para que consiga não só compreender o que os adultos expressam, mas também ser um capaz de fazer uso inteligível de uma comunicação, a criança precisa ser estimulada através de uma variedade de meios em uma etapa da infância chamada de “período crítico”, defendem estes autores.

Por volta dos dois anos de idade as crianças já possuem um vocabulário em torno

de 50 palavras, o que lhes permite comunicar-se com outros de forma mais compreensível. Neste período, os infantes passam a utilizar estruturas de falas mais diversificadas e próprias do processo de criação de enunciados que queiram expressar. Em face deste desenvolvimento infantil, Mussen *et al* (2001) dizem que entre quatro e cinco anos as crianças que estiveram em contato com usuários de uma língua já compreendem bem as regras gramaticais e significados complexos comuns à comunidade de falantes. Aliás, é nestes primeiros anos que as crianças de uma forma muito densa começam a perceber as coisas de modo diferente, conceptualizá-las e fazer uso dessas ideias em sua linguagem cotidiana. Se o aprendizado não ocorrer nestes anos iniciais, as categorias, os quadros e os esquemas que estes indivíduos utilizam em suas relações cotidianas estarão prejudicados quando comparados à expectativa social de uso de uma língua.

No caso de crianças surdas, o processo de aquisição da língua de sinais também apresenta um “período crítico” em que possuem mais facilidade para aprender a sintaxe, semântica e pragmática própria das línguas de sinais. O crescimento desta criança fora de um contato com outros usuários desta modalidade linguística dificulta o aprendizado da língua como um todo (MUSSEN *et al*, 2001). Neste ponto de vista, o comprometimento da família de surdos em permitir/buscar ajuda dos outros familiares/pessoas capazes de oralizar, ou mesmo contar com os meios de comunicação de massa, para que seus filhos ouvintes tenham contato com a língua oral de sua comunidade, possibilita socializá-los no que chamaríamos de sociedade de ouvintes.

Sem adiantar uma reflexão sobre o bilinguismo, neste momento abrimos um parêntese para compararmos rapidamente a aprendizagem entre ouvintes filhos de surdos e crianças surdas bilíngues – LIBRAS e português escrito. Como as duas línguas não são enunciadas numa mesma modalidade, o tipo de relação que os indivíduos estabelecem com elas produz um reflexo positivo ou negativo durante o uso da mesma. Para Góes (1999), a incorporação da linguagem escrita pelo surdo tem como referência seu conhecimento prévio da língua de sinais, e, sempre que inexistir um sinal correspondente a uma palavra, este terá menor facilidade para entender e utilizá-la. Existem equívocos semânticos e lexicais neste processo de aprendizado bilíngue, tornando-se comuns os momentos de negociações em torno do que as coisas realmente querem dizer. Vale ressaltar que o ser bilíngue para as pessoas surdas nem sempre está associado à capacidade de utilizar duas línguas gesto-visuais, pois o português escrito, que não substitui a LIBRAS durante a vida escolar, é um modo diferente de se

comunicar, ou seja, é expressão de sinais gráficos. Por outro lado, quando falamos sobre ouvintes filhos de surdos que tendem a conviver com o “bi” desde os primeiros anos de vida, a instituição de ensino regular talvez não seja para estes o lugar de compreensão dos significados, mas de aperfeiçoamento da habilidade de escrita visto que já possuem uma memória auditiva, restando-lhe a técnica para reprodução gráfica dos sistemas linguísticos. Por isso, usar o termo bilíngue para surdos e ouvintes filhos de surdos como equivalentes de leitura, escrita, fala ou compreensão de duas línguas demanda explicar quais são as esferas de funcionamento do bilinguismo, ou seja, se o indivíduo lê, escreve, fala e compreende português e/ou lê, escreve, fala e compreende a LIBRAS<sup>15</sup>.

Voltando à discussão sobre o aprendizado de uma língua e o que seria este “período crítico”, apresentamos aqui a perspectiva de Santana (2007). Segundo a autora, quando utilizamos uma expressão como essa para fazer referência ao aprendizado e aquisição de competências linguísticas estamos dando significância cada vez maior à noção inatista de aprendizagem, ou seja, é o mesmo que dizer que “a aquisição da linguagem se baseia no desenvolvimento neurológico e na importância do input para adquirir a fala. Enquanto o sistema neurológico está imaturo, a natureza do input determinará a sua evolução” (SANTANA, 2007, p.53). O problema desta concepção desenvolvimentista reside no fato de não conceber um aprendizado posterior à maturação cerebral.

Enquanto temos defendido ao longo dessa dissertação que as ações humanas são produtos socialmente construídos e que os indivíduos vivem neste processo de (re)significação, demonstrando o aprendizado como contínuo, não necessariamente uniforme a todos os indivíduos, sustentamos a noção da diferença entre os indivíduos de um modo geral, quanto ao tempo que leva para internalizar ou reproduzir estruturas, seja linguísticas ou comportamentais. Esta visão se fundamenta na reflexão de Santana

---

<sup>15</sup> Sobre a possibilidade de escrever em língua de sinais, Stumpf (2004) defende que não deve ser considerada uma língua ágrafa, dada a existência de códigos que permitem aos conhecedores desta modalidade linguística escrever textos utilizando unidades lexicais como *configuração de mão, contato e movimento*. O sistema utilizado neste caso é denominado *SignWriting*, criado por Valeria Sutton, dirigente do *Deaf Action Comitee* (DAC) – uma organização sem fins lucrativos da Califórnia, Estados Unidos. Tal sistema serve para transcrever línguas de sinais. No software estão memorizados diferentes códigos que, associados, criam um sinal na comunicação gesto-visual, expressando uma ideia simples ou complexa. E, mesmo em países diferentes, estas unidades podem ser utilizadas para criar um significado específico, pois, como relata a autora, já foram produzidas em mais de trinta países que possuem línguas de sinais. O sentido criado depende da língua local, mas o sistema serve para a escrita de língua de sinais. Embora esta autora não tenha citado, vale mencionar a existência outra proposta de sistema gráfico criado para registros de línguas de sinais denominado ELiS (Escrita para Língua de Sinais), criado por Mariângela Estelita, hoje professora da Universidade Federal de Goiás (ESTELITA, 2007).

(2007) sobre o “período crítico”, que rompe com a ideia de etapas de aprendizagem dada a capacidade adaptativa do cérebro, que a mesma chama de plasticidade neural. Assim sendo, a teoria de Mussen *et al* (2001) acaba negando que indivíduos com mais cinco anos se tornem proficientes em uma língua. Por exemplo, surdos que têm contato com a língua de sinais tardiamente ou surdos com Implante Coclear<sup>16</sup> que aprendem posteriormente a oralidade não devem necessariamente ser estereotipados como atrasados ou incompetentes no uso linguístico, pois “a idade pode ser considerada uma condição desejável, mas não suficiente para a aquisição da linguagem” (SANTANA, 2007, p.75). De fato, ser eficiente numa língua não está relacionado com tarefas metalinguísticas (soletrar, traduzir, completar enunciados e outros), mas à capacidade de se fazer inteligível no uso dela. Vale lembrar que o uso de determinados sistemas de referências, oral ou gesto-visual, não é contingente à sensoriedade auditiva.

Mussen *et al* (2001) e Santana (2007) dizem que tanto crianças ouvintes quanto surdas se valem de significados construídos a partir da gestualidade, ainda que esta comunicação não tenha uma estrutura linguística. Em razão da capacidade de articulação motora se desenvolver antes da maturação dos órgãos que permitem a oralidade, bebês surdos ou ouvintes que estejam inseridos em contextos familiares que desfrutem de uma comunicação em sinais estruturada, como seria o caso de famílias onde os pais tenham competências culturais em alguma língua de sinais e utilizem-na de modo prático, os infantes aprenderiam a se comunicar com os adultos através de uma língua bem antes de outras que não estão submetidas às mesmas condições. Entre os 8 e 9 meses as crianças que conviveram com a comunicação gesto-visual como a LIBRAS já seriam capazes de sinalizar algo, antes mesmo do uso oral da fala que ocorreria por volta dos 12 meses (MUSSEN *et al*, 2001, p. 210).

Considerando tanto o contato entre os membros da família quanto os com outros indivíduos de fora deste grupo, percebemos que, em princípio, o aprendizado e a internalização da estrutura da língua é um processo não formal. Logo, o tempo dedicado

---

<sup>16</sup> O site do Grupo de Implante Coclear do Hospital das Clínicas e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) apresenta uma rápida definição do que é o Implante Coclear, reproduzida a seguir. “O implante coclear, ou mais popularmente conhecido como ouvido biônico, é um aparelho eletrônico de alta complexidade tecnológica, que tem sido utilizado nos últimos anos para restaurar a função da audição nos pacientes portadores de surdez profunda que não se beneficiam do uso de próteses auditivas convencionais. Trata-se de um equipamento eletrônico computadorizado que substitui totalmente o ouvido de pessoas que tem surdez total ou quase total. Assim o implante é que estimula diretamente o nervo auditivo através de pequenos eletrodos que são colocados dentro da cóclea e o nervo leva estes sinais para o cérebro. É um aparelho muito sofisticado que foi uma das maiores conquistas da engenharia ligada à medicina” (fonte: <http://www.implantecoclear.org.br/textos.asp?id=5>).

à criança nestes primeiros anos se mostra muito importante para que ela consiga fazer uso da língua enquanto segunda natureza. Experiências e testes de linguagem feitos com primogênitos e demais filhos de diversas famílias apresentaram resultados que demonstram este fato, afirmam Mussen *et al* (2001). A expectativa em relação ao primeiro filho, segundo estes autores, cria um ambiente de afetividade, sentimento e maior cuidado quando comparado ao segundo, terceiro, quarto filho, etc. Neste sentido, a fala do primeiro filho tende a ser mais estruturada que a de seus irmãos, visto que, geralmente, intensidade, entonação, imitação e recompensa no uso são utilizados com mais frequência nos momentos de contato (MUSSEN *et al*, 2001).

### **2.3 Termos, expressões e identificações dos ouvintes filhos de surdos**

No esforço de compreendermos como o contexto familiar influencia na construção de identidades para os ouvintes filhos de surdos, temos visto que, por exemplo, perspectiva visual, contato entre iguais, contato misto, língua de sinais, cultura surda<sup>17</sup> e estigma são elementos recorrentes dentro do processo de socialização. O ato de anunciar “meus pais são surdos” já mostra a utilização de um signo de diferença entre estes e os demais indivíduos, sem que isto implique uma homogeneização de todos os surdos, pois, como lembra Sá (2006), “não é saudável alegar uma identidade, cultura ou perspectiva surda (...) unificadora, pois, os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de ‘diferença’”. Enfim, as terminologias para falar sobre si ou sobre o outro demonstram a importância que o discurso tem para as identificações e a construção de categorias.

Lopes & Veiga-Neto (2006) afirmam que os indivíduos não experimentam os atributos e sensações/representações do mesmo modo que os outros, por isso, o contexto de senso prático torna as pessoas sujeitos se suas enunciações, “eu” e “outros”. A invenção dessa fronteira não só está atribuída à percepção da diferença, mas à própria concepção da distinção. Assim, quando Bull (s/d) fala sobre os elementos que surdos e ouvintes utilizam para identificar-se num contexto da interação, ele apresenta como diferença o ato de se introduzir/apresentar. As situações que demandam dos indivíduos este situar-se acabam mostrando que existe não só uma diferença, mas uma ordem diferente de discursos.

---

<sup>17</sup> Bull (s/d), Skliar (2005a) e Strobel (2008) utilizam os termos “surdo” e “cultura surda” com a inicial maiúscula como forma “valorização da diferença”. Contudo, como o nosso objetivo é tratá-los com um aspecto da diferença e não abertura de um espaço político-igualitário entre surdos e ouvintes, optamos pela grafia em minúsculo sempre que possível.

Uma significativa diferença entre cultura ouvinte e Cultura Surda é a “saudação” ou ritual de “introdução”. No momento em que pessoas Surdas se conhecem, elas se introduzem de um modo diferente das pessoas ouvintes. A Cultura Surda inclui a permuta de nomes e coisas do gênero por: a) qual escola você frequentou (internatos públicos ou escola regular); b) se você é casado, quem é seu cônjuge e como se conheceram e se tem filho surdo ou ouvinte; c) qual a comunidade de Surdos ou organização a que pertence; e d) que pessoas você conhece na comunidade (BULL, s/d).

As experiências deste autor enquanto ouvinte filho de surdos não somente o fizeram entender esta relação entre apresentação e identidade, mas também o situaram na ambivalência das marcações sociais, haja vista como ele mesmo relata, “a população surda quer saber qual sua história em relação ao Mundo Surdo e querem ouvir todos os detalhes, como digo, de A a Z” (BULL, s/d).

Ainda na perspectiva deste autor, dois dos primeiros termos que ouvintes filhos de surdos aprendem a utilizar para diferenciar-se na sociedade estadunidense é “bilíngue” e “bicultural”. Diante da necessidade de construir e afirmar a subjetividade, num processo muitas vezes inconsciente, os ouvintes filhos de surdos criam vínculos cada vez mais profundos com o conceito de diferença e começam a fazer uso de determinadas identificações quando defendem algum ponto de vista. Em exemplo do que estamos tratando, Santana (2007) afirma que não somente os surdos, mas ouvintes também, esses têm utilizado terminologias como: identidade surda, comunidade surda e identidade visual. Todas estas formas de se nomear são, para a mesma autora, apropriações discursivas impróprias de conceitos compartilhados pelas comunidades de falantes. Para ela, tais termos inexistem no discurso de todos os surdos. No entanto, a ideia de validade atribuída a determinadas expressões somente quando a maioria faz uso delas é criticada por Geertz (1989). O conhecimento ou enunciação cotidiana destes termos não é pré-condição para que tenham significação social. Assim, a primeira investida que fazemos em relação a conhecer vocábulos ou conceitos comuns aos ouvintes filhos de surdos recupera o sentido das palavras ou situações impressas pelos próprios indivíduos que as utilizam.

Isso não é uma característica específica da relação entre surdos e ouvintes. Autores como Mota (2008) e Fritzen (2008) pesquisaram sobre a relação até conflituosa entre indivíduos que se consideram bilíngues e vivem em regiões de imigrantes, nos Estados Unidos e no Sul do Brasil, respectivamente. A sensação de pertencimento e

aceitação daquilo que parece ser as raízes do país ou cultura de origem em oposição ao novo lugar onde residem é visto como algo complicado de ser arranjado nas identidades dos indivíduos. O sentimento de ser diferente muitas vezes se mistura a preconceito ou ao não reconhecimento de si mesmo, conseqüentemente, estas pessoas vivem conflitos entre quem são, o que podem ser e o que deveriam ser. A pesquisa de Mota (2008) demonstra como o tempo de permanência nos Estados Unidos leva os jovens e adolescentes brasileiros imigrantes a remarcarem suas identidades nacionais. Porém, esta ideia é ainda situacional, pois pensam ser brasileiros dentro de casa e estadunidenses fora dela, apoiando-se à condição linguística a que se submetem e como negociam suas experiências entre estes dois espaços. O fato de ser imigrante confere a estes indivíduos um estereótipo do qual tentam se desvincular. O refúgio ou ambiente seguro passa a ser o de ser um americano como todo mundo, ou seja, busca-se a aceitação via pertencimento à comunidade majoritária, não fugido da expectativa linguística e social.

Fazendo um paralelo entre as experiências bilíngues dos indivíduos imigrantes e as dos ouvintes filhos de surdos, percebemos que não se trata da mesma coisa, e não produzem identidades nos mesmos moldes. Para entendermos melhor esta questão, visitamos em Bhabha (2003) o conceito de diversidade cultural e diferença cultural.

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto de conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítima, adequada à construção de sistema de identificação cultural (p.63).

Deste modo, ainda segundo Bhabha, o processo de identificação e uso de determinadas expressões pelos indivíduos se orientam pelos seguintes critérios:

1) existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade; 2) o próprio lugar de identificação, retido na tensão da demanda e do desejo, é um espaço de cisão; 3) a questão da identificação nunca é uma afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem (BHABHA, 2003, p.75-6).

Enquanto os imigrantes buscam ser percebidos dentro da dita normalidade estadunidense, suas identidades anteriores acabam fazendo a distinção entre os que se consideram legitimamente estadunidenses e os que assim desejam ser reconhecidos, ou seja, a nacionalidade anterior destes não é vista como um ganho em sua identidade. No

cotidiano, são vistos como indivíduos da diversidade dentro daquela sociedade. O conceito cultural desta relação “bi” parece não ser uma realidade quando comparamos estes estrangeiros aos ouvintes filhos de surdos, cujas experiências estão marcadamente delineadas pela alteridade desde os anos iniciais, presumindo uma tensão entre a imagem assumida por pais surdos e filhos ouvintes.

As reflexões de Bull (s/d) são um exemplo desta realidade que estamos descrevendo. Há relatos sobre CODAS em seus escritos que mostram algumas expressões utilizadas por estes indivíduos: *caught in between* (apanhado entre), *the only one* (solitário), *on the edge* (à margem), *a bridge* (uma ponte) e *not sure who I am* (não estou certo de quem sou)<sup>18</sup>. Além disso, relata que termos como surdez, ouvinte, ASL e identidade foram aprendidos muito cedo.

A característica mais interessante em sua narrativa é a antipatia com o uso da palavra ouvinte para identificar-se em qualquer ambiente, ainda mais se estiver em contato com outras pessoas que são ouvintes e têm pais ouvintes. Diante destas pessoas, Bull se sentia constrangido para nomear-se como uma pessoa que podia ouvir. A observação das redes de relações que seus amigos e colegas da escola possuíam e do significado da audição estavam além de uma capacidade para perceber os sons ambientes, poder orientar-se por eles e fazer uso de uma comunicação oral. Então, sentia-se excluído deste espaço que chamou de “mundo dos ouvintes”. Outro sentido do deslocamento em relação à igualdade com ouvintes é despertado por necessidades que os pais surdos não poderiam suprir, por exemplo, o sentido de semelhança e pertencimento ao grupo dos que ouvem. Foi através da “terceira via”, que chamou de CODA, que passou a sentir-se parte de uma comunidade de iguais. Neste caso, buscou sua identidade junto àqueles que também tinham pais surdos; passou a referir-se como igual através de sua própria condição.

A possibilidade de falar sobre si a partir de uma categoria e não de outra, ainda que tenha componentes de motivações pessoais, é relativa a uma estrutura estruturante estruturada dos discursos sociais. Quando o indivíduo se vale de uma ideia que tem relação com o modo como se percebe no mundo, este se opõe ao que não são. Tal enunciação pode assumir a forma fixa de uma estrutura binária ou o multiculturalismo flexível.

---

<sup>18</sup> Não encontramos tradução na literatura especializada brasileira para os termos em inglês, por isso optamos por mantê-los na língua estrangeira e fazer aproximações lexicais de seus significados para o português.

Neste jogo de nomeações e uso de terminologias, Bull (s/d) mostra um caminho possível para superar/amenizar a situação contraditória de ser ouvinte, mas também ser diferente. Embora seja uma atitude proposta aos pais, a proposta do autor cria os laços que antes denominamos de pertencimento.

1) aquisição de informações através de leituras autobiográficas e outros recursos; 2) desenvolvimento intencional de identidade individual ou de grupo; 3) formação de grupos de apoio para pais e providência de diversidades e acampamentos e outras atividades para crianças ouvintes; 4) uso de diversões [*humor*] para intensificar os vínculos entre os pais; e 5) aumentar as oportunidades de educação pelos pais e desenvolvimento de recursos para estes fins (BULL, s/d).

Enfim, os discursos dos indivíduos e a utilização de determinados termos para afirmar uma posição dentro do espaço social tem ligação com a prática social vinculada ao processo de socialização, dizem Mussen *et al* (2001). Mas a fala de Bull (s/d) é um exemplo para mostrar uma indefinição de como as pessoas se sentem em famílias que partilham uma diferença cultural. Ou seja, a internalização e uso de modo habitual de alguma expressão que indique quem os indivíduos são – ouvintes, surdos, CODAS ou KODAS – gera, segundo Klein (2005), um aprisionamento dentro de um discurso que se considera como verdadeiro. Dai o nosso esforço em compreender como estas pessoas se percebem no mundo e quais as experiências que as tornam diferentes dentro da identidade ouvinte.

Um argumento que também utilizamos para sustentar a abordagem dada a este capítulo, e que recupera alguns elementos do anterior, é o de socialização como elemento principal na definição da identidade. Em *Mind, self and society* (1934), Mead afirma que existe uma coerência entre identidade e comunicação, ou seja, é na e pela interação que se dá a construção de um *Self*, ou seja, o produto das contingências sociais, como uma adaptação frente ao outro.

O significativo e simbólico compartilhado entre os membros de um grupo constitui o modelo de percepção de mundo no qual as pessoas vivem e a partir do qual se reportam para formular seus discursos. Dubar (2005) afirma que a conexão entre indivíduo e reação adaptativa ao outro permite a Mead desenvolver “uma análise minuciosa da socialização como construção progressiva da comunicação do Si-mesmo [Self] como membro de uma comunidade” (p.116).

Mead (1934 *apud* DUBAR, 2005) e Mussen *et al* (2001) descrevem este processo como “ser o outro”, “viver o outro, respeitando uma organização vinda de fora” e “ser

alguém que interiorizou as regras e é ativo em seu papel”. O primeiro autor, porém, vai além desta tipologia ao explicar que

o que importa nesse processo é o duplo movimento pelo qual os indivíduos se apropriam subjetivamente de um ‘mundo social’, isto é, do ‘espírito’ (*Mind*) da comunidade a quem pertencem, e, ao mesmo tempo, se identificam com papéis, aprendendo a desempenhá-los de maneira pessoal e eficaz (DUBAR, 2005, p. 118).

Pensando na apropriação feita pelos indivíduos dos comportamentos dos adultos com os quais se reconhecem como semelhantes, a conversação, ponto central na mediação e aprendizagem, cria a base para se falar de criação e reprodução de um modo de ser. Focando nos sujeitos de nossa pesquisa, percebemos que o viver na fronteira entre surdos e ouvintes marca uma identidade própria que seria a “terceira via” dita por Bull (s/d). No entanto, não podemos esquecer que a socialização é um processo contínuo e que a capacidade de agência dos indivíduos pode desencadear uma transformação do social, a partir de novos modos de identificação com o mundo (HALL, 2006; BHABHA, 2003); como diz Woodward (2005), o que não significa uma negação do passado, mas uma reconstrução além do passado.

A postura que os indivíduos assumem diante das possibilidades mostra que ser *a bride* (uma ponte) não é algo flexível em sua forma de se ver. Pressupõe admitir a legitimidade e recorrente mudança do saber que é coerente a surdos e ouvintes fora de uma única instância de controle social, até porque ouvintes filhos de surdos são produtos do viver em fronteira. Linguisticamente falando, são bilíngues de fala, mas também “bi”língues em sua identidade.

### **3. OUVINTES FILHOS DE SURDOS FALAM SOBRE SI**

Nos capítulos anteriores apresentamos discussões sobre elementos que envolvem a construção da identidade de ouvintes filhos de surdos associando diferença, surdez, família, socialização e línguas. Num primeiro momento, refletimos sobre a importância da família no que se refere à mediação da relação entre a criança e a sociedade, trazendo para o plano principal a ideia de uma instituição formada por um grupo de pessoas que tem um grande papel no processo de internalização do modo de vida de tal sociedade e/ou do grupo. Dentro deste tema, propusemos compreender quais eram as pessoas que estavam ligadas ao princípio da lealdade e que se percebiam como integrantes deste laço social. O objetivo não era determinar em qual modelo de organização familiar, se nuclear ou estendido, os mesmos poderiam ser definidos, mas compreender o porquê delas viverem como uma família. Por isso, demos atenção à questão da alteridade e à definição de quem está dentro e quem está fora do padrão e do sentimento de “unidade” compartilhada entre os membros.

Após entender a lógica desta relação, no segundo capítulo problematizamos o significado de surdez bem como o processo de comunicação e as línguas oral e de sinais como marcações sociais que diferenciam as experiências cotidianas e, conseqüentemente, indicam uma identidade particular aos ouvintes filhos de surdos. Descrevemos ainda o conceito de diferença cultural que se aplica bem à defesa de identidades construídas a partir das existências e vivências daqueles que são vistos como diferentes, mas que não se fundamentam na percepção da dicotomia normal-deficiente. Por fim, evidenciamos a noção da socialização dos filhos desta família pela temática transversal de terminologias e situações que são habituais a estes indivíduos, principalmente a relação de fronteira entre ser filho de surdo, ser ouvinte e a linguagem por eles utilizada.

Depois desta longa digressão sobre a relação entre o contexto social e a identidade dos indivíduos, como o aspecto metodológico desta dissertação dá visibilidade à construção de sentidos, estruturamos este capítulo como um lugar de interlocução entre as teorias e as narrativas de ouvintes filhos de surdos sobre temas abordados ao longo desta dissertação. Contudo, antes de aplicarmos-nos à análise dos discursos destas pessoas, apresentamos o campo da pesquisa, com suas facilidades e dificuldades, e a construção de um ambiente na qual os ouvintes filhos de surdos tiveram a oportunidade

de falar sobre si.

A princípio, contatamos intérpretes, profissionais da saúde, linguistas e outros pesquisadores sobre LIBRAS, pedindo-lhes que nos indicassem pessoas surdas. Ainda que pudesse ser uma falsa expectativa, criamos que estas poderiam conhecer os possíveis entrevistados desta pesquisa, os ouvintes filhos de surdos. O próximo passo deste levantamento foi identificar as famílias de surdos, ou seja, pai e mãe surdos, que satisfizessem o segundo critério de seleção: filhos ouvintes; porque eram as pessoas que nosso estudo procurava contatar e, a partir de entrevistas, coletar informações que explicassem a questão das identidades.

Tendo em mãos uma lista de possíveis entrevistados, entramos em contato por telefone e e-mail, repassando detalhes sobre o objeto de nossa pesquisa e a garantia de confidencialidade das entrevistas. Foram excluídos da amostra aleatória que se construía três pessoas que não se enquadravam nos dois critérios já citados. Eram ouvintes, no entanto, apenas um dos genitores era surdo. Das dez pessoas que obtivemos nomes e um meio de contato, sete se mostraram solícitas à entrevista. Por alegação de indisponibilidade de tempo, demora em responder a este primeiro contato e o nosso prazo para cumprir o cronograma de trabalho, outras pessoas ficaram de fora da amostra.

Antes de realizarmos as entrevistas, buscamos organizar com a máxima clareza um roteiro com quinze ideias contingentes ao tema desta dissertação a fim de que pudéssemos nos orientar por entre os tópicos (perguntas) com mais flexibilidade, o que, de fato, foi importante para a sustentação de um diálogo sem interrupções. Para tanto, nos valem da discussão teórica sobre o sentido da investigação qualitativa de Minayo & Sanches (1993), que descreve as entrevistas como uma técnica que alcança os significados mais cotidiano-comuns aos falantes. Consequentemente, tendo a fala como um instrumento que nos permite entender os sistemas de valores e símbolos, “ao mesmo tempo, [que esta] possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (MINAYO & SANCHES, 1993, p.245), estabelecemos um diálogo no qual mais ouvíamos que falávamos. Outro passo necessário foi apresentar este trabalho, ainda em forma de projeto de pesquisa, ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG), do qual dependíamos da aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização para ir a campo.

Com tudo isso feito, na interlocução entre entrevistador e ouvintes filhos de

surdos, optamos por utilizar da gravação na modalidade oral-auditiva, sendo o português o canal de comunicação. Ainda que a LIBRAS fosse de comum compreensão para ambos, em nenhum momento utilizamos a língua de sinais para fazer perguntas, mesmo quando os entrevistados utilizavam-na em alguma resposta. Vale lembrar que estes raros momentos configuravam uma sobreposição das línguas, ou seja, o sinal correspondia lexical e semanticamente ao sentido da palavra oralizada. A fala neste modo que estamos tratando é uma adaptação da expressão “sobreposição de fala”, utilizada por Silva (2009), que é pensada para uma situação em que duas ou mais pessoas conversam simultaneamente. Embora não tratemos especificamente de dois indivíduos se expressando oralmente, havia uma combinação entre modalidades linguísticas. Por isso, abrimos um parêntese aqui para discutir rapidamente a quase ausência desta modalidade durante as respostas para pensar o aspecto comunicativo da LIBRAS e sua existência histórica no Brasil.

Para começar, percebemos na literatura especializada sobre a educação de surdos (SKLIAR, 2005a; MOURA, 2000; SILVA & NEMBRI, 2008) o relato de experiências pedagógicas das mais variadas formas, dentre as quais poderíamos citar: oralismo, caracterizada pela imposição da comunicação oral aos surdos; comunicação total, instrumentalizada pela língua de sinais, leitura labial e didactologia<sup>19</sup>, visando uma integração social do surdo; bimodal, comunicação simultânea entre sinais e fala; e bilinguismo, voltada propriamente para o aprendizado e comunicação materna/primária na modalidade gesto-visual e o aprendizado da língua oral, mais especificamente da grafia, num segundo momento. Com base nestas informações e nas críticas de Silva & Nembri (2008) e Slomski (2010) à metodologia empregada para fazer os surdos “falarem”, percebemos uma mudança no processo educacional em favor da visibilidade ao canal visual como um meio de comunicação legítimo aos surdos. A língua cotidiana dos surdos passa a ser considerada na escolarização. A língua e as experiências cotidianas dos indivíduos se tornam, então, a base legítima para pensarmos identificações, haja vista que “a identidade não é construída exclusivamente por uma língua, mas também pela língua que constrói nossa subjetividade. Não é a pessoa que escolhe sua identidade, ela é determinada pelas práticas discursivas, impregnadas por relações de poder simbólicas” (SILVA, 2009, p. 27). No caso dos surdos,

---

<sup>19</sup> Este termo aparece em Silva & Nembri (2008) como uma forma imprópria de se comunicar com surdos, pois, em vez de utilizar a estrutura linguística da LIBRAS, a didactologia é uma forma de transliteração do português grafado para uma configuração de mão, ou seja, é o modo como os dedos e a palma da mão formam uma imagem, reconhecida como uma letra do alfabeto.

Santana (2007) demonstra a importância do contato, desde muito cedo, de crianças surdas com a LIBRAS como algo que facilita o desenvolvimento de uma língua mais estruturada nos moldes padrões de comunicação, da capacidade de compreensão e uso linguístico dos sinais, ou seja, a prática e a reprodução deste sistema lhes proporcionam uma marca e uma competência. Do mesmo modo, a ponderação sobre aprendizado bilíngue dos ouvintes filhos de surdos nos permite sustentar o conceito de sujeitos que vivem entre os mundos dos surdos e dos ouvintes, se podemos falar assim.

Deslocando-nos da discussão sobre este reconhecimento da língua de sinais para a situação monolíngue apreendida durante as entrevistas, percebemos que a relação cotidiana com outros usuários da modalidade oral-auditiva, principalmente na fase escolar, pode ser vista como um momento em que a diferença entre surdos e ouvintes desenvolve uma fissura entre L1 e L2 para os indivíduos bilíngues. Num sentido prático, a identidade destes passa a carregar os discursos históricos sobre a língua de sinais como simplista e de pensamento concreto, vivida pela não comunicação em sinais diante de outros ouvintes, isto é, o empoderamento de uma língua sobre a outra, bem como de uma dita normalidade.

No que se refere aos aspectos tanto da interação quanto do conteúdo das narrativas coletadas, problematizamos em seguida a questão da diferença, apropriando-nos das falas dos próprios sujeitos entrevistados, analisando o que dizem de si e como percebem o mundo ao seu redor. Com isto, buscamos apresentar a percepção de como determinados significados podem ser singulares ou não dependendo do contexto em que os indivíduos estão inseridos.

É salutar a relação existente entre o lugar que os entrevistados escolheram para falar sobre si e o emprego de cada um deles. Dentro da perspectiva de Dubar (2005), a imagem de um indivíduo como trabalhador pode sim ser forjada através do saber prático; estas pessoas desenvolvem uma sensação de conforto e estabilidade em razão do valor que o conhecimento possuído representa para um profissional. Mas, como isto se conecta com as entrevistas feitas? Em tese, não podemos sustentar que o vínculo seja emocional, pois não existem indícios desta natureza nas respostas, mas possivelmente profissional, como frisou Samuel<sup>20</sup>. Para este, embora o lugar da entrevista fosse um de seus lugares de trabalho, a escolha se deu em razão da associação que fez entre o tema da pesquisa e a língua de sinais.

---

<sup>20</sup> Para assegurar o anonimato dos entrevistados, optamos por substituir os nomes de todos por outros fictícios.

A associação entre espaço social e discurso presente na fala deste entrevistado se insere em uma questão ainda maior, discutida dentro da cultura visual por Sturken & Cartwright (2005). Para as autoras, a ideia de um visual (imagem) não deve colocar-se à parte da escrita, fala, linguagem ou outros modos de representação e experiências dos indivíduos, vista que juntas servem para convencer/ persuadir o outro a compartilhar de certos pontos de vistas. Deste modo, compreendemos linguagem e imagem como elementos que criam o significado sobre o mundo ao redor de quem fala e, conseqüentemente, apresenta-o ao que o ouve, ou seja, o ambiente também fazendo parte do significante.

Dos sete indivíduos que entrevistamos, seis optaram por falar conosco num lugar que tinha relação com a língua de sinais, dentre os quais se destacam a Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e o Instituto Federal de Tecnologia de Goiás (IFT-GO). Embora sejam lugares de referência para o aprendizado de LS em Goiás, sendo a ASG a instituição pioneira a oferecer o ensino de LIBRAS em Goiânia e o IFT-GO o *locus* do primeiro curso de graduação Letas-LIBRAS na modalidade de educação à distância (EAD), também na mesma cidade, o contato com estes centros de aprendizagem denotam um vínculo pessoal e profissional com a língua na modalidade gesto-visual. Nem por isso, podemos generalizar que os ouvintes filhos de surdos se conheceram nestes lugares. Como comenta Tiago, um dos entrevistados, os filhos de surdos conhecerem uns aos outros é mais uma questão de acaso que do próprio ser amigo ou colega; senão pelo fato de que tiveram contato quando crianças, a convivência entre ouvintes filhos de surdos nos dias de hoje é algo quase inexistente, já que, se pudermos utilizar a ideia do KODA estadunidense, estes não constituem grupo ou comunidade própria que se reúne periodicamente. Tomamos então o cuidado para não tornar aquelas duas instituições como ponto de encontro pessoal, mas, sim, profissional. Ainda assim, a relativa falta de contato entre os entrevistados não invalida a questão de haver experiências comuns. De fato, voltaremos mais tarde a discutir a ideia de uma comunidade de referência. Por enquanto, podemos dizer que falar a LIBRAS é um ponto em comum para os ouvintes filhos de surdos. Ao mesmo tempo em que estamos tratando de relações já estabelecidas, devemos nos atentar para nexos entre a surdez dos pais e a profissão dos filhos.

Estamos pensando aqui o processo de imersão no mundo vivido e aquisição de saberes específicos, correspondentes à socialização primária (MEAD, 1934 *apud* DUBAR, 2005) e secundária (BERGER & LUCKMANN, 1966 *apud* DUBAR, 2005),

respectivamente, como elementos estruturantes das escolhas pessoais. Esses dois aspectos de internalização e ação dentro da realidade não parecem ser algo que produza uma ruptura nas histórias dos indivíduos pesquisados. A perspectiva visual dos pais, não no sentido que os filhos deixam de ouvir, mas pelo fato de que estes tomam a imagem e os lugares como representativos do que estão dizendo, especificamente da vida profissional, aquela se associa com a segunda socialização sem configurar um distanciamento de papéis. Isto é, há um engajamento com um novo papel sem o apagamento do anterior. Estes são os aspectos da socialização secundária descritos por Berger & Luckmann (1966 *apud* DUBAR, 2005) quando a primeira fracassou ou quando as identidades são problemáticas.

Apesar de não estruturarmos o nosso pensamento sobre quem seriam os indivíduos somente com base no aprendizado durante a infância, cujo significado para os entrevistados era de “ser intérprete” de adultos, Amanda parece ser a única pessoa que viveu o “o mundo das possibilidades”. É interessante mencionar que ela cita sua reduzida capacidade de conversar em língua de sinais e os problemas que encontraria caso tivesse que manter um longo diálogo com surdos não familiares.

Durante sua infância, assim como entre os outros entrevistados, aprendeu que a surdez fazia parte de seu cotidiano, que a comunicação através de sons não era compreensível pelos pais e que o uso de sinais era o canal de interação, além dos sentimentos e afetos uns pelos outros dentro de casa. Ser bilíngue e interpretar se tornaram rotina para ela e seu irmão – um rapaz que não compôs a amostra por questões de aleatoriedade na seleção – tanto quanto ser filha, sem muita excentricidade por ter pais surdos já que a diferença era algo “normal”. Contudo, houve uma diminuição progressiva no uso da língua de sinais. Mesmo tendo atuado como intérprete, o afastamento desta ocupação, somado ao contato com a surdez quase que exclusivamente a partir da experiência de seus pais, acabou criando uma familiaridade linguística na qual a ampliação do léxico de sinais parece não fazer sentido. Mesmo com a experiência anterior na interpretação, ela não se considera hábil para retomar tal atividade.

Pelo que podemos perceber, tal fenômeno descreve na fase adulta uma ruptura com o que compreendemos como incorporação do modelo de comunicação familiar e de viver o bilinguismo, resultado de transformação social do “viver a casa” para um “viver no mundo”, que poderia ser explicado por Dubar (2005) como uma transformação das identidades. Sugerindo um caso diferente quando comparado aos outros, é bom lembrar que “a socialização secundária nunca apaga totalmente a identidade ‘geral’ construída

no fim da socialização primária” (DUBAR, 2005), ou seja, existe uma ligação entre as histórias dos indivíduos e o presente, isto é, o agir o passado (BOURDIEU, 2009).

Mas, antes de chegarmos a estas questões, apresentamos aqui uma caracterização de cada um dos entrevistados, levando em consideração idade, estado civil, escolaridade, raça/cor, naturalidade, religião e algumas informações sobre seus pais.

- 1) Tiago, um dos primeiros entrevistados, branco, natural de Goiânia, tem vinte seis anos, é casado, sem filhos, evangélico e fonoaudiólogo. Seus pais têm mais de 50 anos e possuem uma característica particular: o pai é surdo<sup>21</sup> e se comunica somente através da língua de sinais, no entanto, a mãe consegue pronunciar palavras compreensíveis e tem condições de utilizar o português oral quando necessário, portanto, segundo ele, é oralizada.
- 2) Júlia, irmã de Tiago, nasceu em Brasília, declara-se parda como raça/cor, tem vinte e sete anos, é solteira, reside com sua filha ouvinte, trabalha como intérprete, declara-se cristã, sem vínculo a uma denominação específica e cursa o ensino superior na área da linguística. (Tiago e Julia é o único caso de filhos dos mesmos pais. Como o objetivo é compreender o sentido de identidade dentro da heterogeneidade, restringimos situações iguais a esta).
- 3) Beatriz, natural de Goiânia, morena, vinte e oito anos, evangélica, solteira, mãe de uma criança ouvinte, professora, intérprete é graduada em ciências biológicas. Seus pais são surdos não oralizados e possuem mais de 50 anos. É interessante citar que ela é uma das entrevistadas que ainda mora com pais e irmãos.
- 4) Paula, nascida em Goiânia, vinte e cinco anos, parda, solteira, católica, professora de biologia, filha de pais que usam eminentemente a LIBRAS e também são maiores de cinquenta anos, mora na casa dos genitores.

---

<sup>21</sup> O sentido de surdez deste trabalho não faz distinção entre congênita (hereditária ou embrionária) ou adquirida, independente do motivo já que a condição pré-lingual é geral, isto é, antes que tenham aprendido a oralizar os pais já eram surdos.

- 5) Pedro, goianiense, vinte e sete anos, solteiro, pardo, evangélico<sup>22</sup>, graduado em História, estudante de teologia, tem pais acima dos cinquenta, que não oralizam e vivem mudando de cidade, pois são missionários de uma igreja evangélica.
- 6) Amanda, também de Goiânia, branca, possui trinta e um anos, é casada, evangélica, graduada e atuante na área da saúde; possui um irmão ouvinte, considera a mãe como oralizada e o pai como falante unicamente de língua de sinais.
- 7) Samuel, nato em São Luiz dos Montes Belos, Goiás, vinte e quatro anos, casado, declara-se sem-religião, graduando na área da linguística, intérprete e professor; filho primogênito, possui pais bilíngues – se comunicam em LS e LP (oral) –, sendo o pai fluente em português oral.

Todos os sete entrevistados falaram um pouco sobre seus pais, o tipo de comunicação por eles feita e própria condição de bilíngue. Por isso, ao longo desta dissertação, discutimos estes e outros elementos contingentes à construção de suas identidades e apresentamos rapidamente o cenário brasileiro da educação de surdos, o qual nos permite fazer conjecturas, de um modo geral, sobre o aspecto linguístico em relação às famílias dos sujeitos desta pesquisa.

Começando com um breve comentário sobre o ponto anterior, no qual estão presentes termos como oralidade e gestualidade, percebemos que quando os pais dos entrevistados iniciaram a vida escolar, supostamente na década de 1970, a educação dos surdos seguia o modelo oralista, que se valia do uso de técnicas que estimulavam o aprendizado do português falado, a fim de que fossem cidadãos e pudessem se comunicar com a sociedade. Segundo Moura (2000), Skliar (2005a) e Strobel (2008), esta pedagogia, largamente implementada no Brasil, poderia ser descrita como uma prática de “mutilação” do ensino ministrado aos surdos quando comparada aos modelos francês e estadunidense, cujos surdos já haviam tido contato com línguas de sinais e

---

<sup>22</sup> A questão da filiação religiosa será discutida mais adiante. Porém, como um dado que aparece repetitivamente, é válido reafirmar o caráter aleatória da amostra e que, dentre os entrevistados, o único com quem tivemos contato anterior à pesquisa foi o Pedro, pois era instrutor de LIBRAS e intérprete em algumas ocasiões no Dinamys, Escola de LS em Goiânia, durante o ano de 2009. Os demais entrevistados, também evangélicos, não frequentam a mesma igreja.

apresentavam melhores compreensões da língua nacional escrita. Relatam ainda que as redes de sociabilidade destas pessoas eram ainda maiores. No caso brasileiro, como afirmam Quadros & Massutti (2007), “essa geração de surdos, se recebeu algum tipo de instrução de um lado, sofreu o impacto da negação da língua de sinais, por outro” (p. 242).

Mesmo que o ensino oferecido a estes indivíduos tivesse como objetivo a oralização, muitos surdos não conseguiam desenvolver uma comunicação nesta modalidade linguística; não somente pela falta de referência ou *feedback* auditivo, mas também por dificuldades e barreiras pessoais criadas pelos próprios indivíduos. Neste sentido, Moura (2000) relata que “todos aqueles que não progrediam na oralidade eram considerados deficientes mentais com necessidades especiais, o que se observa até os dias de hoje no Brasil, em algumas instituições” (p.49). Em outras palavras, os surdos eram estigmatizados pelo atributo possuído.

Contrária a esta equação na qual *surdo + sinais – fala oral = não cidadão*, a comunicação através da linguagem de sinais é vista pela mesma autora como uma representação que incorpora um valor de pertencimento. Conseqüentemente, a informação sobre o falar ou não dos pais nos permite refletir sobre o modo como os genitores são visto pelos próprios filhos e o significado disso sobre a identidade dos sete entrevistados.

Outro ponto importante a ser lembrado é que a religião cristã, em maior proporção da linha protestante, conhecida hoje como evangélica e citada pelos entrevistados, é um dado não controlado da pesquisa, isto é, uma informação que não estava no critério de seleção dos indivíduos, mas de relevância para que não assumamos como uma condição geral para ouvintes filhos de surdos; esta é, portanto, uma característica da nossa amostra.

A partir destas informações e dos registros sonoros das entrevistas, fazemos neste capítulo a análise dos dados coletados, sem que as gravações sigam uma lógica temporal, ou seja, não trazemos para a discussão trechos das gravações do início, meio e fim, necessariamente nesta ordem, e também da sequência em que as pessoas foram contatadas. O desenrolar desta reflexão está pensado por situações e temas, sendo possível uma conexão entre várias respostas não consecutivas. Ou seja, optamos por considerar a transversalidade das narrativas e agrupá-las a partir de eixos, tendo como referência o processo de construção identitária: relação com a família e os outros, as línguas, e comunidade surda e aspecto cultural.

### 3.1 O “eu” através da visão sobre família e “mundo exterior”

O foco dado primeiramente à família segue a linha de pensamento discutida principalmente no capítulo primeiro desta dissertação, delineando o sentido de grupo de referência e pertencimento, fundamental para compreendermos o modo como os indivíduos se identificam e são identificados ao longo do processo de socialização, quando internalizam o que as coisas representam. Como dito, as pessoas que compõem este grupo se relacionam e compartilham de significados de mundo próprios, originários de um aprendizado contínuo e estruturante dos modos de pensar e ser. Por isso, apresentamos aqui o entendimento dos ouvintes filhos de surdos sobre este grupo de indivíduos denominado de família. Para ficar claro este significado que estamos atribuindo à família no processo de socialização das novas gerações, recorreremos ao que Dubar (2005) denomina *cultura-feita-corpo* dentro de uma abordagem cultural, que é um processo de

interiorização, no corpo biológico, de gestos, posturas, atitudes, constitutivas da cultura do grupo (maneira de fazer, de sentir, de pensar) e exteriorização de suas maneiras de estar junto em um corpo de regras específicas manifestando a comunidade de ideias e de valores (p.45).

Neste sentido, quando perguntamos sobre quem faz parte da família e como podiam defini-la, os entrevistados foram enfáticos ao apresentar a ideia de unidade, ninho, *lugar de refúgio*, para utilizar a expressão de Lasch (2001), como significado principal dos vínculos estabelecidos entre os que se percebem e são percebidos como seus membros. Recuperando a discussão de Françoze (2003) sobre o modo como apresentamos nossas famílias e a dos outros, podemos dizer que a relação entre os membros destes grupos e como o descrevem são imbuídos de aspectos internos, ou seja, afetos e vínculos. No entanto, por mencionarem quem são os indivíduos que estão dentro e o lugar onde moram, percebemos nestes discursos traços do que a mesma autora cita de infraestrutura da família. Há uma mistura entre dois tipos de narrativas. Em relatos como estes são notórios que o laço de pertencimento nem sempre fica restrito ao âmbito da família nuclear, havendo a sensação de que a família ampliada é o grupo de referência:

Quando fala de família, lembro[me] de vó, de tio, dos meus primos. Então, família é uma coisa bem ampla. (Amanda)

Pelos meus pais serem surdos, quando eles se casaram, eles moraram inclusive aqui [referência ao lugar onde foi realizada a entrevista]. Moravam aqui no barracão. Então, tinha a minha família que ficava na casa da frente, que eram meus avós, meus tios e primos. Então, era todo mundo junto. Então, a minha família sempre foi muito unida nessa época; ainda não tinham ido pra suas casas, morava todo mundo junto. (Beatriz)

Assim... Eu morei com a minha vó; e na casa da minha vó, sempre, sempre morou todo mundo. A família quase toda lá na minha vó. Igual... teve uma tia minha, às vezes, tinha um tio meu que também morava lá... só que sempre teve um tia minha que também morou lá. (Samuel)

As pessoas citadas nestes trechos de entrevistas demonstram a presença de tios e avós como membros desta associação de pessoas que compartilham não só o mesmo espaço físico, mas, principalmente, o sentimento de vínculo e pertencimento, bem como destacam Bacelar (2002) e Sarti (1996) em relação às configurações familiares mais comuns no Brasil. Isto não significa dizer que este é o único padrão legítimo de família, muito menos que é o mais comum, pois, como vimos em Vaitsman (1944), a composição tem alterado significativamente nas últimas décadas; o foco dado à família ampliada vem a ser um elemento da narrativa destes indivíduos cuja categoria utilizamos em razão das experiências de conviver com surdos e ouvintes dentro de casa.

Segundo Dubar (2005), a imagem dos indivíduos que estiveram presentes no processo de aprendizagem e socialização serve para proporcionar experiências básicas de interiorização dos valores, crenças e tradições, como uma espécie de treinamento para ser identificado por outros como membros de tal grupo, comunidade, família, etc. Em outras palavras, podemos dizer que a convivência dos entrevistados desde a infância com todas estas pessoas sugere que o aprendizado de padrões de comportamento e de modos de agir ocorreu numa fronteira entre surdez e não surdez. Em relação a este aspecto, que traduzimos aqui através da menção à importância que algumas pessoas possuem, Beatriz cita pai (surdos) e tios (ouvintes) e avós (ouvintes):

porque eles [os pais] são casados há mais de trinta anos, (...) têm uma harmonia familiar, eles educaram seus filhos muito bem. Então, eles pra mim são um exemplo; os meus avós também. São muitos. Meus avós, meus pais, minha tia que me ajudou a criar, é como se fosse minha segunda mãe.

Embora não seja uma expressão do cotidiano, o trecho acima sugere um contato rotineiro com aqueles que Beatriz considera importantes ou como modelo/ideal de

pessoa a ser seguida. Para refletirmos sobre esse tipo de referência, registramos abaixo outros relatos nos quais a convivência dos entrevistados com outras pessoas da família é, de fato, um dado relevante para pensarmos de que modo isto interfere no processo de internalização das normas e na percepção do eu:

A gente morava no fundo da casa da minha avó. E, na casa da minha avó, tinha a minha madrinha, tinha as nossas tias e isso era um fator que ajudou muito. (Amanda)

É... tudo que eu sei em questão de caráter, em questão dessas coisas, meus pais me ensinaram. Mas, eu devo muito ao meu tio também; porque todas essas dúvidas minhas, que eu sabia que não podiam ser sanadas com os meus pais, eu tirava com ele. (Tiago)

Família, é aquele amor familiar ao pai, à mãe, é... os meus avós. A minha família é aquela pessoa que sempre vai me dar suporte quando eu precisar; (...) nesse meio tem pai, mãe, esposa, que recentemente entrou (...), tem avós, tios, primos. Então, a gente é muito apegado. Somos muitos unidos. (Samuel)

A convivência entre surdos e ouvintes num único espaço possibilita a avós e tios assumir parte da responsabilidade de educar os netos/sobrinhos. Supondo que algum deles esteja por perto enquanto os pais trabalham, que determinadas atividades da casa sejam feitas em conjunto ou que estejam habituados a compartilhar de momentos juntos, esta frequência não somente torna-se comum ao ouvinte filho de surdos como também a torna alguém a quem recorram caso precisem de um auxílio. Tiago descreve uma relação sincera e de cumplicidade que mantinha com um tio, fazendo-nos lembrar do valor e da lealdade de sua imagem no que se refere às “coisas do mundo ouvinte”, como ele mesmo cita. Já o Samuel fala da afeição por avós, tios e primos, indicando a importância que dá para o conjunto destes indivíduos.

Ainda neste contexto, Tiago relata como os ouvintes da família foram fundamentais durante sua infância, pois a ligação que estabeleceu com eles era diferente e ao mesmo tempo complementar ao convívio com os pais.

Eu tenho lembranças até hoje de muitas coisas que eu aprendi através dos meus avós, através dos meus tios; que muitas crianças ouvintes aprenderiam... aprendem de seus pais, né? Então, se eu ouço uma palavra assim... criança é... vai e pergunta: “Mãe, o que é isso?” “O que é aquilo?” Eu chegava à minha mãe: “Mãe, o que é isso?” Minha mãe não sabia me falar, porque ela nunca [havia] ouvido aquilo; e eu, era a primeira vez que estava ouvindo aquilo. Entendeu?! Aí eu chegava à minha avó, chegava aos meus tios. Então, foi fundamental.

É... as pessoas que estavam próximas de mim, principalmente tio e avós; assim, nessa construção minha assim... foi fundamental. (Tiago)

Enfim, os entrevistados mencionam um complexo jogo de relações em que a “guarda” dos ouvintes filhos de surdos tende a ser compartilhada. Pode ser uma questão de conveniência bem como de dependência. Não só para Tiago, mas para todos os que falam sobre morar muito próximo de parentes ouvintes, até mesmo em um único lote (endereço), o dia a dia é uma metáfora para duas possíveis definições de papéis desses indivíduos no processo de socialização dos entrevistados: imprescindibilidade dos parentes ou responsabilidade comum à família ampliada. Sob esta questão, Samuel relata o fato de ter ido morar com a avó para que pudesse aprender a oralidade. É um caso específico de responsabilidade que a avó assume diante do neto.

Então, esse momento [referência ao fato de que os pais viviam mudando de cidade] eu sempre fiquei com a minha avó mesmo. Porque minha avó tinha essa preocupação: porque não estava falando, não estava adquirindo a linguagem. (...) Então, eu morei muito pouco com meus pais. Fui morar com meus pais com 15 anos.

Desconsiderando a confusão entre linguagem, língua e fala, esclarecida no segundo capítulo, este entrevistado apresenta a ideia de necessidade muito claramente. É importante mencionar que nas entrevistas não aparecem traços de incompetência, nos moldes preconceituosos que o termo pode assumir. O trecho se reporta a uma condição que não pode satisfazer com propriedade como faria uma pessoa falante. A imprescindibilidade de outras pessoas na família pode também ser vista num trecho da entrevista de Pedro:

Lembro[me] de cenas, assim, dos meus pais me levando até a escola; buscando-me. Só que, os meus pais me acompanhando, no sentido de ajudar-me nos exercícios [escolares] do dia a dia, isso aí, eles não me acompanharam, porque eles tinham... Pelo fato deles não terem um domínio da língua portuguesa, não terem o domínio de ouvintes. Isso, de certa forma, de perguntas que eu fazia, assim, pra tios meus, eles me informavam, me ensinaram, me ajudaram nos exercícios do dia a dia.

Ainda como os relatos demonstram que a avó foi a agente da preocupação no caso de Samuel e que o próprio Pedro buscou solucionar suas necessidades no segundo caso, ambos são exemplos da ideia de sociabilização compartilhada entre pais e parentes e de que existe uma associação entre oralidade e ser ouvinte. No entanto, este é um ponto

será abordado mais adiante. Pensemos neste momento a relação entre estes indivíduos.

Olhando para a interação cotidiana podemos dizer que havia não só a troca de informações, internalizadas durante este processo de socialização, mas também a noção da diferença entre ouvintes e surdos. Esta questão de perceber os pais de um lado da fronteira não é muito consciente quando olhamos para os primeiros anos de vida das crianças. Ainda que sejamos dotados de uma capacidade de aprendizado muito grande através de estímulos (MUSSEN *et al*, 2001), as distinções produzidas pelas crianças correspondem ainda a categorizações muito macro, como, por exemplo, pessoas conhecidas/não conhecidas, homens/mulheres. É coerente dizer que a segurança e o cuidado são fatores muito mais significativos neste momento do que a definição de surdo ou ouvinte. Contudo, isto não é o mesmo que negar a percepção da surdez dos pais. Vejamos alguns casos.

Quando a gente chama pelo “papai” ou “mamãe” desde pequenininho. Com certeza foi bem antes. Quando a gente caía e gritava eles não nos escutavam. Então, desde pequeninha, é lógico que eu tive a percepção. (Amanda)

É uma pergunta difícil de responder; por que, parece que a gente não vê diferença. A partir do momento... a diferença a gente só vê se a gente se compara a alguma coisa (...). Então, parece que era tão natural. (Tiago)

A consciência disso é muito complicada de falar, porque nem eu sei te dizer isso, te responder exatamente. Mas, eu acho que, quando você é criança e já percebe que seus pais são diferentes dos pais de seus colegas; que você entende assim, que quando a professora fala e eles não vão entender, eu acho que já é um indício de que você tem consciência que seus pais não escutam. (Paula)

As variadas referências à questão da diferença entre surdos e ouvintes são tratadas pelos entrevistados como algo da infância, na medida em que passaram a fazer comparações e a entender as coisas dentro de uma lógica, neste caso, a de ouvir. Junto à compreensão de quem são as pessoas e o que elas representam, percebemos que o atributo dentro da família cria o ambiente para a fronteira se estabelecer como condição para o aprendizado das coisas e de suas identidades.

Por assumir este sentido, exploremos um pouco mais as implicações desta referência recorrente dos entrevistados a pessoas como tios e avós. Para tanto, utilizamos três trechos da fala de Samuel.

Ninguém, ninguém lá em casa, lá dentro de casa mesmo, meu pai e minha mãe, não falava; aí eu tive que morar com minha avó.

Meu pai sempre mudava. Então, tinha uma época que ele estava em Goiânia, outra época [em] Aragoiânia. Ele... é... Aragoiânia não, Aruanã. Então, esse momento eu sempre fiquei com a minha avó mesmo.

Eu lembro muito da minha avó porque eu morei a minha infância toda com a minha avó. E, minha vó é como uma mãe pra mim. É minha mãe também.

Na visão dele, a presença de outros familiares, além dos pais, no processo de socialização cumpriu um papel de assegurar que tivesse acesso à linguagem oral, algo que seus pais não podiam lhe proporcionar. Tal socialização se mostra um tanto paradoxal por carregar elementos que associam a surdez a um problema suscetível à intervenção por parte daqueles que são ditos normais, como bem observou Moura (2000) em sua discussão sobre o tutelamento do surdo no Brasil, e igualmente à expectativa de que os ouvintes filhos de surdos também consigam lidar com a comunicação oral fora da família. O sentido de “falar” se conecta direta e indiretamente a trechos de outras entrevistas, permitindo-nos considerar os parentes ouvintes como agentes de socialização relevantes na rotina dos sujeitos desta pesquisa, e de aprendizado da oralidade.

Como morávamos num lote, que tem três casas, minha tia Sílvia<sup>23</sup>, minha tia Áurea, que são duas ouvintes, elas conviveram próximos de nós, durante a minha infância. (...) Assim, de certa forma, eu aprendi a língua portuguesa e a me comunicar com os meus tios e primos que são ouvintes. (Pedro)

[sobre quem cuidava dela, respondeu:] Meus avós, meus pais, minha tia que me ajudou a criar, [esta] é como se fosse minha segunda mãe, que é a única mulher entre os sete irmãos, e é a que mais sabe língua de sinais. Ela se comunica com todos os surdos muito bem. (Beatriz)

Eu, eu acredito que eu desenvolvi tanto a linguagem oral quanto a linguagem de sinais (...) foi natural; porque a gente tinha o convívio com os avós. Os avós tanto maternos e paternos são ouvintes, então, a gente teve essa influência da oralização desde bebê com os familiares. Então, como eu te falei, desde muito, muito cedo eu estava na escola também; a escola [é] totalmente oralista. (Tiago)

---

<sup>23</sup> Bem como substituímos os nomes dos entrevistados, seguimos o mesmo exemplo no caso de parentes, amigos ou qualquer outra nome real, garantindo o anonimato daqueles que são citados.

A necessidade de aquisição do português e a comunicação no início da infância eminentemente através da LIBRAS não somente deixaram a avó preocupada como também levaram-na a assumir a responsabilidade de fazer Samuel falar. No caso de Pedro, Beatriz e Tiago, esta aprendizagem é compartilhada com outras pessoas além de avós, temos aqui os tios e primos. No entanto, algo que nos chama a atenção é a representação de duas pessoas como mãe no caso de duas entrevistas. Para Samuel e Beatriz, mãe e avó são investidas de um significado que as define nas relações cotidianas como as responsáveis por cuidar dos filhos/netos e proporcionar o contato linguístico com ambas as línguas: oral e de sinais.

Embora os contatos entre pais e filhos sejam vistos aqui como *locus* privilegiado de aprendizado e de relações de afeto, ao olharmos para o processo de socialização como um todo devemos considerar como um dado importante a relação que estes indivíduos mantiveram com os adultos.

Eu lembro até hoje dos meus parentes falando: “Você falava muito errado”; “Falava tudo errado”. Eu tentava imitar e não tinha ninguém para corrigir. (Paula)

A ideia de estímulo produzido por um adulto é uma realidade na percepção de Paula sobre o esforço pessoal em utilizar o português. Mas, também seria possível dizer que a interação entre pessoas da mesma faixa etária produziria efeito semelhante. No entanto, a mesma entrevistada relata que no cotidiano, em momentos de brincadeiras, por exemplo, ela fazia o papel da instrutora e não de aprendiz durante os períodos de recreação com os primos; em vez de tomá-los como referência para aprender a língua oral, eles é que copiavam seu modo de se comunicar.

Não tive dificuldades, não. Mas, só quando menor mesmo. Porque eu não falava [o português], mas eles [os primos] me entendiam; então, eu brincava com eles tranquilamente. (...) [E eles te entendiam?] Entendiam. Também respondiam em LIBRAS. Davam um jeito de entender. (Paula)

O que se observa a partir destes exemplos é que existe uma diferença entre o vínculo linguístico estabelecido entre primos-ouvintes e tios-avós-ouvintes e os ouvintes filhos de surdos durante a infância. Os parentes adultos parecem assumir uma postura linguística etnocêntrica e ouvintista se comparado ao esforço entre “pares” de falar do mesmo modo que o outro fala; isso sugere que a finalidade é inserir os infantes na comunidade linguística majoritária. A unidade familiar fica dividida entre os que se

colocam fora de seu lugar ouvinte de ser, ainda que em fase de aprendizagem e construção da própria identidade como é o caso das crianças, e os “mais velhos”. De fato, o aspecto geracional diferencia estes dois grupos de pessoas e sugere uma ruptura entre o que as pessoas se tornam, distintas uma das outras, e que suas identidades vão se basear na assunção de papéis dos outros, tal como vimos no processo de socialização descrito por Mead (1934 *apud* DUBAR, 2005).

Em se tratando de comunicação, Santana (2007) afirma que é alta a porcentagem de surdos que nascem em famílias de ouvintes, por isso, segundo Slomski (2010) é comum encontrarmos surdos vivendo um aprisionamento linguístico. No caso em discussão, pelos pais dos ouvintes entrevistados terem nascido há mais de quarenta anos, a ideia de uma rotina familiar em que a LIBRAS tivesse espaço como língua tende a parecer rara, mas não inexistente.

No caso da família de Beatriz, o avô paterno obrigou os filhos ouvintes a aprender língua de sinais para que pudessem se comunicar com os irmãos surdos. Ainda que a modalidade em sinais não fosse uma prática para os avós, pois faziam uso da didactologia<sup>24</sup>, dentro de casa se fazia uso da comunicação gesto-visual. Como comenta Beatriz: “Então, não tinha diferença de tratamento; os filhos ouvintes, todos aprendiam LIBRAS para se comunicar com os surdos e ficou todo mundo se comunicando”. No contexto desta família, tal língua é ainda mais comum e compartilhada; não só entre pais e filhos, mas também entre tios.

Questões como estas são importantes para pensar a dinâmica do cotidiano destas famílias, composta por pais surdos, ouvintes filhos de surdos e tios-avós-primos ouvintes. No entanto, ao considerar as implicações deste arranjo familiar na construção das identidades temos em mente que não podemos deixar de lado as relações externas à família. É por isso que mudamos um pouco o rumo da reflexão para focar o que está fora deste lugar de pertencimento e que também envolve o estudo das identidades.

Recuperando a ideia de que a definição da não audição no imaginário social está fortemente ligada à limitação, quase sempre encontramos ouvintes realizando atividades cotidianas no lugar dos surdos. Nem sempre isto representa uma incapacidade dessas pessoas em relacionar-se com estranhos, mas, sim, que seus direitos devem ser

---

<sup>24</sup>Como se vê no dia a dia, a língua de sinais tem se distanciado desta proposta, dada a incompletude de pensamento quando comparado aos lexemas (sinais) da LIBRAS. Deste modo, conectivos como “de”, “para”, “com”, “em” e outros mais são suprimidos em conversas entre surdos, exceto apenas nos casos em que os falantes desconhecem uma forma de expressar a ideia ou palavra que desejam. A didactologia funciona, então, como um último recurso de conversação quando não existe um correspondente do português na língua gesto-visual ou o sinal é desconhecido pelos falantes.

resguardados. O que assume este papel de fazer as coisas com e pelos surdos recebe uma investidura quase que imediata do que chamaremos de *responsabilização*; de modo que numa relação entre pais surdos, filhos ouvintes e outros ouvintes, os filhos, por estarem mais próximos, tendem a atuar como intérpretes, ajudantes e até mesmo sendo responsáveis por resolver algumas questões de adulto.

Minhas amigas não precisam ir ao médico e marcar consultas para as mães, não precisa acompanhar o pai ao dentista. (...) Banco? Nossa, eu não sabia nada; eu tinha que ir. Então, a gente... eu ficava meio que nessa revolta em função dessa responsabilidade que minha mãe... que às vezes, não por ela impor, mas pela situação que exigia. (Paula)

Eu, pequenininha, acho que com uns quatro anos, tinha que ficar anotando recados importantes, de assuntos adultos: número de CPF. E meu pai brigava comigo: “Você não anotou direito!”, “Quem que era?”, “Sobre o que era?”. Às vezes eu esquecia alguma coisa, e [ele] brigava comigo. Então, eu acho que tem que tomar cuidado, porque às vezes nós somos crianças que acabam pegando responsabilidade de adulto. (...) Às vezes eu estava cansada e tinha preguiça de interpretar, porque eu tinha que ficar interpretando o tempo inteiro. Às vezes passava uma reportagem e minha mãe: “Interprete!” Eu estava cansada, queria fazer outra coisa: “Nããã, você tem que interpretar!”. Então, a gente acaba assim: você tem a obrigação, entendeu? (Beatriz)

Essa relação com o mundo externo tem um peso simbólico e coercitivo sobre o tipo de comportamento que as crianças filhas de surdos desenvolvem diante dos outros: como condição do fazer cotidiano, têm que interpretar. Mesmo se pensarmos em situações de contatos sem a presença dos pais, a sensação de desconforto não deixa de existir; de intérprete pode-se passar para o ocultamento da informação sobre os genitores, evitando o que dissemos anteriormente ser o estigma de cortesia. Sobre isso, Paula diz que a vida era complicada e os contatos às vezes eram tensos:

“Tinha muito preconceito, muita dificuldade. Então, você ter pais surdos era quase uma vergonha pra sociedade. Era um motivo de, as pessoas tinham preconceitos: ‘Cuidado! Não fica perto dela. Vai que ela tem a doença’”.

Samuel relata algo semelhante:

“Eu já percebi várias vezes alunos não vir [brincar comigo]. Porque, crianças elas não tem... ela não esconde: a criança ela mostra. Então, às vezes ela queria brincar, [mas] não podia brincar, não. “Meu pai não me deixava brincar, não”. [Eles estavam] com medo de pegar,

com medo de eu passar esse vírus da surdez, não sei. Só pode.

Tanto na presença quando na ausência dos pais, estes ouvintes filhos de surdos acabam vivendo experiências muito similares, contingentes à percepção de si mesmo como alguém *caught in between* (apanhado entre). Ou seja, assuntos bancários e de interpretação que configuram um conjunto de atividades geralmente não delegado a crianças e adolescentes, no caso destas pessoas, a ação não é necessariamente negociável. A própria condição familiar habitua-os a se colocarem como mediadores nestes tipos de relações.

Ainda sobre esse assunto, a preocupação em compreender o que significava uma ideia transmitida pela televisão e o que o gerente de um banco desejava quando pedia o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) são, por exemplo, uma inversão no tipo de responsabilidade dentro do processo de socialização. Como percebemos nos trechos citados anteriormente por Paula e Beatriz, escolher se vai ou não interpretar para os pais é algo que não cabia a elas, a situação é que determinava o que deveriam fazer. Ou seja, saber LIBRAS fez com que assumissem o papel de intérprete de LP para LS desde os primeiros anos, não de uma forma espontânea, mas por submissão à autoridade dos pais. A reponsabilidade assumida nem sempre esteve dissociada de uma tensão ou sentimento de revolta, o que ocorreu principalmente, durante a adolescência, por não desejar o “cuidar de seus pais” como parte das rotinas de suas vidas.

No período de transição entre as fases de criança e adulto, segundo Mussen *et al* (2001), as pessoas passam a ter contato maior com outros padrões de grupos, informações novas, questionamentos e também desejos individuais. Sem negar que isto seja também lastreado à infância, as conexões entre a surdez dos pais e a identidade dos filhos vão se estruturando como marcas de quem são. Também com base na percepção de aceitação da diferença, é possível dizer que o relacionamento com os “outros”, os dito normais, oferece aos ouvintes filhos de surdos uma visão de mundo cujo estigma circula livre e negativamente em relação à surdez. Como relatam alguns entrevistados, os embaraços em relação a este atributo ocorriam em diversas situações.

Teve uma fase que eu tinha muita vergonha dos meus pais. Ah... meus pais eram chamados pela escola. Quem ia? Tinha que ir a minha tia. E, a vergonha que eu tinha é que a gente andava de ônibus e ai eu gostava demais de conversar. Até hoje eu gosto de conversar com a minha mãe; a gente ‘bate altos papos’. E, aí, a gente ia conversar no ponto de ônibus e o povo ficava olhando. (Amanda)

Mas, eu não vou mentir pra você que eu não tive alguns momentos de vergonha com os meus amigos. Os pais deles eram ouvintes, tinham mais facilidade, as pessoas aceitavam mais. Eu tinha um pouco de vergonha dos meus pais serem surdos. Não posso mentir. Isso, antes. Eu não tinha entendimento. (Beatriz)

Antigamente eu tinha certa vergonha. Eu ficava com vergonha. Ficava assim: “Nossa, o que vão pensar de mim?”, que eu tenho uma doença, que eu não posso ser saudável ou que eu carrego alguma coisa que contamina. É bem duro assim. (Paula)

A sensação de vergonha está transversalmente associada a diferentes aspectos da surdez e, por isso, cria uma complicada relação para que os filhos possam administrar durante as interações. No discurso de Amanda, podemos notar a comunicação numa língua minoritária como aspecto de constrangimento. Em Beatriz, a representação de uma dita normalidade e o que ela mesma denomina de “falta de entendimento” proporcionavam-lhe certo desconforto. Para Paula, a surdez dos pais produzia um efeito ainda mais intenso no que se refere à aceitação dela como uma ouvinte; o atributo dos pais socialmente transferido para filha se revela como uma enfermidade contagiosa.

Como se fosse irreconciliável o conflito entre lealdade familiar e surdez, os ouvintes filhos de surdos passam por experiências consideradas constrangedoras e difíceis. Contudo, percebemos que isso é algo temporário para estes indivíduos. Há uma significativa mudança no modo como percebem a si próprios e aos pais ao longo da vida, o que estaria associado à aceitação da diferença.

Na leitura de Goffman (1988) sobre o estigma de um modo geral, este afirma que

deve-se acrescentar que as pessoas íntimas não só ajudam a pessoa desacreditável em sua simulação, mas também levam a essa função além do que suspeita o beneficiário; elas podem, de fato, servir como um círculo protetor que lhe permite pensar que é mais amplamente aceito como uma pessoa normal do que ocorre na realidade (p.108).

Então, a surdez que não tem sentido conceptual para uma criança, senão o de não poder/fazer uma ou outra atividade, como, por exemplo, atender ao telefone, adquire durante a adolescência o sentido de crise generalizada para, enfim, na fase adulta ser compreendida como alguém diferente.

Hoje não! Hoje a gente já vê as coisas com mais tranquilidade e a gente vai aceitando os pais, a sua situação, as suas responsabilidades; vai conseguindo vencer os preconceitos. (Paula)

Hoje é o contrário. Eu tenho o maior orgulho dos meus pais serem surdos. Eu falo pra todo mundo, inclusive, quarta-feira passada, todo mundo à noite queria saber minha história de vida na turma, e eu contei. Todo mundo ficou assim: “Nossa...”; “Seus pais são suurdos?!” Eu: “Sim. São surdos”. (Beatriz)

Não deixando o tema da vergonha de lado por enquanto, não podemos dizer que o constrangimento é específico da adolescência, pois, como relatam Amanda e Tiago, desde a infância algumas situações os colocavam em conflito entre a percepção da surdez dos pais no cotidiano e sua representação social. Durante a fase escolar infantil, Júlia, por sua vez, afirma que na presença dos pais e de outros colegas de classe “a gente não sinalizava, simplesmente, nem oralizava” e “não falava nada”, evitando que as outras crianças perguntassem quaisquer coisas sobre sua família.

Para Fernandes (2008), a fala de Júlia, considerada um discurso, englobaria uma “coletividade de sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos e mantêm-se em contraposição a outros discursos” (p.45). Recuperando Goffman (1988) através da afirmação de que “o que o indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social” (p.123), a referência a outros indivíduos como se a experiência fosse compartilhada entre ouvintes filhos de surdos se torna uma questão válida para nós. O termo “a gente” – referindo-se a ela e ao irmão – ao qual a entrevistada recorreu, caracteristicamente utilizado no discurso para evocar um eu coletivo, pode, senão uma expressão que define muitos dos indivíduos da pesquisa, pelo menos, faz referência ao comportamento de si mesma e ao de Tiago.

No ritual da interação, esse fenômeno é o que a dramaturgia goffmaniana chama de acobertamento de informações, cuja intenção é ocultar a identidade deteriorada, questão comum a pessoas que fogem do dito padrão de normalidade. Portanto, quando esta ouvinte filha de surdo manipulava o contexto seu objetivo é o de evitar o “estigma de cortesia”.

Semelhante ao caso de Julia, Paula descreve um episódio em que pede à sua mãe para não fazer barulho. Mesmo tendo como pressuposta a informação compartilhada com as amigas de que a mãe era surda, esta evoca o princípio de uma normalidade cujo significado não faz sentido para o surdo: evitar barulhos que possam incomodar. Embora não consideremos os pais de Paula como ignorantes a esta possível regra social, devemos pensar que, primeiramente, a falta de referência sonora impossibilita associar que certos objetos podem produzir vibrações não agradáveis ou inoportunas. Depois, esse tipo de concepção, que muito se aproxima do ser cortês contingente à sociedade

ocidental moderna, expressa através da ideia de civilidade, própria de um refinamento na educação e no trato com os outros, típico de uma sociedade burguesa, como diria Elias (1994), é algo comum à filha; porque tal comportamento para Paula está, como diria a análise eliasiana sobre a mudança de comportamento na sociedade moderna “tão condicionado que se conforma de maneira mais ou menos automática a um padrão social” (p. 168), que se sente sem graça diante das amigas ouvintes.

Eu lembro uma vez, na adolescência, quando os meus colegas foram pra minha casa fazer um trabalho e minha mãe estava gritando por causa do cachorro. Mas, era o jeito dela, não é?! Eu fiquei com vergonha. Nossa... Eu falei: “Mãe do céu, fala baixo!” Então... Mas, foram coisas assim, bobas. Mas, aí, ela mesma quando vê hoje alguém perto, ela já se contém, porque ela sabe que não é próprio da cultura ouvinte.

A polidez passa a ser percebida também pela mãe de Paula como uma condição de convivência social e de aceitação do surdo nos espaços, e de vergonha caso não aja em conformidade ao padrão esperado. Por isso, mesmo que o pedido de silêncio seja expressão de um comportamento de embaraço diante das amigas, este serve como cenário para a reflexão já apresentada do papel de mediação que os ouvintes filhos de surdos assumem quando falamos de contatos mistos, a tal da responsabilidade.

Num processo como este, produto de relações subjetivo-objetivas estruturadas pela própria rotina e percepção do mundo, filhos e pais vão internalizando o que é esperado como comportamento aceitável. É nesse sentido que a prole ouvinte incorpora a surdez como aspecto de sua existência. Ou seja, uma marca estruturante de seu estar em sociedade não somente se prende à condição dos pais, mas também se formula a partir dela, tanto que há a inversão de certas responsabilidades dentro das famílias. A surdez, no seu sentido simbólico e também prático, configura uma realidade a partir da qual a construção do eu-ouvinte-filho-de-surdo o distingue de outros que não possuem pais na mesma condição.

Além da *responsabilização*, estes indivíduos acabam sendo investidos de uma independência necessária para atuar enquanto figura de mediação e fronteira entre ser surdo e ser ouvinte. Por exemplo:

Todo filho de surdo que você for entrevistar, pelo menos o primeiro, o mais velho, ele vai falar que não teve muita dificuldade na adolescência; porque o filho de surdo ele amadurece muito cedo. Naquela parte da adolescência, aquela ‘aborrescência’, ele tem muito

cedo. Ele não tem aquilo, aquela ‘aborrescência’. Então ele já sabe que ele está ali pra ajudar os pais. Ele sabe que ali ele é uma pessoa que vai dar um suporte aos pais, um suporte para a deficiência dos pais. (Samuel)

O ajudar os pais dito aqui não é necessariamente percebido como um “fazer as coisas porque quero” ou “fazer como quero”, mas, sim, um “fazer as coisas porque eu e meus pais necessitamos”. Isto é, para Samuel, no período da adolescência, no qual acreditava poder usufruir da liberdade para fazer o que desejasse, a independência experimentada tem os seguintes sentidos: 1) ser capaz de atuar como mediador; e, 2) ficar preso à condição de comunicação dos pais.

Como aspectos do cotidiano, estes são alguns dos elementos aos quais nos reportamos para falar de identidade de ouvintes filhos de surdos. Como Santana & Bergamo (2005) afirmam:

a identidade não pode ser vista como inerente às pessoas, mas sim como resultado de práticas discursivas e sociais em circunstâncias socio-históricas particulares. O modo como a surdez é concebida socialmente também influencia a construção da identidade (p.571).

O contexto produz marcas específicas nestes indivíduos que podem ser vistas através de dois discursos sobre quais pessoas acabam sendo um referencial, ou melhor, em quem se espelham. Embora já tenhamos mencionado algumas informações através desta pergunta, por meio das quais discutimos a influência de parentes na socialização destes ouvintes filhos de surdos, deixamos para agora a reflexão sobre alguns pontos deste viver “entre”. Vejamos a seguir a resposta de dois dos entrevistados.

Você fala em um ambiente surdo, ouvinte ou tanto faz? (Pedro)

Tem a Ronice<sup>25</sup>, no caso. A Ronice é uma pessoa que é filha de surdos e cresceu assim. Eu me espelho nela. (Beatriz)

O recurso discursivo utilizado por estes dois entrevistados nos remete à concepção de diferença, localizadas no tempo e espaço simbólico, formadas e transformadas no interior das representações de quem são os pais e de quem são eles próprios. Não significa dizer que essencializamos a identidade em algo, tal como à mediação que os

---

<sup>25</sup> Optamos por não substituir o nome desta pessoa e explicamos o porquê. Por se tratar de uma pesquisadora, ouvinte filha de surdos, de renome nacional e internacional, cujas obras sobre LIBRAS estão entre as mais consultadas e referenciadas no contexto brasileiro, o anonimato de Ronice M. Quadros não se faz necessário.

indivíduos desta dissertação fazem entre surdos e ouvintes ou o falar duas línguas, mas que a definimos como práticas interativas e fragmentadas de papéis não homogêneos, sejam, por exemplo, religiosos, profissionais e de gênero.

Diante desta questão de assumir papéis, ao falar sobre como se define, Pedro diz ser, antes de tudo, ouvinte, mas, um tipo específico, ou seja, situado simbolicamente, que reivindica na aquisição o seu ser ouvinte. Foca-se em um comportamento cultural e não auditivo ou linguístico.

Sou ouvinte, então cresci paralelo assim, num mundo ouvinte e no mundo dos surdos. Então, tinha coisas assim que eu percebia por ser ouvinte que e os meus pais, por serem surdos, eles não passavam a mim, sobre coisas do mundo ouvinte, né.

Para Santana & Bergamo (2005), este tipo de contraponto entre ouvinte e surdo é uma expressão de que devem existir duas formas de ver o mundo, formulada entre os reprimidos – neste caso, os surdos – que buscam a institucionalização de uma identidade política, típico daqueles que desejam ser conhecidos e reconhecidos enquanto diferente. Para esses autores, o centro desta cisão dos discursos, (re)produzida por muitos surdos e alguns acadêmicos, está focado na língua, definidora e redefinida pelas práticas sociais. Entretanto, parecem desconsiderar o que Geertz (1989) fala sobre o significado que emerge do papel desempenhado, “no padrão da vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras” (p. 27). As teias de relações dão forma e substância a um conceito de cultura, trabalhado no segundo capítulo desta dissertação. Portanto, retirar o ouvinte filho de surdo deste contexto seria o mesmo que desnudá-lo do que ele se tornou ou diz ser, pois, como afirma Geertz (1989), “o que os homens são, acima de todas as coisas, é variado” (p. 63-4). E, é a essa variação que damos importância.

### **3.2 “A língua que aprendi em casa desde que eu nasci”**

Na tentativa de nos aproximarmos de outros elementos que se entrecruzam e emergem a partir do convívio dos ouvintes filhos de surdos com seus pais, não podemos deixar de lado a reflexão sobre a língua de sinais, pois, a LIBRAS no cotidiano é uma marca distintiva dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Ao pensarmos nesta conexão entre identidade e fala, buscamos demonstrar o contexto do processo de aprendizagem da comunicação dos indivíduos que estão nestes grupos. Uma exemplificação do que é comum a estas pessoas está descrita no título desta seção, uma afirmação de Tiago sobre

a LIBRAS.

Novamente, trazemos uma rápida consideração sobre algo salutar, a distinção entre dois termos que aparecem ao longo desta dissertação: LS e LIBRAS. O primeiro deve ser visto como o registro de uma comunicação através de gestos de natureza simbólica, abstratos e complexos desconectados da imagem da coisa representada, ou seja, tanto a iconicidade quanto a arbitrariedade dos sinais não representam associações visuais com o referente (QUADROS & KARNOPP, 2009). O segundo, subtendido desde o início desta pesquisa, é a língua de sinais utilizada pela maioria dos surdos no Brasil.

Historicamente, encontramos relatos de que esta modalidade linguística é comum à comunicação “nativa” entre surdos (Moura, 2000), isto é, desenvolvida a partir do cotidiano. Desconhece-se referências sobre as quais se possa afirmar que estas tenham origem em algum lugar em específico. Sacks (2010) e Silva & Nembri (2008) relatam que as LS existem antes mesmo à concepção aristotélica de que a linguagem é a essência do humano, cuja implicação conceitual é de que as pessoas que não conseguissem oralizar não teriam condições de desenvolver qualquer tipo de linguagem, muito menos de pensamento. Excetua-se desta categoria os indivíduos que haviam aprendido a falar e só depois perderam a audição.

Uma grande mudança nesta forma de pensar a surdez e o próprio indivíduo surdo ocorre pelo esforço do abade francês Charles-Michel de L’Epée (1712-1789), que começou a ensinar o catecismo através de “sinais metódicos”, uma espécie de língua de sinais desenvolvida sobre a base da gramática francesa, àqueles que não ouviam. Ainda assim, os esforços de L’Epée não o tornam o “pai” da LS, pois, como cita Moura (2000), “[ela] já existia muito antes de iniciar o seu trabalho” (p. 23). O melhor a se dizer seria que “um dos seus grandes méritos foi ter reconhecido que esta língua existia, desenvolvia-se e servia como base comunicativa essencial entre os Surdos” (idem).

Segundo a mesma autora, o alfabeto digital, entendido como um conjunto de configurações de mão que correspondem às letras grafadas em um idioma oral, foi utilizado na educação de surdos pela primeira vez por Pedro Ponce de León (1520-1584), monge beneditino que viveu na província de Oña, na Espanha, e se dedicou ao ensino de surdos, filhos de nobres. Após sua morte, Juan Pablo Bonet (1579-1629) se aproveitou do conhecimento e ensino da fala, leitura e escrita oferecido por León e publicou um livro no qual apresentava a necessidade da invariabilidade de uma forma visual correspondente a cada som, podendo ser configuração de mão ou letra escrita

(MOURA, 2000).

Embora sejam os primeiros a pensarem a educação para alguns surdos, L'Épée (francês), Laurent Clerc (1785-1869) (francês) e Tomas Gallaudet (1797-1851) (estadunidense) são aqueles que irão figurar na história como grandes expoentes na difusão da LS pelo mundo, vista iniciativa de reconhecê-la como um importante canal de aprendizagem. Já no Brasil, temos outro nome: Edward Huet (1822?-1882), fundador do primeiro instituto para surdos (1857). Sobre este surdo francês, Moura (2000) afirma que, embora tenha recebido apoio de D. Pedro II para fundar a instituição pioneira de educação específica para surdos,

não foram encontrados dados que estabelecessem que o trabalho proposto e realizado por Huet seguisse a língua de sinais, mas, considerando que ele havia estudado com Clerc no Instituto Francês e que sua educação se deu através de língua de sinais, pode-se deduzir que ele utilizava os sinais e a escrita, sendo considerado inclusive o introdutor da língua de sinais francesa no Brasil, onde ela acabou por mesclar-se com a língua de sinais utilizada por surdos em nosso país (p.81-2).

Após a saída de Huet da direção do instituto, ocorreram outras nomeações, geralmente de médicos que acabaram assumindo uma postura oralista de ensino. Mesmo sob a ideia de integração do surdo à sociedade, o método da fala foi largamente implementado no Brasil durante anos, sugerindo uma normalização dos indivíduos com este atributo.

Embora não foquemos nesta dissertação a educação do surdo no Brasil, nos apropriamos da ideia de LS e LIBRAS enquanto *práxis* e que, se falarmos sobre ouvintes filhos de surdos, temos que considerar ambas no mesmo nível da oralidade, com suas respectivas representações. Nesse sentido, a partir da visão de Fernandes (2005) de que “as palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos se inscrevem” (p.15), percebemos que a ideia de Tiago sobre “a língua que eu aprendi em casa desde que eu nasci” definir o próprio posicionamento dentro do processo de comunicação, caracterizando-se como um indivíduo que vive na fronteira. No pensamento bourdieusiano, questões como estas são tratadas enquanto disputas em torno da aceitabilidade, relações de força simbólica e capital simbólico (BOURDIEU, 1983), pois, como ele mesmo destaca, “a linguagem é uma *práxis*: ela é feita para ser falada” (p. 158).

Se olharmos novamente para o dia a dia, temos a impressão de que os ouvintes

filhos de surdos veem os pais se comunicarem na modalidade gesto-visual e, conseqüentemente, se familiarizam tanto com os sinais/palavras/ideias quanto com o sentido e a estrutura da LIBRAS. Assim, a linguagem sendo falada<sup>26</sup> se torna algo incorporado ao modo de transmitir ao outro uma mensagem e se complexifica em conformidade com o nível de abstração adquirido dentro do processo dialógico. Logo, o domínio gramatical em LS ou LP deve ser entendido como um resultado do senso prático da língua, ainda que existam outros meios para se aprender um idioma, como é o caso do ensino escolar.

Mas, o que estamos considerando é o processo que Jackendoff (2003) chama de *aquisição*, o qual se dá pelo aprendizado desde a infância dos sinais simbólicos que a língua transmite e agrega ao indivíduo que faz uso dela. Uma criança chinesa, por exemplo, que é adotada por pais brasileiros logo ao nascer, e nunca ouviu mandarim, não se expressará através deste idioma se o contato com ele não fizer parte de seu cotidiano. Neste sentido, o português se torna a língua adquirida por ela, tanto quando a *brasilidade*. Para o mesmo autor, no sentido oposto ao de aquisição está o de *aprendizado*, no qual presenciamos elementos de uma forma de falar, viver ou expressar-se dados *a posteriori* ao estímulo primário acima mencionado. Para exemplificar a diferença entre estes processos, trazemos abaixo dois trechos de entrevistas:

A gente vê que pessoas que adquirem a LIBRAS depois da fase adulta ou então na adolescência, alguma coisa assim, tem muita dificuldade ainda de ser fluente, de dominar a língua muito bem, a não ser que seja um surdo que aprendeu a língua depois de adulto. (Tiago)

Hoje eu vejo assim: muitas coisas que eu sofri no passado com os meus pais, os meus pais não repetem mais isso com meu irmão. Então, estou tendo essa experiência, vivenciando o meu irmão aprender LIBRAS. Mas, meu irmão é bilíngue já. Ele tem dois anos, fala [oralidade] e em LIBRAS ao mesmo tempo. Então, ele é bem... fala muito mais do que eu. (Paula)

Em outro caso, Amanda faz referência ao contexto familiar como base de sua prática, situando sua língua dentro deste processo de aquisição. Isto é, ainda que a LIBRAS não faça parte de seu cotidiano atual, falar de si sem mencionar as duas línguas não faz sentido, pois “a gente fala que filho de surdo tem a primeira língua a LIBRAS”,

---

<sup>26</sup> O termo *falar* e suas derivações são utilizados por nós dentro do contexto linguístico indistintamente se a comunicação é oral ou sinalizada. Para casos específicos, fazemos colocações precisas sobre o sentido do enunciado.

comenta a entrevistada. Como se pode observar no trecho abaixo, para Samuel, a relação de incorporação e da utilização desta L1 é ainda mais ampla:

Eu com a minha mãe ali, às vezes, eu comunico com a minha mãe até pelo olhar; pelo olhar a gente já sabe o que está querendo, porque desde criança... mas, assim, é interessante. Você [ideia de eu] vive com a LIBRAS. Eu, praticamente, o dia todo, vivo com a LIBRAS. Sonho, eu não sonho [com pessoas oralizando]... [por]que tem as pessoas que sonham, [e] elas falam sonhando; eu sonho fazendo LIBRAS.

Neste e no recorte anterior a ele, as marcações da socialização linguística primária na língua de sinais e o “nós”, figuração de um sujeito histórico-coletivo, expressam uma realidade construída, mas ainda pouco estudada, como “coisas que murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se” (FOUCAULT, 2007, p.48). A relação com a LS e com a linguagem visual destes entrevistados e dos outros cinco sujeitos da pesquisa é profundamente identificável pela internalização de uma vivência proporcionada pela surdez dos pais. Se não fossem os pais surdos, poderíamos supor que a língua de sinais não se configuraria dentro processo de aquisição; talvez pelo aprendizado, uma relação seguramente menos íntima que a estabelecida em suas experiências individuais. Ou seja, expressar-se através da LIBRAS não significa dizer que “as pessoas sonhariam em LIBRAS”.

Conseqüentemente a este dado, notamos que a proximidade entre língua, linguagem e identidade apresenta uma correlação significativa, tal como defende Strobel (2009). Pelo fato de ser surda, teorizar sobre cultura surda e estudar a comunicação entre surdos, esta autora olha para a diferença através de sua conotação política, isto é, há uma ressignificação da audição e da não audição decorrente de uma epistemologia cultural, questionando a acuidade auditiva como divisor de águas entre estes dois grupos de indivíduos e validando as experiências e histórias de vida. No caso dos filhos, a facilidade em lidar com esta questão que ponderamos ser cultural colabora para a definição de quem são os ouvintes filhos de surdos.

Quadros & Massutti (2007) discutem este sentido de zona de contato e trazem-no para a reflexão da identidade CODA. Consideram, em princípio, os elementos de um multiculturalismo no Brasil, dado pelas diferenças regionais, étnicas e de nacionalidades distintas, e então chegam à questão política do bilinguismo; nesta altura do texto, as autoras mencionam a variedade linguística trazendo exemplos de brasileiros falantes de português, falantes de línguas estrangeiras, por serem descendentes de imigrantes ou

não, de mais de uma centena de línguas indígenas e, por último, da LIBRAS. Assim como elas, Fritzen (2008) também critica o não reconhecimento social de idiomas não oficiais, falados por comunidades autóctones ou da modalidade gesto-visual. Todavia, a percepção deste monolinguísmo não acaba sendo o ponto final de discussão proposta por Quadros & Massutti (2007); elas demonstram um cenário político-linguístico em mudança no Brasil, cujo esforço é institucionalizar propostas educacionais em outras línguas, a exemplo de ensinamentos interculturais em escolas indígenas.

Então, ao pensar em situações linguísticas e/ou de estigmatização, de falantes de outras línguas e pessoas consideradas deficientes, por exemplo, voltamos à percepção da diferença, presentes nos relatos de entrevistados como uma conexão entre estar dentro ou fora das expectativas. Neste caso, a escrita dos pais sugere que não são falantes de português. Como discute Silva (2009), o surdo usuário de LIBRAS tende a escrever utilizando a gramática da língua de sinais, que possui estrutura diferenciada da LP (QUADROS & KARNOPP, 2009). O registro gráfico do modo como estamos apresentando ainda é mais problemático quando situado dentro da discussão sobre a educação dos surdos, pois ainda se mostra indefinida uma política pedagógica satisfatória<sup>27</sup> para estes no Brasil (GÓES, 2006; SLOMSKI, 2010). Quando tratamos das experiências dos ouvintes filhos de surdos e a leitura de um texto ou anotação ortogramaticalmente “errado”, escrito pelos pais, os entrevistados relatam que percebem o aspecto da diferença:

Quando eu era criança, tinha aproximadamente 11 anos, minha mãe deixou um bilhete pra mim escrito assim: “Mamãe foi negócio, amo você muito”. Aí que eu me toquei que tinha alguma coisa diferente. (Julia)

Pelos padrões da língua portuguesa [a escrita de surdos, geralmente] não é correta, porque não têm conectivos. Igual, quando eu recebo uma mensagem do meu pai: “Eu estar casa Josué”. Então [significa], “Eu estou em casa com o Josué”; que é meu irmão. É... “Eu mamãe vai casa Cintia”. Aí, eu: “Ah, ‘tá’ entendi.” [Ou seja,] “Eu e sua mãe vamos à casa da Cintia”. “Não preocupa. Chegar tarde”. Então, é próprio deles. (Paula)

---

<sup>27</sup> Durante uma exposição no *IV Ciclo de Debates: LIBRAS e diálogos com Português*, promovido pela FL/UFG, no dia 17 de setembro de 2010, a professora Ms. Claudiney Silva comentou sobre a dificuldade dos surdos aprenderem a LP em razão de um duplo processo ao qual são submetidos num mesmo momento: compreensão da língua e aprendizado gráfico da mesma. Como bem lembrou, crianças ouvintes aprendem a escrever o português muito depois de possuírem capacidade de fazer uso de sua oralidade, momentos indissociados para aqueles que começam a entender a língua a partir da escrita.

Na medida em que os filhos percebem a alteridade dos pais em relação à expectativa social sobre a língua, pensar a metáfora da LIBRAS como senso prático remete-nos a um duplo sentido da construção do eu. O primeiro está diretamente ligado a escolhas de um código linguístico para dialogar com os pais, estruturante de sua existência enquanto indivíduos, e o outro da linguagem, “ação, como ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura” (FRANCHI, 1977 *apud* SLOMSKI, 2010), como estruturante do agir presente e futuro, reafirmando o que seria uma marcação identitária dos ouvintes filhos de surdos. “Os vínculos estreitos dentro de um círculo familiar onde compartilham intimidades também produzem sentidos que interferem na forma como os sujeitos interagem nas esferas sociais e as percebem” (QUADROS & MASSUTTI, 2007, p.248), mas não produzem limites inflexíveis para as práticas do dia a dia.

A existência deste campo simbólico da linguagem, expresso pela capacidade para articular-se dialogicamente com o outro, pode também ser percebido a partir das escolhas profissionais dos entrevistados, que, como já registramos, tende a (re)viver também na esfera do trabalho a tensa relação de mediação e tradução do intraduzível linguístico, o cultural, já que em muitos casos atuam como intérpretes<sup>28</sup>.

Neste cenário da opção profissional, constatamos que quase todos os entrevistados optaram por fazer uso da LIBRAS como instrumento de trabalho. Nos casos de Tiago, Samuel, Paula, Beatriz e Julia, o contato com os pais influenciaram as escolhas pessoais, direcionadas para a busca de mais conhecimentos acerca da estrutura desta modalidade linguística, posicionando-os novamente dentro da mediação, agora em um universo mais amplo de surdos. Amanda e Pedro, outros dois entrevistados que num primeiro momento poderiam ser considerados exceções, quando questionados sobre o sentido desta língua em seu cotidiano, enunciaram eventos nos quais tiveram que usar a LIBRAS fora do âmbito familiar, registrando também que já atuaram como intérpretes

---

<sup>28</sup> Ao falarmos de profissões entendemos o trabalho remunerado realizado cotidianamente, com ou sem vínculo empregatício, visto que a regulamentação da categoria de intérprete é algo muito recente, nos termos da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS. Até então, o que lhes resguardava o exercício de interpretação era a aprovação em um exame chamado PROLIBRAS, cujos critérios de avaliação são o conhecimento da língua de sinais e sua capacidade de tradução. Os aprovados eram certificados pelo MEC para atuar no ensino superior ou ensino médio, dependendo do nível do exame. Deste modo, a exigência de formação de um profissional intérprete de LS>LP e vice-versa em nível universitário é uma conquista recente da política linguística na modalidade gesto-visual. As primeiras iniciativas, por exemplo, foram o curso de Letras-LIBRAS da UFSC, aberto em 2006, com polos de Educação à Distância (EAD) em várias localidades do país, e o da UFG, primeira graduação presencial no Brasil, iniciada em 2010.

em alguma instituição.

Pedro mantém esse vínculo com a língua de sinais como projeto de vida, pois, como o mesmo afirma: “Uma coisa é ser intérprete e outra coisa é ser um ouvinte filho de surdo, né? (...) O intérprete é apenas uma ponte, né, entre o mundo ouvinte e o mundo surdo, ou seja, ele faz essa intermediação”. Enquanto filho, ele vive a fronteira subjetiva que Quadros & Massutti (2007) definem como *angústia da tradução*, isto é, a vivência de ouvinte filho de surdos.

Eu sempre fiquei naquela: “Será que eu vou ter que abdicar dos meus sonhos, dos meus planos, para viver em função dos meus pais?”; ou “Eu posso ter os meus sonhos, meus planos, independente daquilo que meus pais vão ser ou precisar ser em relação a mim?” Aí, aos poucos eu fui criando essa independência, sabendo que eles são capazes de caminhar sozinhos, são capazes de crescer. (Pedro)

O trecho da entrevista acima não remete a mediação como também à incorporação de uma habilidade da qual eles ficam como reféns, isto é, a dependência dos pais em relação à comunicação com o mundo externo imputa ao ouvinte filho de surdo a *práxis* linguística de estar presente em interações surdo-ouvinte, como se fossem resultados de um conjunto de saberes e de saber-fazer acumulados, na linguagem de Bourdieu (2001), a estrutura se fazendo prática. Assim sendo, a fala de Pedro sugere um conflito entre o que deseja, poder agir como um indivíduo que delibera sobre decisões sem ter que pensar nos pais e sua rotina, e sua *responsabilização*; o simbólico aqui assume o caráter coercitivo. Entretanto, usar ou não a língua de sinais para este e para os outros entrevistados é algo visto fora desta “imposição”. Nas palavras de Woodward (2009) o que existe é que “somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais” (p.19).

Quando se trata do saber utilizar bem LS e LP, ainda podemos dizer que o contexto familiar lhes proporciona ganhos profissionais. É possível ver isto quando voltamos nossa atenção para a aquisição mencionada em Jackendoff (2003). Enquanto os entrevistados incorporam desde crianças a língua de sinais, articulada antes mesmo da oralidade, como nos mostram Mussen *et al* (2001), as diferentes experiências do dia a dia, exemplificados por Beatriz como a interpretação de um programa jornalístico na TV, fofocas durante o jantar, problemas entre pais e parentes – denominando-se “secretária particular dos pais” – estas experiências lhes permitem entender de variados

assuntos e fazer a tradução do intraduzível de maneira muito mais coerente entre as duas línguas do que uma pessoa que aprendeu-as mais tarde. Especificamente sobre filhos de surdos, Quadros & Massutti (2007) afirmam que “os CODAS crescem sinalizando em situações de informalidade, em casa, com amigos surdos, nas associações de surdos e nas suas festas” (p. 253). Logo, a ideia de fronteira atribuída aos ouvintes filhos de surdos também carrega dentro de si uma habilidade performático-corporal da língua particular e de agência no processo de descolonização da LIBRAS.

A corporalidade envolvida nos atos de fala implica relações completamente distintas que interferem no processo de elaboração de sentidos. O CODA se constitui com ambas as estruturas linguísticas que se mesclam e interagem na constituição de sua subjetividade, especialmente quando a experiência com o bilinguismo se dá sem a violência colonial e o recalque da língua de sinais (QUADROS & MASSUTTI, 2007, p. 249).

À luz de Bhabha (2003), pode-se pensar que a subordinação dos surdos e da língua de sinais no discurso social hegemônico demonstra que “tanto o colonizador como o colonizado estão em processo de cognição equivocados, onde cada ponto de identificação é sempre uma repetição parcial ou dupla da alteridade do eu – democrática e déspota, indivíduo e servo, nativo e criança” (p. 144-145). Por isso, o ouvinte filho de surdos pode ser pensado como um indivíduo híbrido que se reveste de autoridade derivada da prática comunicativa. Utilizando as reflexões de Bhabha (2003) novamente, os filhos de surdos poderiam ser vistos como “signo da produtividade do poder colonial [e] o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa” (p. 164). Para este autor, o indivíduo que está entre a alteridade dos opostos redefine a forma de ver o mundo, e a representação hegemônica das coisas é ressignificada, algo que começa a fazer sentido, ou seja, o espaço da tradução:

um lugar híbrido, para se falar de forma figurada, onde a construção de um objeto político que é novo, nem um e nem outro, aliena de modo adequado nossas expectativas políticas, necessariamente mudando as próprias formas de nosso reconhecimento do momento da política (BHABHA, 2003, p.53).

A relação entre a habilidade citada por Quadros & Massutti (2007), presente nas falas de Beatriz e Samuel, e a sensação de desconforto de sempre ser vista como mediadora desde a infância, presente na narrativa de Paula, demonstram o paradoxo do cotidiano e da articulação de um sentido harmônico que os identifique, definindo, assim,

a terceira via no discurso, ou seja, a reivindicação de um passado como simbólico e social, construtor da identidade não essencializada de si mesmo, mas, marcadora de que são diferentes dos outros. Então, “a língua que aprendi dentro de casa” se torna uma afirmação de um modo de perceber a si mesmo e também a surdez. Neste duplo alcance, a língua de sinais pode ser “o signo da diferença intersticial através da qual a identidade do sentido é construída” (BHABHA, 2005, p. 322) e a reivindicação do “poder ter meus sonhos” (Pedro), expressando amplamente a fronteira e as vivências destas pessoas.

Outra situação em que a questão da comunicação é referência para a própria identidade pode ser encontrada na resposta de Beatriz à pergunta sobre sua compreensão da relação entre LS e LP. Para ela, na infância já estão postas ambas as línguas como instrumentos de comunicação, por isso da interação com os pais cresceu o interesse por trabalhar como intérprete ao ponto de se considerar mais conhecedora da língua de sinais que os próprios pais. Como ela mesma diz: “Eu brinco com eles: ‘Como? Eu é que tenho que ensinar pra vocês os sinais novos’. Porque eu fui aprofundando, fui estudando, que é uma área que eu gosto muito”.

Tal aprendizado de sinais novos, que corresponderia no português a conhecer uma palavra ou ideia nova, seria inviabilizado se estes ouvintes filhos de surdos não tivessem contato com outros surdos que também utilizam a língua de sinais como modo de comunicação, tal como aconteceu com Amanda. Não se trata de entender a interação como único meio de se informar, mas de nos apoiarmos na concepção de que as línguas são vivas e têm seus significados modificados em contatos com outros usuários (BAGNO, 2008). Desde modo, conhecer LIBRAS não deve ser sintetizado como um estudo de dicionário LS>LP, desarticulado do cotidiano, pois seria o mesmo que engessar a língua dentro de uma estrutura que não pode ser mudada. O foco dado à língua tem relevância significativa na discussão aqui apresentada. Contudo, deixar de lado sua comunidade falante, as intersecções entre grupos de referências e cultura surda colocaria em xeque a reflexão sobre identidade desenvolvida nos capítulos anteriores. Por isso, na próxima sessão abordamos outros contatos que não os no âmbito da família.

### **3.3 Comunidade e cultura: lugar de fala**

Por ser a língua uma estrutura compartilhada entre muitos indivíduos, quando propomos a reflexão sobre o que é comum aos ouvintes filhos de surdos – no caso, bilíngues –, dizemos que existe uma conexão entre o *habitus* feito natureza e a comunicação com as pessoas. Logo, se “o signo não tem existência (salvo abstrata, nos

dicionários) fora de um modo de produção linguístico concreto” (BOURDIEU, 1983, p.159), o modo como a língua portuguesa é internalizada e reproduzida pelos filhos precisa ser compreendido no âmbito das relações extrafamiliares (vizinhos, educadores, amigos, etc.). Ao enfatizarmos este outro grupo estamos chamando a atenção para a história e a cultura destes indivíduos.

Numa perspectiva comparada, porque esta é a literatura disponível, Moura (2000) fala sobre os surdos frequentarem associações ou reuniões e nestes lugares estabelecerem uma relação fundada na semelhança, prefigurando uma identidade. O fato de seus filhos também frequentarem estes mesmos lugares também nos sugere que existe uma relação entre tais espaços sociais e os contatos que mantiveram com o mundo externo desde a infância. Como lembram Quadros & Massutti (2007),

a grande maioria desses surdos tiveram contato com a língua de sinais e a utilizaram em associações de surdos e outras organizações. Dentro desses espaços, os CODA, que são trazidos, geralmente, pelos pais e familiares, crescem junto com outras crianças e adultos surdos, exercitando, assim, a língua e sua cultura (p. 245).

Nas falas de alguns entrevistados, isto aparece de forma literal, evidenciando que, ao pensar a socialização e a formação de uma identidade CODA, o contato com outras pessoas surdas é também uma marca nas histórias de vida destes indivíduos.

Assim, com filhos de surdos, eu [as] encontrava mais na Associação dos Surdos. (Pedro)

Isso. Era o local onde os surdos se encontravam. E, vamos dizer assim, de ganho, a gente se encontrava para brincar; aquele tanto de crianças, os CODAS. (Paula)

Durante a infância, o envolvimento dos entrevistados com esta instituição é visto como uma vontade dos pais e, conseqüentemente, uma prática não escolhida por seus filhos. A relação estabelecida entre indivíduo se define aqui pela diferença, ou seja, a surdez. Por isso, mesmo que faça sentido estar em um local de aceitação como este, a perspectiva de ser ouvinte filho de surdo não corresponde à de ser surdo, como afirma Bull (s/d). Pensemos, então, de forma mais detida acerca dos signos desta diferença nas histórias de vida destes indivíduos olhando para o período de escolarização.

A princípio, percebemos que nos primeiros anos de escola os entrevistados compreendiam a surdez dos pais como uma realidade de comunicação gesto-visual. Neste momento, a diferença, descrita por Strobel (2008, 2009), Skliar (2005a, 2005b),

Sá (2006) e Perlin (2005) enquanto cultura surda e experiências marcadamente visuais, aquela está sendo interiorizada pelos infantes e, conseqüentemente, se configurará como uma proposta alternativa de definição dos surdos para além de identidades deterioradas.

Nos termos de Woodward (2009), podemos dizer que se trata de uma identidade cultural; já para Hall (1990) essa assume de duas formas diferentes: a sustentação de um passado através da unidade ou uma questão tanto de tornar-se quanto de ser. Sobre a interpretação deste autor, Woodward (2009) afirma que o pensamento de Hall não nega “que a identidade tenha um passado, mas [busca] reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação” (p. 28). Vejamos algumas experiências particulares de alguns entrevistados.

Quando eu comecei a estudar, eu estava morando já com a minha avó; já não estava morando mais com meus pais. Então, quem acompanhou sempre os meus primeiros anos na escola foi minha avó. E, até então, eu tive que morar com minha avó porque eu não falava até os 7 anos. A partir do momento que fui morar com minha avó é que eu fui adquirindo a fala, que eu achava que não havia necessidade; meus pais não falavam. (Samuel)

Eu entrei com 3, por volta de 3 a 4 anos na escola, no maternal, porque minha mãe tinha que trabalhar e não tinha com quem eu ficar. Eu não falava. (...) Aí passou um ano e eu também não falava durante esse tempo. (...) Eu fiz o Jardim II e continuava não falando. E aí foi quando começaram a chamar muito os meus pais. Porque eu estava com dificuldade de interação, não conversava com os alunos e a professora falava comigo, eu entendia o que ela falava, mas respondia tudo em LIBRAS. E, era uma situação que estava ficando muito preocupante e, aí, me encaminharam para a ‘fono’ [fonoaudióloga], para eu começar a melhorar essa dificuldade de socialização. (Paula)

O fato de não falar era para ambos os entrevistados a condição da diferença de suas famílias enquanto ambiente de mediação e socialização. Estando imersos no significado da visualidade e compreendendo a lógica das relações sociais entre surdos e ouvintes, as falas de Paula e Samuel, por exemplo, nos mostra o agir prático da teoria de Bourdieu (1983), isto é,

o que determina o discurso não é a relação falsamente concreta entre uma competência ideal e uma situação geral, mas a relação objetiva, cada vez diferente, entre uma competência e um mercado que se atualiza praticamente pela medição da semiologia espontânea (p. 173).

Nos termos do trecho de entrevista reproduzido abaixo, Beatriz recria uma situação genérico-hipotética que muitos ouvintes filhos de surdos provavelmente já enfrentaram em algum momento de suas vidas e tiveram que superar a questão dos limites da interação social decorrentes da audição dos pais, passando a se comportar como a situação exigia. Exemplo semelhante foi citado no capítulo anterior, sobre um pai surdo que faz leitura labial e habituou a filha a sempre conversar pausadamente e de frente a ele.

Você está no seu quarto, está chamando a sua mãe, [e] a sua mãe não responde. Você fica esperando, esperando e não vem ninguém; mas você está lá: “Mãe...”, “Pai...”, “Ajude-me...”, “Eu estou com alguma dificuldade”. Então, eu sempre sofri com isso. Se eu caísse e quebrasse a perna e ficasse gritando, então eu tinha que jogar alguma coisa pra alguém vir e me socorrer. Então, tem essas situações complicadas de filho de surdos. (Beatriz)

Voltando à discussão sobre os lugares que estes frequentaram rotineiramente antes do início da vida adulta, Pedro relata que durante a infância e a adolescência foi levado pelos pais a uma igreja, lugar (pre)dominantemente ouvinte. Ali ele teve oportunidade de interagir com uma diversidade de pessoas, tanto em termos socioeconômicos quanto educacionais, etário-geracionais e étnico-raciais, mas não surdo-ouvinte. Os valores e crenças (com sentido não necessariamente religioso) ali compartilhados foram importantes para sua formação pessoal enquanto ouvinte, colocando-o em contato com a chamada normalidade.

Então, tinha coisas assim que eu percebia por ser ouvinte que e os meus pais, por serem surdos, eles não me passavam; sobre coisas do mundo ouvinte. Então, foram coisas que eu fui aprendendo com a família; principalmente, eu acho que contribuiu para a minha vida (...) foi o ambiente, assim, da igreja: as amizades que eu fiz na igreja, as pessoas adultas que me cercaram e me aconselharam. (Pedro)

Pelos comentários sobre o envolvimento pessoal e de sua família com a igreja, um ambiente ainda não preparado para receber a presença de surdos, dada a escassa investida em políticas de inclusão, o objetivo dos pais de Pedro era desenvolvimento escolar e oral, possivelmente mais significativo que as próprias experiências que poderiam lhe oferecer. Como se a vida fosse uma “escola diária” e o filho estivesse não somente diante das expectativas sociais, mas dentro delas, o contato com a “igreja” lhe proporcionaria uma referência enquanto ouvinte. Sobre o lugar que as instituições

ocupam diante das escolhas individuais, Woodward (2009) afirma que

os indivíduos vivem no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de ‘campos sociais’, tais como as famílias, os grupos de colegas, as instituições educacionais, os grupos de trabalho ou partidos políticos. Nós participamos dessas instituições ou ‘campos sociais’, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (p. 30).

A respeito disso, a etnografia de Silva & Teixeira (2008) trata de elementos que conectam religião e surdez. Sobre a concepção de surdez prevalecente em uma Igreja Batista (IB), de origem histórica e vinculada à Convenção Batista Brasileira, e uma Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), fundada em 1980 pelo Missionário R. R. Soares, dois dos lugares pesquisados pelos autores, encontramos alguns pontos que nos ajudam a compreender como Pedro, frequentador de uma destas igrejas em Goiânia e protagonista de uma história pessoal em que a surdez ocupa lugar de destaque, foi pessoalmente acolhido em tal contexto. Como mencionam Silva & Teixeira (2008), “de fato o papel das agências religiosas na configuração de discursos e práticas relativas à surdez não era [é] marginal” (p. 84).

Neste trabalho sobre a influência da igreja no processo de construção de um lugar para os surdos, percebemos uma associação entre igreja e educação de surdos no contexto brasileiro. Sem citar a cidade em que foi feita a pesquisa, privilegiando assim o discurso, os autores buscaram recuperar o que estava não-dito na acolhida aos surdos e chegaram a formular explicações específicas e diferentes no caso das duas igrejas. Embora a IB e a IIGD contassem com intérpretes nos horários dos cultos, tornando-os acessíveis aos surdos, a primeira concebia o atributo como uma metáfora do desconhecimento da mensagem cristã (salvação unicamente através da pessoa de Jesus Cristo), “sendo a conversão a cura da surdez espiritual em que os surdos originariamente se encontram” (p. 85), e a segunda uma concepção mesclada de condição biológica e necessidade de conhecer do cristianismo. Pelo que notaram Silva & Teixeira (2008), a matriz de pensamento das IBs no Brasil é de que “ouçam” as pregações<sup>29</sup>. Então, cada cristão recebe a missão, uma vocação no sentido weberiano, de

---

<sup>29</sup> O modelo utilizado por ambas as igrejas é retirado das escrituras sagradas dos cristãos, fazendo referências, por exemplo, a trechos do livro de Marcos, capítulo 7, versículos 32 ao 37 (Mc 7.32-37), Isaías 42.18-20 e Provérbios 31.8-9. O argumento destes textos figura a imagem do surdo como aquele que ainda não conheceu os princípios do cristianismo e não o vivencia. Por isso, a ação de Jesus Cristo no

cumprir com a ordenança de ir e anunciar o evangelho da “salvação”. Até aqui a perspectiva de surdez metafórica se constrói como discurso de um grupo de pessoas que frequenta a denominação batista tradicional, mas, qual a relação disso com a fala de Pedro?

Uma vez estabelecido este diálogo entre igreja e surdos, o objetivo de compartilhar informações e valores destas comunidades aos outros se torna mais importante que a “cura” física. A ideia que dá sentido e define as posições dos indivíduos em relação às representações, exemplificada através da citação anterior, sugere que a experiência de Pedro com a igreja é uma relação entre o social e o simbólico.

O sentimento de pertencimento a esta comunidade religiosa proporcionou a este entrevistado a segurança de não-estigmatização da surdez e, como mesmo menciona, receber conselhos sobre como ser ouvinte. Ou seja, a importância dada ao lugar demonstra não só a aceitação da diferença dos pais, mas também como enxerga a surdez dentro da matriz ideológico-religiosa, não necessariamente estigmatizante, que é, para Silva & Teixeira (2008) uma comunidade a partir de onde a inclusão do outro pode ser pensada.

Dentro dessa ideia de instituição e relações sociais, Moura (2000) escreve que “a forma pela qual a criança vai se construindo depende da forma pela qual ela vai sendo tratada e exigida” (p. 61). Pedro não é o único a citar esta influência. Outra entrevistada que associa igreja à identidade e processo de socialização é Amanda. Para ela, a melhor escolha dos pais foi ensiná-la sobre a dedicação pessoal ao conhecimento da Bíblia cristã, principalmente durante a adolescência. Esta é uma curta citação que a mesma faz dentro da explicação de como era sua vida na adolescência, entre o cuidado dos pais e um episódio que considera engraçado, o da vergonha da surdez. A atenção dada aos genitores recupera a “inversão dos papéis”, expressão da própria Amanda, sem romper com sua autoridade, estruturada num discurso religioso e também social.

Os outros cinco entrevistados não chegam a mencionar outra comunidade que tenham frequentado durante a infância ou adolescência, mas, ainda assim, podemos associar suas respostas a um grupo que poderia ser definido pela profissão. Isto é, se por um lado nas narrativas destes não aparecem elementos de um lugar comum senão a ASG, o estudo superior de alguns e as carreiras de outros nos permitem considerar a

---

livro de Marcos vem apresentar um padrão de comportamento para os cristãos: “abrir os ouvidos espirituais” das pessoas.

existência de um vínculo entre todos e a atuação como intérprete. A luta pelo reconhecimento do intérprete de LIBRAS enquanto categoria profissional sugere que no mundo externo à família seus “corpos” encerram “[...] sob a forma de automatismos duráveis, o traço e a memória dos acontecimentos sociais, sobretudo primitivos, de que esses automatismos são o produto” (BOURDIEU, 1983, p. 177). Pode-se perceber através de dois trechos a seguir que o passado de mediador é apresentado como aspecto central da escolha de um trabalho nos dias de hoje:

[Sobre conciliar os dois mundos] Eu já disse, tenho essas coisas bem superadas, bem diferentes. Não, pra mim não há nenhuma dificuldade. Eu consigo conviver muito bem tanto na cultura ouvinte quanto na cultura surda. Eu não tenho dificuldade; até porque eu já fui intérprete como profissional. Então, não tenho dificuldade, não. (Paula)

Tinha uma pessoa de fora da família que eu conversava muito como ela. Ela era uma pessoa mais velha do que eu. Então assim, ele era intérprete e eu me espelhava nele, achava muito interessante; ele que me mostrou essa condição: “Você um dia vai poder ser intérprete”. (...) Então assim, ele me mostrou o caminho, mostrou o tanto que era bom, o tanto que é gratificante a profissão. (Samuel)

Ainda que no caso de Samuel a ideia de vontade e desejo tenha sido “despertada” por um amigo, à luz da teoria bourdiesiana podemos afirmar que é da estrutura estruturante estruturada que emerge a *práxis*. Ou seja, o contato com a outra pessoa é elucidativo até certo ponto, mas não deve ocultar a situação dele enquanto indivíduo histórico, ouvinte filho de surdos, que tratamos ao longo deste texto como experiências de contato com o mundo exterior à família. A identidade destes sujeitos incorpora, então, sem nenhum prejuízo de sentido, o conceito de comunidade linguística minoritária de Slomski (2010), descrito do seguinte modo: “o conceito de uma comunidade linguística minoritária significa compartilhar e conhecer os usos e normas de uso da mesma língua (...)” (p.49).

Não tem como falarmos de um *habitus* sem cultura, a qual é para Geertz (1989) algo possível de compreensão quando se “expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (p. 24). Poderíamos dizer que é o “ser”, sem ser essência nem aparência, mas como aspecto do compreensível e dos padrões vividos, uma alusão à expressão de algo comum e real, de inteligível, que permite ao próprio indivíduo se identificar como um ouvinte filho de surdos sem que isso oculte sua individualidade.

É interessante lembrar o que esse mesmo autor, citado anteriormente, afirma sobre

a análise de uma cultura, evitando, assim, que façamos generalizações ou sejamos deterministas ao situar o objeto em questão:

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas e não a descoberta do contingente de significados e o mapeamento de sua paisagem incorpórea (GEERTZ, 1989, p. 31).

A partir disso, recuperamos o sentido de “cultura surda” (STROBEL, 2008; SÁ, 2006) para compreendermos a relação que os filhos ouvintes estabelecem tanto com o termo quanto com as experiências que dão sentido à própria formulação enquanto identidade para os surdos. De fato, tentamos fugir desta nomenclatura, pois, como menciona Santana (2007), parece uma espécie de criação dos teóricos e não um termo conhecido e difundido dentro das associações, clubes ou instituições onde estes indivíduos se reúnem. Nas entrevistas, porém, deixamos que o termo surgisse durante a conversa, só assim indagamos aos entrevistados sobre o sentido do que diziam, ou seja, tentando não criar um discurso por meio da imposição de problemática, mas apenas abordar o mundo conceptual no qual vivem os indivíduos.

Nas entrevistas de Pedro, Paula e Tiago a expressão aparece em diversos contextos que descrevem comportamentos que distinguem surdos de ouvintes, mais especificamente como uma oposição binária. A compreensão pessoal do termo se baseia na comunicação, na histórica educação dos surdos e na convivência com o outro diferente, sendo este outro um alguém que considera membro de seu grupo como igual ou um informado.

Assim, de início, nada é fácil a questão de você ser uma coisa, mas estar inserida em outra. Você ser ouvinte e estar inserida na cultura surda. *É como se, se suas mãos estivessem sido...* Não sei te explicar. É como se você fosse obrigada a se submeter a um processo que não faz parte de você, né. Mas, você acaba, pela adaptação, conseguindo conciliar os dois mundos. (Paula) (grifos nossos)

[Entre ser surdo e ser ouvinte] Há a diferença cultural, principalmente por causa da língua. Então, a língua portuguesa faz os ouvintes perceber[em] o mundo de uma forma diferente do surdo. É que ele, o ouvinte, percebe o mundo através dos sons, através dos olhos; pode se comunicar através da fala. Agora, os surdos percebem o mundo através do visual; se comunicam através só da língua de sinais. Isso já é fundamental para haver uma distinção entre mundo surdo e ouvinte.

O mundo ouvinte é mais abstrato e tem uma forma mais abstrata enquanto o do surdo é mais concreto. (Pedro)

Cultura surda é a questão de entender as limitações deles; entender, por exemplo: você, sendo criança, o seu pai chega a você e pergunta o que é tal palavra: “O que é isso?” Por exemplo... *standby*. Chega a você e: “Eu vi essa palavra, *standby*, o que é isso?” Aí, é você acostumar com isso, com orientar o pai ao invés de você perguntar. (Tiago)

Para Paula, o “uso das mãos” define um elemento recorrente na caracterização dos ouvintes filhos de surdos, isto é, a língua de sinais. Enquanto termos intercambiáveis, a centralidade do conceito de cultura vem, neste caso, se compor através da comunicação, da modalidade gesto-visual utilizada pelos surdos, pois ao falar que está “obrigada” a fazer uso de uma linguagem que não seria a sua ela acaba afirmando as dicotomias surdo-ouvinte e cultura surda–cultura ouvinte. As mãos reescrevem o corpo dos pais como fora de uma dita normalidade. Pedro também demonstra a diferença entre os dois grupos de pessoas através da percepção visual, própria dos surdos. O senso de que os pais internalizam o mundo através da visão, caracterizando-os como indivíduos que se percebem distintamente dos ouvintes, carrega de forma oculta uma hierarquização linguística, de modo que a LP é mais complexa que a LS. Na fala dele conseguimos perceber ainda o quanto é enfático em chamar do ouvinte de “ele”.

A fala de Pedro sugere ainda que pensa a si mesmo fora da categoria ouvinte, já que o laço de fidelidade à família e a identificação com a comunidade surdos com que teve contato lhe permite pensar a própria normalidade: “Surda do que ouvinte, com certeza. Ainda me sinto, [sorriso] e sempre sentirei. (...) Mas assim, minha vida mesmo é família, é companheirismo, é amizade”. Comparado aos estudos feitos entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos (MOTTA, 2008), a condição de pertencimento se dá, então, pela situação de fronteira. Já para Tiago, ser surdo, possuir uma identidade surda ou viver uma cultura surda é visto como uma limitação.

Entrando, no sentido da cognição, isto é, ato ou processo de conhecer, uma capacidade de saber da consciência, presente no discurso de Tiago, o aspecto icônico de alguns sinais na LIBRAS leva-o a associar a surdez com uma compreensão restrita do mundo. Embora determinados léxicos nesta língua possuam relação com a imagem visual, Quadros & Karnopp (2009) afirmam que “forças linguísticas e sociolinguísticas tendem a inibir a natureza icônica dos sinais, tornando-os mais arbitrários através dos tempos” (p. 33) e que a arbitrariedade é convencional, pois, “quando um grupo

seleciona um traço [aspecto da forma] como uma característica de sinal, outro grupo pode selecionar outro traço para identificá-lo” (p. 32). Um exemplo disso pode ser observado quando se compara o sinal NÃO em LIBRAS e ONDE em ASL. Visualmente ambos os sinais são semelhantes, expressão facial, locação, movimento, configuração, contudo, a representação lexical (palavra/ideia) se distingue quando vista dentro de uma língua ou outra.

Para estas autoras, formular um pensamento que associa LIBRAS e mundo concreto, como ocorre nos argumentos de Pedro e Tiago, é o mesmo que circunscrever a língua em um discurso mitológico, no qual os aspectos morfológicos, sintáticos, pragmáticos e semânticos não existem. Mas, não conhecer as estruturas linguísticas não é o mesmo que não saber utilizá-las. O que ocorre aqui pode ser descrito como uma questão de informação sobre o tema.

Às vezes, muitos filhos de surdos não têm, como eu não tive, uma educação a respeito da importância de se estudar, do trabalho; e, às vezes, muitos filhos de surdos crescem com a dificuldade nos estudos, de conseguir um emprego, por falta, assim, de informação, de conhecimento básico. (...) Se eu desejar, né, se eu me esforçar, me empenhar, (...) vou poder auxiliar tanto os filhos de surdos e os ouvintes também, trazendo o conhecimento de como é a cultura surda e a língua surda pra eles. (Pedro)

O discurso sobre falta de conhecimento na fala de Pedro não coloca em xeque a concepção de cultura surda como um padrão de percepção. Pois, ao utilizar a expressão “trazendo o conhecimento” o mesmo embasa-se numa autoridade de fala, a de pessoa que viveu neste contexto; tem-na como algo real e inteligível. Tal como faz Strobel (2008; 2009), o entrevistado tenta pensar o termo dentro de uma postura política.

Ao colocar-se como uma pessoa que pode explicar o sentido de “cultura surda”, Pedro chama para si uma autoridade inversa na mediação com pais, e outros surdos e seus filhos, por exemplo. Enquanto intermediário de uma comunicação entre seus genitores e outros em geral, os ouvintes filhos de surdos seriam o *caught in between* que tanto apreendeu quanto pode ensinar este modo de ser. O viver neste meio, como se fossem idas e vindas a duas perspectivas de ver afirmação de quem somos, é o que problematiza a relação entre identidade e pertencimento no discurso de Bull (s/d). Por isso, para falarmos sobre cultura surda na perspectiva dos filhos ouvintes, precisamos recompor a história dos primeiros contatos destes indivíduos fora do ambiente familiar, por exemplo, na escola e na vizinhança.

Uma ouvinte filha de surdos, entrevistada por Quadros & Massutti (2008), relata algo significativo para a ideia de uma vida marcada pela diferença, que define quem ela é e como percebe o mundo.

Minha família sempre deu muito importância aos olhos. A possibilidade de ver as coisas, de ver o mundo, era algo maravilhoso. Eu notei que, mesmo sendo ouvinte, eu podia não ouvir. Isso acontece até hoje comigo. Minha casa era muito barulhenta (...) a TV ficava em um volume altíssimo, (...) o assoalho era todo em madeira, assim, uns chamavam os outros batendo o pé. E, quanto mais longe, mais altas eram as batidas, para provocar a vibração suficiente para o outro sentir. (...) Eu simplesmente não ouvia esses sons. Meu marido ouvinte começou a chamar a minha atenção e me fazer perceber o quanto eu me desligava e o quanto eu mesma provocava muito ruído. (p. 263).

A audição ou não audição na situação acima reproduzida simboliza uma linguagem de comunicação entre pais e filhos que dá prioridade ao que é visto ou percebido através de outros sentidos, por exemplo, a vibração através do tato. Outro aspecto presente nesta fala é o que Bull (s/d) chama de contato visual. Enquanto CODA, este autor relata o problema de não ser entendido em seu modo de se expressar quando estudava na escola regular. Pois, embora o contato olho no olho definisse uma conversação na qual ele é um falante, segundo sua percepção, “pessoas ouvintes geralmente evitam sustentar um contato olho no olho. O ‘olhar fixamente’ é considerado grosseria”. Um trecho da entrevista de Samuel, citado anteriormente fez menção a este “olhar”.

Enquanto percepção de mundo, o contato visual se mostra um aspecto muito forte na cultura surda. Entretanto, os ouvintes filhos de surdos tendem a vivenciar uma espécie de drama por causa desta situação. O escape se viabiliza pela manipulação das informações para que suas identidades não sejam definidas pelo estigma de cortesia, seja pelo atributo dos pais, seja pela capacidade de articular-se em língua de sinais. Nas falas de Samuel e Tiago nota-se o conflito entre ser diferente e ser “normal”, materializado na sensação de constrangimento por não ser o que os outros são ou por desconhecer vocábulos comuns à maioria dos ouvintes desde a infância, respectivamente.

Várias vezes [em] apresentação de escola [em que] todos os pais iam à escola, quando minha mãe ia, no outro dia todo mundo [ficava] sorrindo. “Nossa, a mãe dele!”. Porque a minha mãe ia, eu

interpretava pra ela; mesmo [que] eu não [falasse], eu interpretava pra minha mãe. Eu ouvia, só que não falava, mas passava [tudo] para minha mãe. Então, aí no outro dia, todo mundo: “Oh, o filho do mudinho e da mudinha”; todo mundo sorrindo [de mim, por estar] fazendo sinais. (Samuel)

Igual [ao que] eu te falei, desde muito cedo estava na escola, e a gente sentia certa vergonha, porque entre os colegas eu percebi[a] que eles tinham mais vocabulário que eu. (...) Eu ficava um pouco constrangido em perguntar; porque, toda vez que eu perguntava as pessoas riam. “Uai, mas você não sabe [o] quê que é isso não?” (...) “Olha o que ele tá perguntando” e tal... (Tiago)

Os trechos de entrevistas acima sugerem um sistema geral de ensino que não aborda os aspectos do multiculturalismo, negligenciando a situação de fronteira dos entrevistados. Se compararmos estas experiências à dos surdos na escola e também à de comunidades imigrantes, a condição específica cultural destes indivíduos está distante de uma reflexão profunda que se institucionalize em projetos suficientemente capazes de tomar a diferença como o elemento que define a identidade dos mesmos. Esse tipo de reconhecimento do hibridismo é algo ainda muito estigmatizado e pouco compreendido. Por isso, quando assumimos o compromisso de explicar algumas questões pertinentes à identidade destas pessoas, abrimos nossos olhos e ouvidos para outras perspectivas, para outras questões ainda não abordadas nas histórias já registradas (FOUCAULT, 2002a).

A concepção de uma cultura não pelos seus aspectos materiais, mas muito mais pelo modo como nos percebemos no mundo, e por isso as comunidades às quais estamos vinculados acabam dando o “colorido” da *práxis*, contribuem para a definição de identidade de fronteira que viemos defendendo desde o princípio. Em tese, ao olharmos para o significado simbólico da surdez como elemento de uma narrativa “normal” e particular aos ouvintes filhos de surdos, procuramos interrogar o que nele estava oculto. A perspectiva aqui adotada sobre mediação, língua, grupo e perspectiva visual não independe do reconhecimento dos outros, porém, não é somente por ele constituído, pois, ao estilo de Vernant (2009), “digo que o que as pessoas são, sua identidade, se constrói e se desconstrói em função da relação social que mantêm e do que os outros veem nelas” (p. 106). Enfim, a fronteira está o tempo todo presente na definição da identidade dos ouvintes filhos de surdos, apenas eles mesmos, com suas semelhanças e diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas buscaram compreender o processo de construção de identidades de ouvintes filhos de surdos, discutindo questões como surdez, alteridade, diferença, família, língua, socialização e o próprio sentido de identidade. Consideramos o cotidiano dos indivíduos como referência para pensar a interiorização de padrões sociais que seriam comuns a famílias cujos pais e mães são surdos e os filhos não. As conexões que fizemos entre aquelas temáticas não pretenderam esgotar-se em uma definição essencialista, nos esforçamos para compreender como o mundo se torna inteligível para os sujeitos da nossa pesquisa e o que isto lhes confere como marca à luz do conceito de identidade, fragmentada e produto de múltiplos discursos. Assim, lançamos mão de categorias utilizadas pelos entrevistados, pois são formas cotidianas de se pensar o mundo, e as analisamos a partir de conceitos presentes nas teorias sobre relações e interações sociais, bourdiesiana e goffmaniana, respectivamente.

A abordagem adotada nesta pesquisa enfoca o modo como as pessoas lidam com a surdez cotidiana dos pais e as inflexões da mesma sobre comportamentos e identificações que passam a ser referências para pensar a si e a alteridade. Como padrão cultural da própria comunidade onde estão inseridos, abordamos a construção das identidades dos filhos tendo a surdez dos genitores como um aspecto importante para a mesma, bem como as relações que mantiveram durante o processo de socialização. A situação de membro de uma família nos permitiu pensar que as identificações são possibilidades do mundo das relações.

Na discussão sobre família, abordamos o que é senso comum e também prático para o grupo, o que nos possibilitou situar as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. A partir desta perspectiva, explicamos a ideia de “tornar-se” começando pela noção de grupo de referência, na qual identificamos as famílias como agentes de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ou seja, elucidamos o sentido de que as coisas são aprendidas e apreendidas a partir de experiências e contatos com aqueles que estão próximos. Porém, a ideia de diferença entre uma família e outra não aparece neste primeiro momento. Passamos a considerar esta questão da distinção quando incorporamos leituras sobre o que pensamos ser padrões de comportamentos esperados.

Dia após dia, o que é considerado normal para os adultos tende a ser absorvido como “segunda natureza” pelas crianças de seu grupo; ao mesmo tempo, reforça-se o

modo como passam a ver o mundo e se verem no mundo. Comportamentos, valores, crenças e afetividades vividas por aqueles que se responsabilizaram pelos cuidados dos filhos dentro da família acabam sendo internalizados por estes, um tipo de resposta ao que Mead (1934 *apud* DUBAR, 2005) chama de “assunção”, que é a capacidade de assumir o papel do que lhe é familiar. Mussen *et al* (2001) afirmam ainda que comportamentos tentem a se tornar uma espécie de modelo cada vez que percebidos como aprovados. Deste modo, a ideia de aquisição dentro da família se torna contingente ao processo de socialização, conforme o estilo e o padrão de vida da comunidade à qual pertencem estes indivíduos.

De informações sobre quem são papai, mamãe, irmãos, tios e avós, por exemplo, aos poucos os filhos passam a conhecer o que poderia e não ser feito, a quem deveria respeitar, quais os lugares poderia ou não frequentar e qual a forma correta de falar. E, por considerarmos a surdez um elemento importante da análise sobre a construção da identidade de ouvintes filhos de surdos, situamos a discussão sobre este atributo no nível do simbólico e como contingente de um *habitus*.

Se o conceito anteriormente citado não é um “(...) ‘estado de alma’ “ou, ainda menos, uma espécie de adesão decisória a um corpo de dogmas e de doutrinas instituídas (‘as crenças’), mas, caso se permita a expressão, um estado do corpo” (BOURDIEU, 2009, p. 112), a ideia de uma internalização, de um modo de vida a partir do que é referência ao indivíduo, nos permite afirmar que nas famílias se dão os primeiros passos para o que este “corpo” virá a ser. Esta concepção sugere o que discutimos sobre diferença, que pode ser dicotomizada entre familiares e não familiares, ou melhor, a percepção da surdez dentro de casa acaba sendo distinta daquela (re)produzida pelos outros. A começar pela compreensão do que é ser ouvintes, e os genitores não são a expressão da dita normalidade, dia a dia estes ouvintes filhos de surdos tiveram que aprender o significado de ouvir e não ouvir, por fim, torna-se conscientes de que o som não é um dos meios de comunicação compreensível a todos dentro da casa.

Consequentemente, o conceito de diferença, pressuposto também entre o que pensam ser os pais e o discurso social sobre quem eles são, se estabelece em razão da ampliação da rede de relações sociais dos próprios filhos, isto é, se ele não começar dentro da própria casa a partir de concepções diversas sobre quem aqueles são. Apresentamos, assim, nesta dissertação, diferentes visões sobre o significado de ser surdo; de concepções que não só sugerem incapacidade como também negação da

cidadania e também abordagens mais culturais, que valoram as experiências de pessoas com tal atributo como sendo legítimo a uma luta político-identitária e marcadoras de uma distinção. A dicotomia é tratada ao longo do texto como algo que produz uma separação radical entre concepções, visto que alguns definem os surdos como doentes ou mesmo deficientes e outros não.

Ao optarmos pela segunda perspectiva, na qual os indivíduos que se comunicam em uma modalidade linguística gesto-visual, não oral como o português falado, por exemplo, são vistos como indivíduos com uma forma específica de se colocar no mundo, nos apoiamos no conceito de cultura surda. Utilizando Weeks (1994 *apud* Woodward, 2009), podemos dizer que tal postura, estritamente identitária, não “é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade” (p. 37). Em ambos os discursos encontram-se elementos que emergem da ideia geral de comportamento, o primeiro normalizador e o segundo de diferença. Mesmo não se tratando dos pais, mas dos filhos, o sentido de política de identidade, entendido como “afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2009, p. 34), vem a ser contingente à socialização dos sujeitos entrevistados, com seus controles e expectativas.

Os filhos vão se acostumando à forma híbrida de definição da surdez dos pais. A convivência com estes sistemas de referência constrói um mundo de possibilidades para conceituar a identidade, o que lhes permite um arranjo muito específico sobre o modo de se posicionar do mundo. De “meus pais são surdos, não deficientes auditivos” à concepção de que são dependentes linguisticamente, mais que produto do meio, estas pessoas se tornam sujeitos de dois meios, o de ser surdo, visto através das experiências paternas, e o de ser ouvinte, pelas implicações que a audição lhes conferem dentro de casa e, conseqüentemente, da tal normalidade.

O estar em dois mundos, como afirma Bull (s/d), proporciona aos ouvintes filhos de surdos algumas experiências únicas, mesmo porque em muitos casos a sociedade não consegue compreender a complexidade que envolve este mundo vivido, visto que a visualidade dos pais e a construção de uma identidade de fronteira é algo do cotidiano. Não significa dizer que pensamos estes filhos como se fossem metade surdos e metade ouvintes, mas que os vemos dentro de dois sistemas de referência, o de afirmação da diferença e o de mediador. Este último aspecto é trabalhado mais

detidamente quando citamos a comunicação entre pais, filhos e os outros. Enfim, os entrevistados são representantes da ideia de identidade de fronteira que estamos desenvolvendo como especificidade identitária legítima de pessoas cujas experiências cotidianas estão marcadas pelo ser “entre”.

Como “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais”, (WOODWARD, 2009, p. 30), problematizamos sociologicamente a questão da língua falada dentro de casa em comparação à da maioria dos indivíduos com quem estes sujeitos tiveram/têm contato, mas não nos esquecendo de mencionar que a socialização não tem fim, pois estamos sempre nos relacionando e inter/exteriorizando o mundo vivido.

Por não haver um sistema de comunicação oral entre pai e mãe, como mencionado pelos entrevistados, pensar a oralidade como o canal conversação entre genitores e prole é algo complicado; o tipo de *feedback* que existe dentro da aprendizagem não tem como se satisfazer se aqueles que ensinam não possuem meios de interpretação da resposta ao seu estímulo, no caso, sonoro. Ainda que alguns dos pais dos entrevistados possuam a capacidade e sejam eficazes em transmitir uma mensagem através da fala, hajam vistas as declarações dos sujeitos de nossa pesquisa e as idades de seus pais que sugerem que foram escolarizados em uma época que privilegiava a oralidade como condição de sua aceitação da cidadania, percebemos que, com o tempo, a LIBRAS se tornou a língua comum e a oralidade pouco utilizada. Em face disso, os diálogos entre pais e filhos se davam constantemente através dos sinais. As implicações deste sistema de comunicação familiar foi a necessidade de que outras pessoas assumissem o papel de mediadores, que complementassem a educação recebida dos pais, não no sentido de que faltou alguma coisa, mas no de que os filhos precisavam de algo mais: oralizar. Logo, ouvir e falar eram características da diferença dentro de casa que distinguia filhos de pais.

Essa outra pessoa que vem colaborar com o processo de socialização dos entrevistados se torna uma pessoa de confiança e próxima aos membros, geralmente, um/a tio/a ou avós. Deste modo, as famílias envolvidas neste estudo passaram a contar com outros agentes de mediação, e assim se define que estes, além da lealdade ao grupo, acabavam sendo integrados e percebidos através da lente do pertencimento.

Ao observarmos que estas pessoas também são definidas pelos entrevistados dentro do que chamam de papel de “pai” ou “mãe”, entendemos que há uma referência indireta à aquisição linguística oral, pois assumem responsabilidades não só de cuidar

do neto/sobrinho, como também de inseri-lo no que afirmam ser o mundo ouvinte. Portanto, a LIBRAS e a oralidade internalizadas com seus respectivos sistemas lexicais, sintáticos e semânticos lhes permitiram estabelecer diálogos em ambas as línguas com uma maior facilidade do que outras pessoas que as aprendem fora da infância e do contato direto com os dois grupos linguísticos. É nesse sentido que eles vivem um “ganho” linguístico quando comparado a outras pessoas.

As experiências de falar e sinalizar não estavam dissociadas de atividades e compromissos; implicaram desde os anos iniciais algumas responsabilidades. Em situações onde não havia uma pessoa que fale LIBRAS, as famílias que descrevemos anteriormente acabavam recorrendo aos filhos ouvintes para serem os mediadores. Em vez de ficar do lado passivo da mediação – na qual os pais lhes ensinam as coisas –, os ouvintes filhos de surdos assumem a agência da mediação, ou seja, põe-se entre os genitores e os ouvintes. Esse tipo de conversação que Volli (2007) chamaria de intercultural, ao mesmo tempo em que pressupõe uma compreensão de variados temas por parte dos entrevistados, indica a habilidade em ambos os códigos de linguagem.

Todavia, a ideia de usar as mãos para conversar nem sempre foi vista como algo “normal”. Em face do contexto familiar, duas questões acabaram se tornando comuns: estigma de cortesia e interpretação. A diferença entre pais e filhos se torna um tema transversal do dia a dia dos indivíduos desta pesquisa. Em relação ao cotidiano, percebemos que os filhos tiveram que lidar com a diferença não como se fosse algo “natural”, mas estranho, reproduzindo o espanto genérico “como eles conseguiram cuidar de vocês?” que existe no discurso sobre a surdez. Ou seja, a diferença vista através do olhar dos outros não correspondia ao modo como pensavam os atributos dos pais, gerando conflitos entre perspectivas e o desconforto pela desinformação sobre seus genitores.

Há caso em que situações como estas eram encaradas com um “nem tentava responder”, pois dissociar surdo de incapacidade-deficiência é algo cansativo; digamos que levaria tempo até que as pessoas entendessem a forma dos filhos pensarem a surdez dos pais. O sentido de normalidade acaba adquirindo outro significado se comparado ao do senso comum; representa-se pelo cotidiano, e não pelo que é hegemônico. O outro lado desta moeda era a específica capacidade que deveriam ter para ir da LIBRAS ao Português e vice-versa. Mesmo na idade adulta, o ser ouvinte filho de surdos não deixou de existir na memória coletiva daqueles que sabem quem são, muito menos na dos pais.

Ao falar sobre o processo de construção da própria identidade, notamos uma perspectiva um pouco pessimista sobre a adolescência; quando alguém mencionava a interpretação, existe uma reação negativa quanto a interpretação como profissão, pelo fato de já terem interpretado muito durante a infância e adolescência. A essa altura da vida, o ato de se ligar aos pais tinha caráter de dependência. Considerando que o “mundo possível” da segunda socialização descrito por Berger & Luckmann (1966 *apud* DUBAR, 2005) lhes mostrava variedades de profissões a seguir, a sensação é de não se dissociar desta condição de intérprete. Tal conexão entre falar LIBRAS dentro de casa, mediar as conversas dos pais com outros ouvintes e a escolha do que seguir como carreira é algo salutar à experiência, marcante para as identidades.

A associação entre oralidade, LS, mediação e *responsabilização* não sugere uma identidade como algo fixo; de fato, são elementos de um contexto social específico e comum aos indivíduos entrevistados, mas não geral; existem possibilidades que fogem a estas representações sobre quem deveriam ser. Consequentemente, discutir uma definição não essencialista do que significa ser “ouvinte filho de surdos” é o mesmo que fazer associações entre diferentes representações, como diria Woodward (2009), “todo contexto e campo cultural tem seus controles e suas expectativas, bem como seu imaginário; isto é, suas promessas de prazer e realização” (p. 33), que entendemos ser um reforço à questão do entre-lugar do discurso, elemento contingente à construção identitária. Uma concepção que foge à dicotomia surdos-ouvintes sem desconstruí-la, mas repensando a existência de outro espaço que melhor expresse o significado de quem são estes entrevistados.

Como discutido, o vir a tornar-se, emergente de práticas cotidianas, ou seja, da percepção do que é senso comum a este grupo de indivíduos, não impede que novas escolhas e mudanças sejam feitas ao longo dos anos; a estrutura à qual se prende a identidade é flexível e admite possibilidades para o original. Dá-se como exemplo as profissões de professor de biologia, psicólogo, historiador e teólogo que caracterizam alguns dos entrevistados. Ou seja, a variedade acaba sendo aspecto comum ao processo de socialização secundário ao mesmo tempo em que não há a perda de laços identitários construídos anteriormente, sendo estas crenças e valores culturais, característicos do modo como se interpretava/interpreta o mundo a partir do que chamamos de contexto familiar.

É neste sentido de heterogeneidade de perspectivas que a nossa preocupação com o sentido de identidade recupera a discussão sobre cultura surda, uma experiência

singular em que a definição de quem somos adquire tom político. Modos diferentes de ver e de se colocar no mundo, posturas discursivas que os indivíduos assumem, são bases sobre as quais se delineiam as identidades, podendo ser contraditória ou não. No caso dos ouvintes filhos de surdos, a relação com o mundo simbólico da surdez dos pais, entendido através de uma luta para reconhecimento de sua condição auditiva para além da incapacidade, demonstra uma singular experiência de transitar entre duas perspectivas discursivas historicamente situadas e compreender o mundo a partir da ideia de senso prático, adquirido através do convívio social. Fácil ou não, pensam ser eles mesmos, pessoas que transitam entre dois mundos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. A televisão e a comunidade surda: um olhar sobre as diferenças. *Comunicação e Informação*, v. 9, n. 1, p. 53-61, jan/jun, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

BACELAR, Rute. *O lugar da avó*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Arranches – FASA, 2002.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, Habitus e Práticas. In: \_\_\_\_\_. *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de Etnologia Cabila*. Lisboa: Celta Editora, 2002, p.163-184.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. *Deficiência auditiva*. Brasília: SEESP, 1997.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho da mulher: igualdade ou proteção? *Cadernos de Pesquisa*, n.61. p. 58-67, maio, 1987.

\_\_\_\_\_. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BULL, Thomas. *Deaf Family Issues: CODAS and Identity (s/d)*. Disponível em: <[http://www.reach.ca/shared\\_future/eng/bull.htm](http://www.reach.ca/shared_future/eng/bull.htm)>. Acessado em 01 de abril de 2010.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CABRAL, Mauro. Versiones. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Interdicciones: escrituras de la intersexualidad em catellano*. Córdoba: Anarrés Editorial, 2009.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGELS, Friederich. Família. In: \_\_\_\_\_. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p.1-91.

ESTELITA, Mariângela. Escrita da Língua de Sinais. In: QUADROS, Ronice M.,

- PERLIN, Gladis (orgs.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007, p. 212-237.
- FLICK, Uwe, KARDORFF, Ernst von & STEINKE, Ines. What is qualitative research? An introduction to the field. In: \_\_\_\_\_ (orgs.) *A companion to qualitative research*. Londres: Sage Publications, 2005, p.3-11.
- FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete, RIBEIRO, Ana Clara. *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, p.69-89.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002b.
- FRANÇA, Paula M. F. *Caso Pedrinho: um estudo dos significados da família*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.
- FRANÇOZO, Maria de Fátima de Campos. Família e surdez: algumas considerações aos profissionais que trabalham com família. In: KAUCHAKJE, Samira, SILVA, Ivani Rodrigues, GESUELI, Zilda Maria (orgs.). *Cidadania, surdos e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: Plexus Editora, 2003, p. 77-88.
- FRITZEN, Maristela Pereira. Ichsprecheanders, aber das istauchdeutsch: linguagem em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, vol. 47, n.2, p. 341-356, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GÓES, Maria C. R. de. *Linguagem, surdez e educação*. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GRZYBOVSKI, Denise et al. Mercado formal de trabalho e a mulher executiva. *Teoria e Evidência Econômica*, v.9, n.16, p. 79-100, maio 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HALL, Stuart. Identity and diaspora. In.: RUTHERFORD, J. (org.). *Identity: community, culture, difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- JACKENDOFF, Ray. The representational structures of the language faculty and their interactions. In: BROWN, Colin M., HAGOORT, Peter. *The neurocognition of language*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 37-79.
- KAUCHAKJE, Samira. Comunidade surda: as demandas identitárias no campo dos direitos e da participação social. In: \_\_\_\_\_. SILVA, Ivani Rodrigues, GESUELI, Zilda Maria (orgs.). *Cidadania, surdos e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: Plexus Editora, 2003, p. 57-76.
- KLEIN, Madalena. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdos trabalhador. In: SKLIAR, Carlos (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 75-93.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LOPES, Maura C., VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v.24, n. Especial, p.81-100, jul/dez, 2006.
- LULKIN, Sérgio A. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 33-50.
- MACHADO, Paula S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos pagu* (24), p. 249-281, jan/jun, 2005.
- MAGNANI, José G. C. Vai ter música? Para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, ano 1, versão 1, 2007.[online]. Disponível em:<<http://www.n-a-u.org/magnani1-2007.html>>. Acessado em 10 de abril de 2010.
- MARIN, Carla R., GÓES, Maria C. R de. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 231-249, maio/ago, 2006.
- MARTINS, Raimundo. Porque e como falamos de cultura visual? *Visualidades*. Goiânia: UFG-FAV, v. 4, n.1/2, p. 65-79, jan/dez, 2006.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MINAYO, M. C. de, SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: opção ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, ano 9, vol. 3, p. 239-62, jul/set, 1993.

- MOTA, Katia Maria Santos. O tripé identidade, língua e nação nas falas de jovens brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, vol. 47, n.2, p. 309-322, 2008.
- MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2000.
- MUSSEN, Paul *et al.* *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Editora HARBRA, 2001.
- NUNES, Jordão H. *Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- OIT. *Datos sobre discapacidad nel mundo del trabajo*. Genebra: OIT, 2007.
- ONU. Declaração de Salamanca (1994). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em 29 de julho de 2010.
- PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 51-73.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: brasiliense, 1995.
- QUADROS, Ronice M. de, KARNOPP, Lodenir B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- \_\_\_\_\_, M., MASSUTTI, Mara. CODAs brasileiros: Libras e Português em zona de contato. In: QUADROS, Ronice M., PERLIN, Gladis (orgs.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007, p. 238-268.
- RIBAS, João. *Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SÁ, Nídia Limeira de. *Existe uma cultura surda?* (2006) Disponível em: <[http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/cultura\\_surda.doc](http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/cultura_surda.doc)>. Acessado em 07 de abril de 2010.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

\_\_\_\_\_, BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhadas de lutas sociais e teóricas. *Educação e Sociedade*, UNICAMP, Campinas, n. 91, n. 26, p. 565-582, maio/ago. 2005.

SARTI, Cyntia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCHMIDT, Christiane. The analysis of semi-structured interviews. In: FLICK, Uwe, KARDORFF, Ernst von & STEINKE, Ines (orgs.) *A companion to qualitative research*. Londres: Sage Publications, 2005, p. 253-59.

SCOTT, R. Parry. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. *Intersecções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, UERJ, Rio de Janeiro, ano 3, n.2, p. 93-112, jul/dez. 2001.

SILVA, Angela C., NEMBRI, Armando G. *Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação*. Porto Alegre: Editora Medição, 2008.

SILVA, César Augusto de Assis, TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Entre a “cultura surda” e a cura da surdez: análise comparativa das práticas da Igreja Batista e da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. *Revista Cultura y Religión*, vol.2, n. 3, p. 82-97, 2008.

SILVA, Marília da P. M. *Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes*. São Paulo: Plexus, 2009.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005a.

\_\_\_\_\_. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005b. p. 7-32.

SLMOSKI, Vilma Geni. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba: Juruá, 2010.

SOUZA, Edinilsa *et al.* Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria C. de, ASSIS, Simone G. de, SOUZA, Edinilsa. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

STROBEL, Karin. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

\_\_\_\_\_. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

STUMPF, Marianne Rosi. Sistema SIGNWRITING: por uma escrita funcional para o surdo. In: THOMA, Adriana da Silva, LOPES, Maura Corcini. *A invenção da surdez*:

cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. São Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 143-159.

STURKEN, Marita, CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. New York: Oxford University Press, 2005.

THOMA, Adriana da Silva. A inversão epistemológica da anormalidade surda na pedagogia do cinema. In: \_\_\_\_\_, LOPES, Maura Corcini. *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. São Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 56-69.

UNESCO. *Empowering person with disabilities through*. Genebra: UNESCO, 2009.

VAITSMAN, Jení. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis – Revista de saúde coletiva*, vol. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *A travessia das fronteiras: entre mito e política II*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

VOLLI, Ugo. *Manual de semiótica*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7-72.

ZYBERSTAJN, Hélio *et al.* *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Ministério do trabalho, 1985.

## APÊNDICE 1



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Pablo Regis Andrade, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é a Sociologia.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Pablo Regis Andrade nos telefones: (62) 32848497 / 92262472.

Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

### Informações importantes sobre a pesquisa

Nesta pesquisa cujo título é “Identidade ouvinte num contexto de surdez familiar”, temos como objetivo compreender a construção identitária de indivíduos ouvintes, filhos de pais/mães surdos, a partir da reflexão sobre a representação da surdez, a socialização dos filhos e a diferença cultural entre ouvintes e surdos. Esta discussão partiu de uma necessidade de conhecermos como a surdez dos pais pode ou não criar um ambiente simbólico no qual as relações entre pais e filhos, e conseqüentemente a identidade dos filhos, conferem a estes uma particularidade no contexto social. Para tanto, utilizaremos um roteiro de entrevistas semiestruturado. Este método permite-nos fazer o registro oral do que os entrevistados vivenciaram, e assim coletarmos dados importantes para a compreensão das identidades em questão.

Os entrevistados terão seus direitos de privacidade resguardados, pois, o modo como os dados serão utilizados na análise não permitirão a identificação pessoal do entrevistado, já que utilizaremos alguns trechos significativos para o entendimento de

como foram construídas as identidades dos indivíduos. No mais, o material coletado será guardado somente para finalidade científica, o que lhe assegura sobre o risco de constrangimento pessoal.

Sobre a condução desta entrevista é válido ressaltar que não está associada a nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela participação dos entrevistados e que será assegurada a expressa liberdade de recusa a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Pablo Regis Andrade

---

### **Consentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito-entrevistado. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2

### Roteiro de entrevista

Pesquisa: **Identidade ouvinte num contexto de surdez familiar**

Pesquisador: Pablo Regis Andrade

- 1- O que você entende por família? Quem faz parte da sua família?
- 2- Como foi o seu ingresso na escola? Como seus pais participaram desse processo?
- 3- Como era o relacionamento com seus pais em diferentes momentos: infância, adolescência, juventude e hoje?
- 4- Como era o relacionamento de sua família com os outros parentes? E com vizinhos?
- 5- Que orientações/instruções de seus pais marcaram você? Por quê?
- 6- Em seus contatos com pessoas fora de casa, havia alguém que te ajudava? Por quê?
- 7- Quando você entendeu que seus pais são surdos? Qual foi sua reação?
- 8- Como é ser ouvinte, filho de surdos?
- 9- Como se deu o aprendizado do Português e da LIBRAS? Como você se sente falando estas duas línguas?
- 10- Quais são as diferenças entre ser surdo ou ser ouvinte?
- 11- O que você pensa sobre a surdez? E, o que os outros pensam?
- 12- Quando descobrem que você é filho de surdos, qual a reação das pessoas? Isto mudou ao longo de sua vida?
- 13- Em algum momento, você já se sentiu constrangido pela surdez de seus pais? Como você reagiu ou reage a este tipo de situação?
- 14- Você já teve alguém como modelo/ideal de pessoa a ser seguida? Por quê?
- 15- Há algum outro tema que você considera importante e que não foi abordado nas perguntas anteriores?

## APÊNDICE 3

### Questionário socioeconômico

Pesquisa: **Identidade ouvinte num contexto de surdez familiar**

Pesquisador: Pablo Regis Andrade

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Cidade de nascimento \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Cor/etnia \_\_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_

Com quem reside? \_\_\_\_\_

Possui filhos? \_\_\_\_\_ Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

Algum filho é surdo? \_\_\_\_\_ Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

Ocupação/Profissão \_\_\_\_\_

Religião \_\_\_\_\_

Idade do pai \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Ocupação/Profissão \_\_\_\_\_ É oralizado? \_\_\_\_\_

Idade da mãe \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Ocupação/Profissão \_\_\_\_\_ É oralizada? \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Telefone(s) \_\_\_\_\_